

e-LOCUÇÃO

revista científica

Direito
Logística Administração
Gestão de Recursos Humanos
Engenharia de Produção
Engenharia de Controle e Autom
Mecatrônica Pedagogia
Gestão da Produção Industri
Gestão da Qualidade
Contábeis ADS

ANO 1 | VOLUME 1
EXTREMA - MG | JANEIRO - 2012



Tel. 35 3435-3988
www.faex.edu.br

FAEX
FACULDADE DE EXTREMA
Construindo um futuro sustentável

Editorial

Uma revista científica é uma publicação, que goza de uma periodicidade, que tem por finalidade promover o desenvolvimento nos diferentes campos do conhecimento humano – enfatizando a propagação de diferentes pesquisas.

É com este espírito que a FAEX lança a publicação E-locução e, neste primeiro número, o leitor confere nove artigos e uma resenha.

Iniciamos com o artigo A autoridade policial e o princípio da insignificância de Lauro Mario Melo de Almeida (FAEX) que afirma a Autoridade Policial como primeira guardiã de direitos e garantias individuais em virtude dos princípios constitucionais e tratados internacionais ratificados pela República Federativa Brasileira.

Em seguida, o artigo A criança, o trabalho e a rua no boletim interno de educação: “do que serve ganhar a subsistência perdendo a saúde e a moralidade?” de Daniel A.C. de Medeiros (FAEX) e de Marcello Franceschi (FAEX) tem como objetivo, a partir de um texto extraído do Boletim Interno da Divisão de Educação, pensar temas como infância, moral, higiene e educação, utilizando como suporte teórico para tal discussão as ideias sobre infância de Ariès e Heywood, Froebel e Kuhlmann em relação à história da educação, análise e suporte referencial quanto aos boletins e à infância.

O próximo artigo, Construção do anuário sócio-econômico de Extrema dos autores Alessandro Marques de Oliveira (FAEX), Caio Simões de Souza (FAEX) e Tiago José dos Santos (FAEX), derivado do Projeto de Iniciação Científica desenvolvido dentro do Núcleo de Estudos de Ciências Sociais Aplicada (NECSA) da FAEX tem o intuito de construir um Anuário Sócio-Econômico de Extrema (ASEEx) com o objetivo de analisar a trajetória do crescimento econômico do Município de Extrema e tentar situar a economia extremense dentro do contexto da economia estadual e relacioná-la com a produção brasileira.

Na sequência, temos o artigo A comunicação interna para promoção da qualidade, de Liliane de Almeida Carneiro (FAEX), que tem como temática a questão da gestão da qualidade e aponta que um dos motivos do insucesso desse tipo de gestão dentro do mundo empresarial é a falta de atenção dada à comunicação interna, atividade capaz não só de conduzir o processo como de promovê-lo perante os funcionários.

Chegando ao quinto texto, Discussões sobre o rural e o urbano no município de Camanducaia, MG, de José Eduardo do Couto Barbosa (FAEX), temos, iniciado de uma revisão bibliográfica, a conceituação do rural e urbano, cidade e campo a partir da realidade do município de Camanducaia. A justificativa de escolha deste município, de acordo com o autor, dá-se pelas transformações sócio-econômicas e culturais que este vem sofrendo a partir dos últimos anos. Assim, o artigo poderá contribuir para o entendimento da dinâmica local e também para estudos comparativos em outros municípios mineiros.

O próximo artigo, Diagnóstico logístico em Extrema - MG: um estudo sobre logística reversa, também de autoria do professor José Eduardo do Couto Barbosa (FAEX), discute, diante da problemática ambiental global vivenciada atualmente, o fato do setor empresarial ter desenvolvido importantes ações para a garantia da qualidade ambiental em seus pilares ambiental, social e econômico, nos quais a sustentabilidade se tornou instrumento fundamental para o desenvolvimento empresarial. Assim, o artigo visa identificar, através de um diagnóstico logístico, o cenário empresarial no município de

Extrema-MG e desenvolver ações de sustentabilidade ambiental junto às empresas que possuem Plano de Relacionamento Institucional com a FAEX.

O sétimo artigo, Competitividade: o combustível do progresso e do desenvolvimento global, dos autores Alessandro Gonçalves Salgado (FAAT), Elisangela Cordeiro de Lima (FAAT), Helena Yumi Suzuki (FAAT), Manuele Fontes Nogueira (FAAT) e Rita de Cássia Mendes Souza (FAAT) busca demonstrar a origem da competitividade, característica humana intimamente ligada ao progresso e ao desenvolvimento, demonstrando que a compreensão desses fatos históricos, suas origens e seus desdobramentos traz à luz do conhecimento científico as características da sociedade e do mundo empresarial contemporâneo.

Em seguida, o artigo Condutas autodestrutivas: o suicídio indireto do professor Edilberto R. Daolio (FAEX) aborda a autodestruição, um dos comportamentos humanos mais perceptíveis da atualidade que pode ser também chamado de suicídio indireto. Este comportamento é o de milhões de pessoas que possuem hábitos de vida destrutivos, má alimentação, consumo excessivo de álcool e tabaco, uso de drogas lícitas e ilícitas, ou seja, o suicídio indireto é este comportamento autodestrutivo do viver matando-se diariamente, por ações e por omissões.

Já o último artigo, Culturas escolares: conceitos, reflexões e embates, dos autores Daniel A.C. de Medeiros (FAEX) e de Hercules Alfredo Batista Alves (USF), trata da Cultura Escolar como parte fundamental do processo de ensino/aprendizagem, discutindo alguns conceitos de cultura escolar, principais teóricos, fundamentos conceituais e assim debatendo a questão das identidades, relações sociais, conflitos, dificuldades de ensino e aprendizagem dentro da escola, buscando ainda refletir como as questões das condições sociais dos alunos interferem na vivência escolar.

Fechando este primeiro número, temos uma belíssima resenha, do autor Paulo Ricardo Bonfim (USF/PUC), ancorada na pesquisa de mestrado da historiadora Ana Paula Torres Megiani, O Jovem Rei Encantado: Expectativas do Messianismo Régio em Portugal, Século XIII a XVI.

Boa leitura!

Luís Eduardo Machado.

Coordenador do Conselho Editorial

E-Locução – ISSN 2238-1899

v.1, n.1, jan./jun. 2012

Publicação Semestral da FAEX – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema

CONSELHO EDITORIAL

Coordenador

Prof. Luís Eduardo Machado

Editores

Prof. Marcello Teixeira Franceschi

Prof. Daniel Amaro Cirino de Medeiros

Prof. Edilberto Raimundo Daolio

CORPO EDITORIAL

Administrador Financeiro

Prof. João Batista da Silva

NÚCLEO DE EDITORAÇÃO

Coordenador de Marketing

Prof. Francisco França Strepco

Jornalista Responsável

Liliane Almeida MTB – 11.868

Revisão de Normalização

Prof. Marcello Teixeira Franceschi

Prof. Daniel Amaro Cirino de Medeiros

Profa. Eliana Aparecida Del Col Lopes

Prof. José Christiano Villas Boas

Autores dos textos

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação

Prof. Francisco França Strepco

Endereço para correspondência

Estrada Municipal Pedro Rosa da Silva S/N

Vila Rica – Extrema, MG

E-mail: revistacientifica@faex.edu.br

2012

SUMÁRIO

1. A AUTORIDADE POLICIAL E O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA
2. A CRIANÇA, O TRABALHO E A RUA NO BOLETIM INTERNO DE EDUCAÇÃO: “DO QUE SERVE GANHAR A SUBSISTÊNCIA PERDENDO A SAÚDE E A MORALIDADE?”
3. CONSTRUÇÃO DO ANUÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DE EXTREMA
4. A COMUNICAÇÃO INTERNA PARA PROMOÇÃO DA QUALIDADE
5. DISCUSSÕES SOBRE O RURAL E O URBANO NO MUNICÍPIO DE CAMANDUCAIAMG
6. DIAGNÓSTICO LOGÍSTICO EM EXTREMA-MG: UM ESTUDO SOBRE LOGÍSTICA REVERSA
7. COMPETITIVIDADE: O COMBUSTÍVEL DO PROGRESSO E DO DESENVOLVIMENTO GLOBAL
8. CONDUTAS AUTODESTRUTIVAS: O SUICÍDIO INDIRETO
9. CULTURAS ESCOLARES: CONCEITOS, REFLEXÕES E EMBATES
10. RESENHA

A AUTORIDADE POLICIAL E O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

LAURO MARIO MELO DE ALMEIDA

RESUMO

O artigo afirma a Autoridade Policial como primeira guardiã de direitos e garantias individuais em virtude dos princípios constitucionais e tratados internacionais ratificados pela República Federativa Brasileira. A observação pela Autoridade Policial do Princípio da Insignificância nos casos que a ele se amoldam, refletem esta condição de primeiro guardião de direitos e garantias individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Autoridade Policial; Princípio da Insignificância; Polícia Civil; Direitos e Garantias Individuais.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é discorrer sobre a observância do princípio da insignificância pela autoridade policial. Neste sentido, analisaremos um caso real, sobre um indivíduo que fora acusado de furtar duas picanhas, no valor de R\$ 62,00 (sessenta e dois reais), em um supermercado na cidade de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, em agosto de 2009.

Entendemos que a autoridade policial frente à Constituição Brasileira de 1988, ao Estado Democrático de Direito e aos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, assume de forma plena a função de garantidor de direitos e garantias individuais contempladas no art. 5º da Lei Maior.

Não obstante à discricionariedade dos atos técnicos e jurídicos de polícia judiciária praticados pela autoridade policial frente a situações fáticas, outras instituições insistem em apresentar representações administrativas em desfavor das autoridades policiais à Corregedoria da Polícia Civil entendendo que a não lavratura do auto de prisão em flagrante pelo delegado de polícia nos casos sobre a égide do princípio da insignificância tipificaria uma infração administrativa e penal.

No caso apresentado foi o que ocorreu. Após a lavratura de um singelo boletim de ocorrência, o caso fora encaminhado à Delegacia de Polícia da área onde a autoridade policial responsável (não mais a primeira) instaurou o devido inquérito policial, relatando-o em tempo hábil e encaminhando-o ao Ministério Público o qual ofereceu denúncia crime contra o autor do furto de duas picanhas em supermercado e ainda, solicitara que cópias do devido inquérito policial e denúncia

fossem encaminhados à Corregedoria da Polícia Civil para apuração de eventual infração administrativa ou penal cometida pelo Delegado de Polícia.

Conseqüentemente apresentaremos jurisprudência e doutrina pátria consagrando a discricionariedade das decisões técnicas de polícia judiciária, a propósito da função fundamental da autoridade policial de garantidor dos direitos e garantias individuais consagradas na Constituição de 1988 e a respeito do princípio da insignificância.

2 DESENVOLVIMENTO

Os fatos narrados aconteceram no plantão policial sendo então lavrado o respectivo boletim de ocorrência, com o seguinte histórico:

Presente neste plantão o representante da empresa vítima relatando que percebeu o averiguado saindo correndo do estabelecimento comercial e neste momento passava uma viatura com os G.M W. e A. os quais foram acionados para deterem o averiguado e na sua posse foi localizado os objetos aqui apresentados apreendidos e devolvidos ao representante vítima (02 peças de picanha no valor de R\$ 62,00). Nada mais.

O boletim de ocorrência foi encaminhado ao Distrito Policial da circunscrição respectiva e através de portaria inicial da autoridade policial competente instaurou-se inquérito policial. Depois de relatado pelo delegado de polícia, entendeu o Ministério Público bandeirante pela denúncia crime contra o autor e ainda pela apuração de eventual infração administrativa ou criminal pela autoridade policial em virtude de não ter elaborado a prisão em flagrante delito do autor.

Preliminarmente, transcrevemos trechos da decisão do Juiz de Direito Exmo. Sr. Dr. Julio Osmany Barbin, sobre a discricionariedade das decisões técnicas e jurídicas de polícia judiciária da autoridade policial durante sua atividade profissional nos autos de nº 253/2002 da Corregedoria da Justiça, Comarca de Rio Claro/SP:

Assim colocada a questão, fácil inferir, por via de conclusão, que a autoridade policial, por excelência e na forma de nossa estrutura legal, que suporta a organização de ssp, é o delegado de polícia. A ele incumbe,

mercê de sua formação jurídica e, por exigência de requisitos para o ingresso na carreira policial, apreciar as infrações penais postas por seus agentes (policiais, genericamente entendidos), sob a luz do direito, máxime, em se cuidando de segurança pública, do direito penal. Sempre que tiver conhecimento de uma infração penal o delegado de polícia (autoridade por excelência) deve fazer uma avaliação, a fim de visualizar se se cuida de fato típico, como espelha a teoria da tipicidade, o “tatbestand” do direito alemão, ou não, daí procedendo de acordo com o que a lei regram. Do mesmo modo, concluído que se cuida de “fato típico”, incumbe ao delegado de polícia, por via da formulação de um juízo de valor, decidir se se trata de prisão em flagrante, em quase flagrante (flagrante próprio ou impróprio), flagrante preparado, ou se efetivamente, não houve flagrante. A formulação desse juízo de valor não tem regra matemática a ser seguida. Cuida-se de avaliação subjetiva, realizada com os supedâneos do conhecimento jurídico e da experiência, amalhada ao longo da carreira policial. É conhecimento personalíssimo e ao abrigo de qualquer influência externa. Corolário do exposto não é falho afirmar-se que entregue o fato à autoridade policial, por qualquer agente de sua autoridade, aquela primeira etapa do procedimento administrativo policial esta exaurida. E se é cômodo afirmar que “o caso foi levado ao conhecimento da autoridade policial” mais cômodo ainda deve ser, após, não se fazerem ingerências no âmbito de outras atribuições... Repito, para bem cumprir sua missão é dever do delegado de polícia proceder a uma formalização, mesmo que precária de tipicidade, pois a definitiva incumbe ao ministério público, do fato criminoso a si colocado, para daquela tipicidade precária tirar efeitos jurídico-processuais, bem assim decidir se é infração da qual o agente se livra solto, ou sem fiança, ou sem direito a fiança (inafiançável), ou se se cuida de crime hediondo ou qualquer outro, para pedir a segregação temporária do indiciado se julgar necessário, caso não opte pela flagrância do delito. Para completar o raciocínio aqui desenvolvido é oportuno colocar que na estrutura da secretaria de segurança pública, as autoridades administrativas hierarquizadas são o governador do estado, seu secretário de segurança pública e o delegado de polícia judiciária. Todos os demais integrantes dessa complexa estrutura são “agentes da autoridade policial” que os doutos chamam de “longa manus”, em situação ao participio presente do verbo agir para tal fim substantivado. Assim são agentes da autoridade policial, que é o delegado de polícia, toda a polícia militar, desde seu comandante geral até o mais novo praça e todo o segmento da organização policial civil, bem assim o iml, ipt etc...e nenhuma dessas categorias podendo influenciar os atos de autoridade policial, enquanto “atos de polícia judiciária” sujeitos a avaliação jurídico-subjetiva”.

Outra decisão pertinente ao tema é a prolatada pelo Juiz Rafael Gonçalves de Paula nos autos do Processo nº 124/03 – 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas/TO:

Trata-se de auto de prisão em flagrante de Saul Rodrigues Rocha e Hagemenon Rodrigues Rocha, que foram detidos em virtude do suposto furto de duas (2) melancias. Instado a se manifestar, o Sr. Promotor de Justiça opinou pela manutenção dos indiciados na prisão. Para conceder a liberdade aos indiciados, eu poderia invocar inúmeros fundamentos: os

ensinamentos de Jesus Cristo, Buda e Ghandi, o Direito Natural, o princípio da insignificância ou bagatela, o princípio da intervenção mínima, os princípios do chamado Direito alternativo, o furto famélico, a injustiça da prisão de um lavrador e de um auxiliar de serviços gerais em contraposição à liberdade dos engravatados e dos políticos do mensalão deste governo, que sonegam milhões dos cofres públicos, o risco de se colocar os indiciados na Universidade do Crime (o sistema penitenciário nacional)...Poderia sustentar que duas melancias não enriquecem nem empobrecem ninguém. Poderia aproveitar para fazer um discurso contra a situação econômica brasileira, que mantém 95% da população sobrevivendo com o mínimo necessário apesar da promessa deste presidente que muito fala, nada sabe e pouco faz. Poderia brandir minha ira contra os neo-liberais, o consenso de Washington, a cartilha demagógica da esquerda, a utopia do socialismo, a colonização européia....Poderia dizer que George Bush joga bilhões de dólares em bombas na cabeça dos iraquianos, enquanto bilhões de seres humanos passam fome pela Terra - e aí, cadê a Justiça nesse mundo? Poderia mesmo admitir minha mediocridade por não saber argumentar diante de tamanha obviedade. Tantas são as possibilidades que ousarei agir em total desprezo às normas técnicas: não vou apontar nenhum desses fundamentos como razão de decidir. Simplesmente mandarei soltar os indiciados. Quem quiser que escolha os motivos.

A autoridade policial detém conhecimento técnico-jurídico. Este conhecimento é adquirido em cinco anos do curso de bacharelado em Direito, requisito objetivo para seu ingresso na carreira de Delegado de Polícia. Fabio Ulhôa Coelho assevera (COELHO, 2003):

A doutrina reúne conhecimentos de caráter tecnológico e científico. Ao afirmar que determinada norma jurídica deve ser interpretada num sentido, o doutrinador constrói um saber tecnológico, insuscetível de verificação pelos valores verdade/falsidade. Apenas ao examinar as razões pelas quais uma sociedade gerou determinadas normas jurídicas, e não outras, ele desenvolve um conhecimento científico, cuja veracidade ou falsidade pode ser metodologicamente verificado.

Este conhecimento técnico-jurídico adquirido pela autoridade policial é comum as carreiras jurídicas a qual a de Delegado de Polícia também pertence. Não é outro o entendimento pacífico do STF refletido na ADI nº 245/RJ, citada por Regis Fernandes de Oliveira (OLIVEIRA, 2010):

O que a Constituição exige é a existência de carreira específica de delegado de polícia para que membro seu dirija a polícia civil, tendo em vista, evidentemente, a formação necessária para o desempenho dos cargos dessa carreira.

Neste sentido, como operadores do Direito cabe aos Delegados de Polícia de carreira a tipificação inicial da conduta apresentada. O repertório jurídico inerente ao exercício da função técnica e jurídica de polícia judiciária tem como base as normas constitucionais. Princípios e regras integram estas normas. Entre os fundamentos da Constituição Federal de 1988 encontra-se a dignidade da pessoa humana. Alexandre de Moraes explica o fundamento constitucional (Moraes, 1999)

A dignidade da pessoa humana: concede unidade aos direitos e garantias fundamentais, sendo inerente às personalidades humanas. Esse fundamento afasta a idéia de predomínios das concepções transpessoalistas de Estado e Nação, em detrimento da liberdade individual. A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos.

O apontamento destacado da dignidade pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, elencada no art. 1º da Carta Magna, obriga ao operador do Direito uma séria reflexão técnica-jurídica na aplicação pragmática e concreta da lei. O sociólogo A.Y. Gourevitch justifica a necessidade de constante ajustamento cultural (RICOUER, 1975):

As representações do tempo são componentes essenciais da consciência social, cuja estrutura reflete os ritmos e as cadências que marcam a evolução da sociedade e da cultura. O modo de percepção e de apercepção do tempo revela inúmeras tendências fundamentais da sociedade e das classes, grupos e indivíduos que a compõem. O tempo ocupa um lugar de primeiro plano no modelo do mundo que caracteriza esta ou aquela cultura, tanto quanto outros componentes desse modelo, como o espaço, a causa, a mudança, o número, a relação entre o mundo sensível e o mundo supra- sensível, a relação do particular ao geral e da parte ao todo, o destino, a liberdade, etc.

A partir desta concepção fundamental do Estado Democrático de Direito Brasileiro iniciou-se o desenvolvimento de nova técnica jurídica ampliadora dos conceitos clássicos do Direito Penal.

Relativamente à tipicidade penal, a sombra da preocupação sobre os valores da dignidade da pessoa humana, não se há de permitir, em sua análise técnica

efetuada pela autoridade policial, a mera subsunção do fato à norma penal, demonstradora de um positivismo exacerbado, na realização do fato típico. Aspectos valorativos e a observação importante sobre os princípios da fragmentariedade e da intervenção mínima devem ser observados. Assim, o STF, em decisão do Ministro Menezes Direito no Habeas Corpus n. 94439/RS em 3.3.2009:

De acordo com entendimento assentado na mais alta Corte Judicial do país, Supremo Tribunal Federal, na aferição da tipicidade penal, do relevo material da tipicidade penal, deve-se analisar, o operador do Direito, aspectos concernentes (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Os contornos atuais da tipicidade penal são baseados na ofensividade da conduta do agente, da periculosidade social da ação, do grau de reprovabilidade do comportamento e da lesão jurídica provocada. Estes os ingredientes soberanos do princípio da insignificância. Fernando Capez ensina com propriedade o significado do princípio:

Percebe-se, por derrateiro, que o princípio da insignificância constitui um relevantíssimo instrumento que possibilita ao operador do Direito avaliar se determinada ação prevista como crime revestiu-se, no caso concreto, de conteúdo ontológico que a possa caracterizar como tal. Tipos penais que se limitem a descrever formalmente infrações penais, independentemente de sua efetiva potencialidade lesiva, atentam contra a dignidade da pessoa humana. É possível, assim, concluir que a norma penal em um Estado Democrático de Direito não é somente a que formalmente descreve um fato como infração penal, pouco importando se ele ofende ou não o sentimento social de justiça; ao contrário, sob pena de colidir com a Constituição Federal, o tipo incriminador deverá, obrigatoriamente, selecionar, dentre todos os comportamentos humanos, apenas aqueles que realmente possuam lesividade social. Qualquer construção típica, cujo conteúdo contrariar e afrontar a dignidade humana, será materialmente inconstitucional, posto que atentatória ao próprio fundamento da existência de nosso Estado.

Já no Direito Romano, o brocardo “de minimis non curat praetor” originaria as linhas mestras do princípio da insignificância ou bagatela. Com Claus Roxin, em 1964, fora introduzido no sistema penal supedâneo de moderna política criminal. Ainda, Fernando Capez informa:

Segundo tal preceito, não cabe ao Direito Penal preocupar-se com bagatelas, do mesmo modo que não podem ser admitidos tipos incriminadores que descrevam condutas totalmente inofensivas ou incapazes de lesar o bem jurídico. Nesse contexto, se a finalidade do tipo penal é a de assegurar a proteção de um bem jurídico, sempre que a lesão for insignificante, a ponto de se tornar incapaz de ofender o interesse tutelado, não haverá adequação típica.

Recepcionado pelo Direito Penal pátrio, o princípio da insignificância deve ser aplicado incondicionalmente pelo operador do Direito. Rogério Greco leciona (GRECO, 2009):

O desenvolvimento do princípio da insignificância muito se deve ao professor alemão Claus Roxin. De acordo com as lições proferidas, percebe-se que o princípio da insignificância: é entendido como um princípio auxiliar de interpretação; pode ser aplicado em grande parte dos tipos, tem por finalidade afastar do tipo penal os danos de pouca ou nenhuma importância.

Nos casos concretos, presentes as condições objetivas de sua constatação, não se justifica a prisão em flagrante delito, sujeitando-se a autoridade coatora a responder pelo crime de abuso de autoridade¹. A atividade de polícia judiciária submete-se ao princípio do devido processo legal. Busca-se garantir os direitos individuais e a determinar os deveres do Estado de Direito. Anderson de Souza Daura sobre o devido processo legal explica (DAURA, 2009):

É uma base sólida para a ordem jurídica atual e vigente, tendo ampla aplicação, o que garante os indivíduos contra os atos concretos estatais equivocados ou quaisquer interpretações de lacunas de legislações positivas.

Cabe ao Delegado de Polícia a primeira análise dos fatos apresentados. Não pode ele agir como um mero escriturário e tratar os atos de privação de liberdade como mera rotina a ser realizada. Guilherme de Souza Nucci remete a exposição de motivos do Código de Processo Penal para justificar a importância do inquérito policial (NUCCI, 2002):

Na exposição de motivos do Código de Processo Penal, item IV, menciona Francisco Campos que o inquérito é um “processo preliminar ou preparatório da ação penal”, que visa a evitar “apressados e errôneos juízos, formados quando ainda persiste a trepidação moral causada pelo crime ou antes que seja possível uma exata visão de conjunto dos fatos, nas suas circunstâncias objetivas e subjetivas.

O princípio da insignificância se aplica integralmente aos fatos apresentados

neste trabalho. Duas picanhas no valor de R\$ 62,00 (sessenta e dois reais) foram subtraídas de um supermercado em Bragança Paulista. O fato não fora cometido com violência a pessoa ou a objetos do comércio. A atitude frustrada do autor não propiciou perigo à sociedade, sendo que logo a seguir da conduta fora abordado por guardas municipais, não resistindo à prisão. O patrimônio dos proprietários do estabelecimento sequer fora arranhado. Aliás, o objeto foi devolvido ao mercado, sendo que podemos afirmar que não ocorrera lesão jurídica na espécie. Enfim, o grau de reprovabilidade da conduta é mínimo. Não podemos ser hipócritas a ponto de acreditar que frente ao momento de crescimento do tráfico de drogas, do crime organizado, do crime de colarinho branco, da violência contra as mulheres e do alto grau de corrupção dos nossos políticos, que subtrair duas picanhas de um supermercado possa ter outro grau de reprovabilidade que não o mínimo.

Desta forma, frente à atipicidade do fato, lavrar um singelo boletim de ocorrência e não prender em flagrante delito o autor pelo crime de furto consubstanciou atitude técnica e jurídica corretíssima do operador do Direito.

3 CONCLUSÃO

É fato que a mínima ofensividade da conduta do agente, a inexistente periculosidade social da ação, o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada foram os parâmetros jurídicos considerados no momento da lavratura do boletim de ocorrência. O valor de R\$ 62,00 (sessenta e dois reais) se encaixara na jurisprudência da mais alta corte do país, o Supremo Tribunal Federal, como paradigma dos fatos.

Interessante a posição do promotor de justiça em desejar que o flagrante fosse lavrado. Não lhe assiste razão. Trata-se de posicionamento irresponsável, ilegal. 1 Constitui abuso de autoridade: a) ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder; Lei 4898/1965, art. 4º, (a).

Também faltara o digníssimo representante do Ministério Público com a ética profissional. A ocorrência fora conduzida às claras, e encaminhada ao Distrito Policial, para outra autoridade policial decidir sobre a instauração do inquérito, o qual, por sua vez, instaurou o devido inquérito policial apresentando os fatos ao Poder Judiciário. Ainda assim, o infeliz promotor encaminhara as peças para corregedoria da polícia civil para apuração de responsabilidade administrativa pela autoridade policial. Uma atitude lamentável.

Enfim, tratando-se de fato atípico poderia a autoridade policial arquivar o

boletim de ocorrência apoiado em decisão fundamentada na técnica jurídica.

A autoridade policial no Estado Democrático de Direito surge como o principal garantidor dos direitos e garantias individuais. Vinte e quatro horas por dia, todos os dias do ano, o Delegado de Polícia assiste à população mais carente e necessitada de nossa sociedade.

As decisões de polícia judiciária são de duas naturezas: defensoras de direitos e garantias individuais; e de proteção à sociedade. Quando a autoridade policial lavra um auto de prisão em flagrante está agindo de forma a proteger a sociedade contra um criminoso. Quando aplica o princípio da insignificância no caso concreto, ou refere-se a uma conduta como atípica, defende os direitos e garantias individuais do cidadão. Ambas as condutas do Delegado de Polícia apóiam-se em seu poder de decidir. Este poder de decidir caracteriza a função de natureza jurídica de operador do Direito da Autoridade Policial. Por isso, é, o Delegado de Polícia, Autoridade.

REFERÊNCIAS

CAPEZ, Fernando, **O princípio da insignificância ou da bagatela**. Disponível em: www.jusvi.com/artigos/40562. Acesso em: 25 ago. 2010.

COELHO, Fabio Ulhôa Coelho, **Curso de direito civil**, volume 1. São Paulo: Saraiva, 2003.

DAURA, Anderson de Souza, **Inquérito policial: competência e nulidades de atos de polícia judiciária**. 3ª ed. – Curitiba: Juruá, 2009.

GRECO, Rogério. **Direito Penal do Equilíbrio: uma visão minimalista do Direito Penal**. 4. ed. – Niterói, RJ: Impetus. 2009.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 5ª ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Resgate da dignidade da polícia judiciária brasileira**. Edição dos autores, 2010.

RICOUER, Pablo. **As culturas e o tempo: estudos reunidos pela Unesco**. Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

A CRIANÇA, O TRABALHO E A RUA NO BOLETIM INTERNO DE EDUCAÇÃO: “DO QUE SERVE GANHAR A SUBSISTÊNCIA PERDENDO A SAÚDE E A MORALIDADE?”

DANIEL AMARO CIRINO DE MEDEIROS¹

MARCELLO TEIXEIRA FRANCESCHI²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é, a partir do texto extraído do Boletim Interno da Divisão de Educação, pensar temas como infância, moral, higiene e educação. Como suporte teórico para tal discussão, levar-se-á em conta as ideias sobre infância de Ariès e Heywood, Froebel e sua concepção de educação, e Kuhlmann em relação à história da educação, análise e suporte referencial quanto os boletins e infância. Assim, por fim, pensar como este cabedal teórico exemplifica e justifica o tipo de composição social proposta no texto encontrado em tal boletim.

Palavras-chave: educação; infância; moral; higiene

No texto bíblico é levantada a seguinte questão: “Que aproveita alguém em ganhar o mundo inteiro se acabar por se perder a si mesmo?”³ - Com igual intensidade brada a autora do artigo “A delinqüência infanto-juvenil e os trabalhos de crianças e adolescentes na rua” - “Do que serve ganhar a subsistência perdendo a saúde e a moralidade?”

¹ Graduado em Letras pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista, pós-graduado em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia;, pós-graduado em Filosofia e seu Ensino pela Universidade São Francisco e mestrando em Educação na mesma instituição. Atualmente é assessor da Diretoria Acadêmica e professor em tempo integral na FAEX. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas Brasileira e Portuguesa, Comunicação Empresarial, Filosofia com ênfase no ensino de Ética nas Organizações, Sociologia e Comportamento Organizacional, Humanidades , assim como em Línguas Estrangeiras (em especial tradutor e intérprete de Espanhol e Inglês).

² Graduado em Letras, pós-graduado em Formação de Professores para o Ensino Superior e mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade São Francisco, na linha de pesquisa em História, Historiografia e Ideias educacionais. Atualmente é professor de Comunicação nos Cursos de Direito, Engenharia e TI na Faex. Além disso, é revisor e palestrante nesta mesma instituição onde ainda compõe o conselho editorial da Revista Científica “E-Locução” como um dos editores e revisores.

³ Mateus 16:26

Antes de tratar as questões da saúde e moralidade encontradas no artigo, há de se pensar o veículo utilizado para dispor do mesmo e a quem era destinado, assim como em quem seria trabalhado este material - os boletins internos da Divisão de Educação do Estado de São Paulo. Segundo Kuhlmann, em trabalho iniciado em 2005 e com o intuito de analisar este material:

“Esta publicação pretendia orientar a programação e as práticas educacionais e trazer informações sobre a Secretaria, os Parques e Recantos Infantis, os Centros de Educação Familiar e os Centros de Jovens e de Moças”.

Os Boletins foram publicados mensalmente de 1947 a 1957 pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de São Paulo. Por ser um material de caráter interno, ele tem características bastante particulares quanto sua estrutura. Como explicita Kuhlmann:

“Cada número do *Boletim* apresenta artigos de caráter geral (saúde, educação, desenvolvimento infantil, etc.), relatos de experiência, propostas de material didático, relatórios e informações sobre a Secretaria e os Parques e Recantos Infantis (relacionadas às crianças, aos profissionais, aos materiais) e notícias diversas.”

O artigo ao que este estudo se deterá foi publicado em Julho de 1947 – Ano I – Número 7. Nele a autora, Maria Ignez Longhin, demonstra sua preocupação em relação não ao trabalho infantil em si, mas ao trabalho que ela considera “profissões ruelas”.

“É nosso dever, como educadores, encaminhar nossas crianças para profissões e atividades que continuam a exercer ação construtiva e educativa na formação do adolescente. Não podemos permitir que eles percam o cabedal que receberam nas nossas instituições, por causa da escassa remuneração dos trabalhos de rua com tôdas as suas terríveis conseqüências.”

É interessante atentar que, no início do parágrafo acima colocado, ela os chama de “crianças”, porém no final da linha os chama de “adolescentes”. Portanto, faz-se necessário refletir sobre a ambigüidade e dificuldade de se falar sobre infância.

Pensar a infância é pensar em um processo e não em um conceito acabado. A atitude dos adultos em relação á infância muda no decurso da história (Ariès, 1997) assim como ainda hoje.

Para Heywood (2004), “a criança é um constructo social que se transforma com o passar do tempo e, não menos importante, varia entre grupos sociais e étnicos dentro de qualquer sociedade”. (p.21)

Na Antiguidade romana, segundo Ariès, a criança era aceita no seio de uma família mais através de um processo de adoção do que fato a priori esperado, ou seja, após o nascimento, deveria ainda assim passar pela aceitação enquanto um acréscimo àquele núcleo familiar.

“Sabe-se que a criança romana acabada de nascer era pousada no chão. Cabia então ao pai reconhecê-la pegando-lhe ao colo e levantando-a (*elevare*) do chão; elevação física que, em sentido figurado, se tornou a educação. Se o pai não “levantava” a criança, esta era abandonada, exposta diante da porta, como acontecia com os filhos dos escravos com os quais o amo não sabia o que fazer.”(p.361)

Esta prática de adoção separa a sexualidade da procriação – a escolha de quem viria a ser o herdeiro é voluntária e não devido ao grau de parentesco - mudança de mentalidade em relação à criança se dará através da representação do casamento:

“O casamento passa a assumir uma dimensão psicológica e moral que não tinha na Roma mais antiga, e estende-se para além da vida, na morte, como demonstra o facto de que se reproduz no túmulo a sua simbologia. A união dos dois corpos tornou-se sagrada, como também os filhos daí advém”. (p. 361)

Já na Idade Média, a criança será vista mais como um homem que, apesar de pequeno, logo viria a ser um adulto – um homem completo. “a infância – não já a do *puer bimulus* – mas uma idade um pouco mais avançada – confunde-se com a juventude – não já a da adolescência, mas a dos homens jovens e fortes.” (p.365)

Levando em consideração a situação que grande parte da população vivia, não se teria como ter uma visão romântica ou bucólica da infância, pois a uma visão de beleza se colocava a crueza da realidade e necessidade de sobreviver.

“ [...] a maior parte da população levava uma existência miserável, trabalhando apenas para sobreviver, sob a ameaça da peste, de inanição ou de invasões estrangeiras. O historiador Jacques Le Goff asseverou que a “ Idade Média utilitária” não tinha tempo para a compaixão ou admiração da criança, de forma que mal a notava.” (Heywood, p. 34)

A partir do século XVI um fato importante é notado – nas classes mais ricas desenvolve-se uma maneira própria de vestir as crianças – primeiro os meninos – pois as meninas ainda estariam presas às vestimentas de senhoras. Um sentimento em

relação à infância se desenvolve de forma bidimensional – enquanto se tem o carinho, ternura esta continua sendo dosada em grande parte com severidade.

“E isto deve-se ao nascimento de outro tipo de sensibilidade à infância, destinado a abalar a atitude dos adultos perante a criança, até ao século XX. Um sentimento bifronte: de um lado solicitude e ternura, uma espécie de forma moderna do amimar, do outro ainda solicitude mas também severidade, a educação.” (p.368)

A preocupação, a partir do século XVII, era a de “fazer dessas crianças pessoas honradas e probas e homens racionais”, pois “só o tempo pode curar o homem da infância e da juventude, idades da imperfeição sob todos os aspectos”. E qual seria o instrumento para a transmissão de conhecimento para a sobrevivência da sociedade?

“O problema da sobrevivência de uma sociedade consiste em assegurar a transmissão dos conhecimentos e valores que considera como essenciais. A educação é, sob este aspecto, o conjunto dos instrumentos que uma sociedade adopta para garantir essa transmissão.”

A visão de Ariès sobre a infância serve para ilustrar a ideia que se tinha sobre a criança, mas deve ser vista com certas ressalvas, pois como contrapõe Heywood:

“Seguindo o pensamento de David Archard, poderia-se dizer que o mundo medieval provavelmente teve algum conceito de infância, mas suas concepções sobre ela eram muito diferentes das nossas. Como historiador, deve-se certamente reconhecer o papel de Ariès ao abrir o tema infância, aproveitar suas tantas percepções acerca do passado e seguir adiante. Uma abordagem mais frutífera é buscar essas diferentes concepções sobre a infância em vários períodos e lugares, e tentar explicá-las à luz do material e das condições culturais predominantes.” (p.27)

Aprofundando esta ressalva, é necessário levar em consideração também a reflexão e interpretação destes materiais e destas condições, como salienta Kuhlmann, em *Infância e Educação Infantil*:

“Outro aspecto que merece reflexão é a interpretação que supõe um sentido unidirecional para o desenvolvimento do sentimento de infância, das classes mais altas, da nobreza ou da burguesia, para as classes populares. Mesmo em abordagens que tomam a infância em sua referência etimológica, como os sem-voz, sugerindo uma certa identidade com as perspectivas da história vista de baixo, a história dos vencidos, essa visão monolítica permanece e mantém um preconceito em relação às classes subalternas, desconsiderando a sua presença no interior das relações sociais.” (p.23)

A definição dos tipos de trabalhos considerados “profissões ruelas” para a autora vão desde “jornaleiros”, passando a “...mensageiros, entregadores de tinturarias e mercearias, os engraxates, os guardinhas de automóveis...” e, nestas profissões, por causa do contato direto com a rua, as crianças corriam o risco de encontrar:

“...as tentações mais vivas, os conselhos mais perniciosos, as cenas de brutalidade e embriaguês, a exibição da prostituição, a linguagem de obscenidade mais repugnante, os cabarés, os cinemas, as estampas obscenas, os *dancings*, etc.”

A preocupação, ao discorrer o artigo é quanto o contato que os menores teriam com adultos que praticassem “jogos de azar, prostituição” assim como risco de se tornarem pedintes.

Digno de nota é este convívio ser o meio de se aprender cinismo e desenvolver práticas que a autora relaciona a certas profissões:

“...Há, entretanto, os jornaleiros que Ingenieros chama “adventícios”, que são amorais da profissão: onanistas, pederastas, jogadores, bêbados, que vendem jornais por excessão, porque isto lhes facilita o vagar de um lugar para outro, com melhores oportunidades para suas atividades perversas.”

Para a autora, o lugar do menor é o lar, este faltando a escola (o que nos remete ao início do texto em que ela demonstra sua preocupação com os que saem dos Parques e também das escolas).

Os Parques, segundo Kuhlmann em “a base de dados sobre o boletim interno da divisão de Educação, Assistência e Recreio, São Paulo, 1947 a 1957” não era uma instituição escolar, mas extra-escolar:

“...pois não estava vinculado ao sistema educacional. No Parque Infantil, as crianças tinham que seguir algumas regras, diferentes das que se seguiam na escola, mais flexíveis, pois a elas eram oferecidas diversas tarefas, atividades e diversão. De um lado, o parque infantil não era uma escola. De outro lado, era uma instituição educacional que utilizava práticas das instituições escolares, como por exemplo, os Centros de Interesse, para o desenvolvimento de sua programação. O parque atendia tanto a crianças em idade pré-escolar de educação infantil, como também crianças dos 7 aos 10 anos, que o freqüentavam em horário complementar ao da escola.” (p.3)

A escola enquanto lugar para fuga dos vícios e também lugar para ensinar moralidade às crianças, como analisa Kuhlmann (2001) – “Se a ordem moral era parte constitutiva da ordem social, a restauração dos princípios morais e religiosos poderia ser alcançada pela educação e pela instrução” (p.183) – moralizar era também educar – moralidade esta que a autora apresenta como um “abandono moral” praticado pela família:

“... em quase todos os casos, o menor que trabalha é um abandonado moral ou vagabundo que abandonou o lar, quando não é menor cruelmente obrigado a trabalhar pela cobiça dos pais” (5) “E, do que serve ganhar a subsistência perdendo a saúde e a moralidade?”

Saúde e Moralidade, dois conceitos que andam de mãos dadas, neste período, com a educação. Os próprios boletins eram direcionados a educadores e higienistas que atuavam nas escolas e Parques, tendo estes temas grandes espaços, segundo Kuhlmann :

“Os temas privilegiados pela publicação estavam relacionados com a Educação Física, a Educação Moral e Higiénica, a Educação Musical, a Educação Especial, os Meios e Materiais da Programação dos Parques Infantis e os Temas da Programação ou como parte integrante de artigos e orientações mais amplas ou como foco central de artigos e orientações específicas.” (p.4)

Ainda segundo referido autor:

“A saúde e a educação se entrelaçam nas propostas de tal modo que se tornam mutuamente subordinadas no propósito de construir as bases da nação moderna e ordeira.” (2002, p.478)

Froebel, em “A Educação do Homem”(1826), também demonstrava sua preocupação com a moralidade e, inclusive, a necessidade de um método que levasse a educação para o fim que ele lhe considerava adequado – “ O fim da educação é o desenvolvimento de uma vida fiel à sua vocação – são, pura e, portanto, santa.”(p.23)

Esta educação do homem, segundo Froebel, é fortemente atrelada à religião e ao relacionamento do homem com Deus, segundo ele:

“A educação ativa e diretiva principia propriamente para o homem quando ele começa a viver em união com Deus, quando começa a estabelecer-se em mútua compreensão e intimidade comum de vida entre pai e filho, porque assim a verdade se deriva da essência do todo e da natureza do indivíduo para poder ser, sem esforço, reconhecida.”

No Brasil, consonante a Froebel, temos o higienista Menezes Vieira, como destaca Monarcha:

“Assim como para Froebel, Menezes Vieira destaca a atenção a se dada à educação moral, porque ‘ dela depende o bom ou mau uso que o homem há de fazer de suas forças físicas e intelectuais. Salienta que as faculdades morais em germe: o amor, a equidade, a vontade; a vontade; desenvolvem-se muito melhor pelo exercício do que pela palavra, pelo exemplo, disciplina e instrução.”

Concomitante à imoralidade que a rua representa, para a autora também o estar na rua era procurar uma forma de adoecer:

“ As conseqüências das ocupações dos menores na rua não se reflete apenas na deformação moral, mas , e com muita freqüência, na saúde deles,

comprometendo-lhes até a vida, porque ficam sujeitos às intempéries e a grandes fadigas. As longas caminhadas dos mensageiros, os esforços dos jornalistas que tomam bondes de assalto e super-lotados, constituem exercícios físicos impróprios aos seus organismos em formação.”

Logo na seqüência, citando um estudo de José L. Araya, que em seu livro “Assistência Social ao Menor” demonstra estatística norte-americana produzida pelo Children’s Bureau elenca uma seqüência de problemas de saúde de crianças que trabalhavam na rua:

“...lesões cardíacas, tuberculose, pé plano e enfermidades da garganta. Estas enfermidades têm uma proporção muito superior entre menores com trabalhos na rua, em comparação com outros menores de outras atividades. Podemos afirmar ainda que as precárias condições de alimentação, de proteção às intempéries e outras desfavoráveis à saúde que diminuem a resistência orgânica do jovem, fazem dêle um predisposto para qualquer enfermidade.”

Interessante notar a preocupação em relação à tuberculose que Menezes Vieira também tinha e privilegiava a educação física como uma forma de, através de jogos e higiene, salvaguardar as crianças:

“Como médico, Menezes Vieira dá destaque especial à higiene e à educação física nos jardins-de-infância. Privilegia os jogos livres para fortificar o corpo da criança como preferíveis aos exercícios ginásticos normais. Esta ênfase é argumentada pelo dolorosíssimo quadro que apresenta a nossa população escolar: um batalhão de crianças decrepitas, caminhando certo ao encontro da fatal tuberculose.”

Depois de citar uma gama de leis – tanto estadunidenses quanto brasileiras caminha para uma conclusão que, em si, traz uma súplica:

“Cabe a tôdas as pessoas que cuidam de menores, sem falar nos Educadores que têm obrigação de conhecer o problema, não permitir o trabalho de menores na rua, quanto mais fomentá-lo. Mesmo que a isso sejam levadas, devem procurar os meios de amparar os adolescentes com uma verdadeira assistência moral e material, que realmente beneficie e construa, desviando-se da falsa filantropia. Senão, que pensar de um país que completa com os trabalhos rúeiros a formação dos seus adolescentes?”

Seja o questionamento bíblico, ou o questionamento levantado na parte final do artigo deste boletim, a pergunta ainda continua a valer.

REFERÊNCIAS

ARIÈS,P. Infância. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 36. Vida/Morte-tradições-Gerações. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1997.

_____. **História Social da criança e da família**. 2ª. Ed., Zahar,1981.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Porto Alegre: Artes Médicas,2004.

KUHLMANN, Moysés Jr. **As grandes festas didáticas: A Educação Brasileira e As Exposições Internacionais (1862 – 1922)**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

_____, e FREITAS, Marcos Cezar de (org.). A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX.In: **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez,2002.

_____,. **Infância e educação Infantil – uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação,2010.

_____.; Fernandes, Fabiana Silva. **Construção de bases de dados e análises historiográficas de Propostas Educacionais: um estudo sobre o parque infantil paulistano**. GT2: História da Educação. Anped. 2000

_____.; **A base de dados sobre o boletim interno da divisão de Educação, assistência e recreio, São Paulo, 1947 a 1957**. GT2: História da Educação. Anped.

MONARCHA, C (org.), **Educação da infância brasileira (1875-1983)**. Campinas, SP: Autores associados,2001.

RELATÓRIO Anual da Divisão de Educação, Assistência e Recreio de 1947, P. 130.

CONSTRUÇÃO DO ANUÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DE EXTREMA

Alessandro Marques de Oliveira⁴

Caio Simões de Souza⁵

Tiago José dos Santos⁶

RESUMO

Este trabalho objetiva construir um Anuário Sócio-Econômico de Extrema (ASEEx) com o intuito de analisar a trajetória do crescimento econômico do Município de Extrema e tentar situar a economia extremense dentro do contexto da economia estadual e relacioná-la com a produção brasileira. Este artigo deriva de um Projeto de Iniciação Científica desenvolvido dentro do Núcleo de Estudos de Ciências Sociais Aplicada (NECSA) da Faculdade de Ciências Sociais Aplicada de Extrema (FAEX). Num segundo momento, o Anuário poderá auxiliar os agentes econômicos locais (consumidores, comerciantes, empresas e governo municipal) na tomada de decisões de planejamento, para que estejam de acordo com as oscilações do mercado, tanto regional quanto nacional. A abordagem foi realizada em duas etapas. Num primeiro momento o trabalho foi eminentemente descritivo, através da leitura e debate da formação da estrutura capitalista brasileira, pois sua finalidade é proporcionar uma visão panorâmica do crescimento extremense frente ao crescimento brasileiro e à economia estadual. E na segunda etapa, um trabalho de campo para a montagem de um banco de dados primário sobre as variações de preços, objetivando o cálculo da inflação do Município. Este indicador, que está em fase de execução, será conjugado com outros para compor a análise do Município.

Palavras-chave: Extrema; breve formação do capitalismo; anuário

1. INTRODUÇÃO

⁴ Professor de Economia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicada de Extrema - FAEX

⁵ Aluno do Curso de Administração de Empresas da FAEX

⁶ Aluno do Curso de Tecnologia em Logística da FAEX

Inicialmente, é preciso frisar que o desenvolvimento capitalista se dá de forma diferenciada em épocas distintas e em várias partes do mundo, com fases de crescimento mais intenso em alguns setores e menos em outro. Além de graus distintos dos fatores utilizados no processo de produção, evidenciado na propagação da tecnologia que acaba traduzindo numa determinada conformação de estrutura industrial.

Conforme variados estudos dessa linha, pode-se diferenciar dois tipos de economias com características específicas: o primeiro são os países centrais, que apresentam um conjunto de economia industrializadas com formas diversificadas de produção, além de tecnologias difundidas de maneira mais homogênea. Para enfatizar, os EUA e o Japão são os únicos países que abrangem todos os segmentos da indústria de bens de capital, já os outros países buscaram se especializar num determinado ramo. O segundo conjunto abrange os países periféricos, que são integrados à economia primário-exportadora, abrangendo um circuito industrial muito especializado, que decorre de uma estrutura mais heterogênea.

É no segundo tipo que se insere a economia brasileira, apresentando os problemas clássicos de uma economia capitalista retardatária. Sempre teve no mercado externo o seu ponto de apoio - apesar de nas últimas décadas está mais dependente do dinamismo do seu mercado doméstico, em franca expansão - vendendo os produtos primários para acumular recurso financeiros que serão invertidos na compra de bens importados, quando deveriam ser acumulados para promover uma modernização das estruturas internas.

O presente trabalho procura apresentar um breve relato da formação do capitalismo e a inserção do Brasil. Num recorte menor, inserir o Município de Extrema e construir um Anuário Sócio-Econômico com algumas variáveis, para proceder numa análise sobre o desenvolvimento local.

2. BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO E A INSERÇÃO DO BRASIL

No século XIX, a Inglaterra reunia as condições necessárias para propiciar o

surgimento da Revolução Industrial, como por exemplo, as matérias-primas necessárias para mover as máquinas (o carvão), em quantidade suficiente; a invenção da máquina a vapor; o algodão (que era utilizado pelas indústrias têxteis); mão-de-obra para as incipientes indústrias dentre outros fatores. Assim, consolida-se na Inglaterra a Primeira Revolução Industrial, em torno de 1820 e 1830, que faz com que ela se torne o centro hegemônico do capitalismo na época.

Quando este processo se torna mais sólido, a Inglaterra decide então abrir para exportação de equipamentos, juntamente com o financiamento, para os países interessados em adquiri-los. Mas isso só ocorreu quando a Inglaterra passou a desenvolver novas técnicas, permanecendo na liderança do processo produtivo. O Brasil passou a importar essa tecnologia e todo o seu processo só no final do século XIX, entre as décadas de 1870 e 1880.

Este atraso ocorreu porque nossa mão-de-obra era constituída por escravos, ao longo do século XIX, que dificultava o surgimento e a continuidade de um processo produtivo diferenciado. Pois o trabalho escravo é relativamente menos produtivo que o trabalho de um homem livre, conforme enfatizava Karl Marx. Contamos com uma elite conservadora, que não tinha interesse com a implantação da industrialização e do progresso social. Ainda não tínhamos um Estado organizado para administrar, programar e planejar políticas que levassem em consideração a implantação e a consolidação do processo industrial.

Em meados de 1880, com a pressão das classes médias urbanas, foi promovida a transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre, que passava a receber uma remuneração pelo trabalho executado. Começando nesse período o surgimento da industrialização no Brasil, baseado numa economia primária-exportadora. Mas, devido a muitos empecilhos, principalmente o baixo nível de capital, permitiu que o país implantasse apenas os principais setores da indústria leve de bens de consumo não duráveis, no período de 1880 a 1930.

É importante destacarmos também que o processo de urbanização já era significativo, em fins do século XIX e começo dos XX, que acabou provocando mudanças consideráveis no tocante a uma mão-de-obra mais qualificada e num padrão de consumo mais diferenciado, ensejando uma pressão no sentido de uma alavancagem

do processo industrial. É percebido quando observamos alguns movimentos no início do século XX, como por exemplo, o surgimento de partidos políticos de esquerda, o movimento dos operários, a Semana da Arte Moderna, dentre outros, que tentam resgatar a identidade nacional.

Este período de implantação da industrialização no Brasil esteve atrelado à economia primário-exportadora, determinando a demanda por bens de consumo, a constituição do mercado de trabalho e a capacidade de importar a maior parte dos bens de produção que necessitava. Dentro de um âmbito geral na década de 20, temos dois problemas importantes, que é a sobreinversão industrial e a impossibilidade de se concentrar capitais que pudessem ser direcionados para implantação de um setor industrial pesado.

A inserção do Brasil numa etapa mais avançada da Revolução Industrial, que é chamada de a Segunda Revolução Industrial, é ainda mais difícil. Nesta etapa, ocorre uma nova transformação no processo produtivo, devido ao aumento da utilização da tecnologia, propiciada por novas pesquisas da física e da química, do uso da energia elétrica e de outras inovações, que têm como principal característica a ocorrência do surgimento das grandes empresas, dos cartéis, dos oligopólios, que passam a demandar maiores quantidades de capital e a produzir em escalas também maiores. Além desses itens, devemos acrescentar dois outros que são de extrema importância para que esse processo fosse impulsionado, que é o capital bancário e financeiro e o papel do Estado estruturante, que passava a administrar e formular políticas que sustentavam o novo capitalismo, ou seja, um capitalismo mais revigorado.

O Brasil se inicia nessa corrida após 1930, ainda que de forma tímida, pois teve que contar com a participação do capital internacional. Essa participação aumentou quando foram resolvidas parte dos transtornos internacionais, como o caso da reconstrução do Japão e de alguns países europeus, devido à destruição pela Segunda Guerra Mundial e a questão geopolítica que envolvia a expansão do socialismo. Desta forma, os EUA, o Japão e outros puderam instalar e/ou financiar suas filiais aqui no Brasil.

Além disso, podemos destacar que o Estado brasileiro, na década de 30, já vinha sofrendo mudanças nas suas estruturas, que daí em diante passava a atuar de forma mais

ativa na participação da modernização do país. Sendo de suma importância, a participação do capital estatal na implantação de alguns setores mais pesados da industrialização, como exemplo a siderurgia e a metalurgia, cuidando também de toda a infraestrutura necessária para a instalação do parque industrial, como a rede de transporte, comunicação, energia e o apoio, através do BNDES, do crédito de longo prazo.

Com a forte presença do capital internacional nas indústrias de ponta e mais rentáveis, restou para o capital nacional, apenas a manutenção das indústrias de bens leves e alguns setores das indústrias de bens de capital. Desta forma, o controle e a formulação de políticas econômicas de cunho nacional e que privilegie a atuação no setor social estão abaixo do interesse particular de uma pequena elite burguesa, nacional e internacional.

O Brasil se insere de forma incipiente nessa Segunda Revolução Industrial, entre 1933 e 1955, estabelecendo um processo de industrialização restringida, que significa que o país já consolidou a instalação das indústrias de bens de consumo leves. Mas, de uma maneira parcial, quando se refere às indústrias intermediárias e de bens de produção, formando um complexo de instalações industriais que ainda não conseguem caminhar por si só. Numa fase posterior, que se deu entre 1968 e 1980, as implantações foram mais decisivas, completando a inserção do Brasil na Segunda Revolução Industrial, novamente, com um atraso de cem anos, em comparação com os países avançados.

Assim, podemos observar que a inserção do Brasil, na divisão internacional do trabalho se dá cada vez com maior dificuldade com o passar do tempo, e seu atraso é proporcionado, ora por questões externas, ora por questões internas, além de políticas econômicas que privilegiam o interesse da elite dominante.

Assumindo um “lugar” de país associado e dependente. Associado por causa da grande participação do capital internacional, conjugado com o capital estatal e nacional, no processo de implantação da industrialização do país. E se classificando como dependente pelo fato de sempre estar atrasado quanto ao padrão tecnológico, necessitando importar uma nova tecnologia quando decide modernizar um determinado setor do seu processo de produção. Outro fator que o torna dependente é a sua ligação

com o exterior no que tange a busca de financiamento para a promoção do desenvolvimento de nossa economia. Com tudo isso, o Brasil se classifica como um país de dimensão subdesenvolvida.

A alteração deste quadro é muito complexa, porque requer um dinamismo setorial, regional e global da economia nacional com vista a organizar um cenário onde predomine a competitividade de alguns de seus setores, preservando as estruturas atuais e das capacidades produtivas, tendo como ênfase a área social.

Atualmente, uma nova onda de transformação está tomando conta das relações de troca no âmbito internacional, regidas por um discurso neoliberal, que provocam modificações na reestruturação produtiva dos países centrais e que são transferidas para os países periféricos. Estas modificações são agravadas pela reconcentração do capital, que é provocado pela junção de grandes empresas, e que passam também a gerir as decisões mais significativas quanto a questões de produção, de financiamento, e outras. Assim, acontece uma transferência de ordem institucional, passando do setor público para o setor privado. Somando a isso, temos a formação de blocos de países que se unem para facilitar as transações comerciais, que acaba dificulta a penetração de países fora do conglomerado.

Conforme os trabalhos do Professor Cano, podemos atuar na formulação de um cenário organizado e defensivo. A questão, organizado, se refere a uma reformulação do papel estruturante do Estado, para que possa formular com mais consistência as políticas econômicas e sociais. Além dessa questão, outra importante é a coligação de vários setores da sociedade, onde sejam acordados os interesses específicos, regional e global, sendo que os seus interesses não sejam conflitantes. Já a questão defensiva se refere a uma forma mais controlada e séria de abrir o mercado nacional para enfrentar a competitividade internacional.

Essa abertura se daria de forma mais gradual e programada, sempre buscando uma complementaridade internacional, tendo por fim a predominância dos interesses da sociedade como um todo e não apenas de uma minoria nacional atrelada com os interesses de uma elite internacional. Essa iniciativa deverá ser sustentada por um Estado forte que cuide para que a soberania nacional seja mantida, assim como a estrutura produtiva interna e todas as suas ligações sociais. Isso com certeza será tarefa

do Estado e não de interesses privados.

Podemos observar que a caminhada é dura e longa para tentarmos, pelos menos, construir uma nação menos injusta e com oportunidade para todos, e assim, buscar a alteração do lugar ocupado pelo Brasil no contexto da divisão internacional do trabalho.

Acima descrevemos um breve panorama da formação do capitalismo e a inserção do Brasil para que saibamos como foi a nossa constituição e porque estamos com essa estrutura sócio-econômica. Diante disso, faremos a inserção do nosso município dentro desse contexto. Pois como dizia Carlos Drummond de Andrade, “o todo não é o todo sem a parte e a parte não é a parte sem o todo”. Isso para dizer que o local e o global se interagem e interligam no emaranhado que não se pode desfazer.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE EXTREMA

A cidade de Extrema está localizada no extremo sul de Minas Gerais, ficando distante da cidade de São Paulo 90 km, que é o maior centro dinâmico da economia brasileira e da América do sul, a 140 km do porto de Santos, distando 90 km do Aeroporto Internacional de Guarulhos. No Estado de Minas Gerais, a cidade dista 200 km de Varginha, o maior porto seco de MG, além de situar na margem da BR 381 (Rodovia Federal Fernão Dias).

Tendo uma população de 28.599 habitantes, a cidade é privilegiada pelas belezas naturais e clima favorável. Nos últimos anos Extrema vem se destacando pelo seu desenvolvimento industrial, o qual conta com 104 indústrias, de diversos segmentos, instaladas no Município.

Medidas de renda nacional muito comuns são o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Interno Bruto (PIB), largamente utilizados nas estatísticas oficiais da ONU. Esses indicadores servem para mostrar o nível da atividade econômica e, também, para orientações das políticas de gerenciamento econômico.

No tocante ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita - que é a distribuição da riqueza gerada no Município dividida por sua população - os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB per capita da cidade,

em 2007, foi de R\$ 45,5 mil. O da capital mineira, Belo Horizonte, no mesmo período, foi de R\$ 15,8 mil.

Adriano Chaves, presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), diz que a cidade está situada em uma região privilegiada, pois está perto de São Paulo e de rodovias que ligam a outros centros importantes do Brasil. “O Estado está dividido em dez eixos com potencial para o desenvolvimento industrial e o sul mineiro vem se mostrando um dos principais pólos”.

4. IMPORTÂNCIA DO ANUÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

A montagem de um Anuário com as principais variáveis Econômico-Sociais no município de Extrema tem como objetivo tentar compreender, com um pouco mais de clareza, a construção da nossa região e do Brasil, que se apresenta tão diversificada nos âmbitos social, político e econômico, através do cruzamento de dados colhidos e analisados na pesquisa com a leitura de obras consideradas referências (no original ou na releitura de autores com notável saber).

Através da construção do Anuário, num segundo momento, contribuir com os agentes econômicos (consumidores, empresas, comerciante e governo municipal) na tomada de decisões de planejamento, para que estejam de acordo com as oscilações do mercado, tanto regional quanto nacional. E desta forma, aproximando-se com mais eficiência no contexto da realidade. Assim, a qualidade das decisões será mais consistente.

Sobre os indicadores, é necessário apontarmos tanto os pontos que nos ajudam na análise como os que não expressam a realidade. Mas mesmo com falhas é importante verificarmos a atual situação do país através desses indicadores e de como o nosso município está inserido nele.

Segundo Moldau (1992), citado por BASTOS FILHO (1995), a Organização das Nações Unidas (ONU) utiliza o Sistema de Contas Nacionais (SCN) para obter e analisar os indicadores de uma economia. Ultimamente, a ONU vem tentando elaborar um sistema de contabilidade nacional que agregue, também, as estatísticas sociais.

A contabilidade de Renda Nacional (RN) vale-se de indicadores

macroeconômicos para quantificar as atividades econômicas (as variações que ocorrem de um ano para outro, os níveis de investimentos e poupança, o nível de produtividade entre outros).

Uma das limitações que podem ser constatadas no uso desses macroindicadores é o fato de que é comum relacionar o aumento na renda nacional (aumento no PNB) com o desenvolvimento e mesmo com o aumento no nível de bem-estar social. Mas, na realidade, isso não se confirma. Se, por exemplo, ocorrer um alto crescimento da renda per capita, isso não significa uma melhoria no bem-estar social, pois pode vir acompanhada de uma maior concentração de renda. O mesmo se dá quando o nível de renda do país cresce, baseando-se na extração de seus recursos naturais, de forma predatória. Esses são apenas dois exemplos dentre os muitos que comprovam a falha dos macroindicadores econômicos convencionais em mostrar um crescimento real.

Muitos países têm adotado os agregados macroeconômicos do SCN, mas, não servem para representar, fielmente, o grau de bem-estar das pessoas. Segundo El Serafy & Lutz (1992), citado por BASTOS FILHO (1995, p. 25), afirmam: “ que o conceito de bem-estar possui um sentido bem mais amplo que uma simples medida monetária de renda, cobrindo diversos aspectos subjetivos que, muitas vezes, não são valoráveis monetariamente nem estão restritos ao espaço econômico em que ocorrem as transações de mercado.”

A ineficiência dos macroindicadores também se confirma quando se observa que a valoração do bem estar da sociedade está baseado no uso de bens públicos (incluindo-se aqui o meio ambiente) que não têm preço no mercado, mas tem grande utilidade social.

Dentro desse contexto, tem-se a ênfase dada por STAHEL (1998, p. 124): “O PIB apenas indica o fluxo de bens e serviços produzidos pela atividade humana, jamais o total de riquezas disponíveis. Essa distinção se torna ainda mais importante se considerarmos que o que caracteriza a produção humana é justamente uma série de externalidades negativas, cujo custo em termos de bem estar frequentemente suplanta o seu valor”.

Diante dessa discussão, surgem duas correntes de economistas: uma a favor e outra contra o aperfeiçoamento do SCN. Alguns reconhecem os defeitos do SCN, mas

acreditam numa reforma, e outros não vêem a possibilidade do sistema ser melhorado (MUELLER, 1991). Mesmo assim, o PIB ainda é um indicador importante para nos orientar no caminho do crescimento econômico local e global.

5. METODOLOGIA

Decidimos analisar cinco Macrovariáveis para compor o Anuário Sócio-Econômico de Extrema, que vamos abreviar de ASEEx. Essas macrovariáveis são: 1ª) Inflação Municipal; 2ª) PIB do Município de Extrema; 3ª) Consumo; 4ª) Desemprego e Mercado de Trabalho e 5ª) Infraestrutura Municipal.

O trabalho foi dividido em duas fases distintas. Na primeira fase, que compreendeu de março a agosto de 2011, foram realizados ciclos de leituras e discussões acerca da formação do nosso país, sendo colocado em perspectiva as grandes questões, que no passado foram decisivas para a configuração da nação, além de artigos e textos atuais que descrevem o comportamento de diversos agentes, situações e acontecimentos que afetam a nós, acima de tudo, e tendências futuras. Conforme enfatizado por Ferreira Jr, “...para sermos contemporâneos do nosso tempo, é necessário um esforço de inteligência e de compreensão, para que possamos também superar a fragmentação existente hoje no universo do conhecimento”.

A segunda fase, ainda está em andamento, pois começou em setembro de 2011, e se estenderá até fevereiro de 2012. Ela compreende a coleta de dados primários nos estabelecimentos comerciais da cidade para a construção de uma série histórica do comportamento dos preços, tendo como fim maior o cálculo da inflação.

Nós utilizamos o livro Economia Brasileira Contemporânea – 7ª edição - dos autores Gremaud, A. P. *et all* – Capítulo 5 – Inflação - da página 105 e 106 para distribuir os grupos e subgrupos relativos a coleta de dados para mensurar a inflação do município. A distribuição deu-se de forma aleatória, o qual cada membro do grupo foi solicitando o grupo e subgrupo que teria mais familiaridade e facilidade para coletar os dados. O quadro 1 demonstra como ficou a distribuição.

Quadro 1: Distribuição dos Grupos e Subgrupos que compõem a planilha de cálculo.

MEMBROS	GRUPOS	SBGRUPOS
Alessandro	I - Habitação	1. Manutenção do domicílio
		2. Aluguel
		3. Serviços de comunicações
Caio	II - Transportes	1. Veículos próprios
		2. Transportes coletivos
		3. Outras despesas com transportes
	III – Desp. Pessoais	1. Fumo e bebidas
		2. Recreação e cultura
		3. Higiene e beleza
		4. Serviços pessoais
		5. Despesas diversas
	Eric	IV - Saúde
2. Serv. Médicos e laboratoriais		
3. Reméd. e produtos farmaceut.		
4. Aparelhos corretivos		
V - Vestuários		1. Roupas de mulher
		2. Roupas de homem
		3. Roupas de criança
		4. Calçados e acess. de vestuário
		5. Tecidos, lã e aviamento
		6. Relógio, jóia e bijuterias
Tiago		VI - Educação
	2. Material escolar	
	3. Livros didáticos	
	VII - Alimentação	1. Industrializados
		2. Semi-elaborados
		3. Produtos <i>in natura</i>

		4. Alimentação fora do domicílio
FONTE: Adaptado da FIPE		

Após a definição dos responsáveis em coletar os dados de cada Grupo e Subgrupo, procedeu-se a montagem da planilha de pesquisa de campo. Essa montagem foi realizada nas reuniões entre os integrantes da pesquisa. A planilha se encontra no Anexo 1.

Os dados foram coletados no 1º (primeiro) dia de setembro; no 1º dia de outubro e no 1º dia de novembro. Em posse dos dados, o grupo fez as tabulações e estamos procedendo ao cálculo.

Para elucidar sobre como é feito o cálculo da inflação no Brasil e sua importância, é interessante observar que há necessidade de construção de índices de preços para saber a variação conjunta de bens que são fisicamente diferentes, e/ ou variam a taxas diferentes. Para tanto utilizaremos como exemplo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Suponha que existam três bens, que sofrem uma variação em dois meses, representado no quadro 2.

Quadro 2: Exemplo de variação de preços e peso relativo.

Produto	Variação de preços no período (em %)	Peso relativo do produto
Carne	10 %	30 (0,3)
Arroz	10 %	60 (0,6)
Fósforo	100 %	10 (0,1)
Peso Total		100 (1,0)

FONTE: Gremaud, A. P. *et all* (2004, pg 119)

Os pesos relativos são de grande importância para o índice.

O IPC utilizará como base desses pesos uma pesquisa denominada de **Pesquisa de Orçamento Familiar (POF)**, que busca determinar a importância relativa dos produtos no padrão de consumo das famílias. Além disso, outras questões aparecem, como: Que famílias? Ricas ou Pobres? Que moram onde? Essas questões são as principais diferenças dos principais índices de preços.

$$\text{Média Aritmética Ponderada} = \frac{(0,1 \times 0,3) + (0,1 \times 0,6) + (1,00 \times 0,1)}{1(\sum \text{ pesos})}$$

$$= 0,03 + 0,06 + 0,1$$

$$= 0,19 \text{ ou } 19\%$$

A fórmula mais utilizada é o **índice de Laspeyres**, com pesos na época base, conforme apresentado abaixo:

$$Lp = \sum^n \frac{P_t^i}{P_o^i} \times w_o^i$$

Varição de preços ————— Participação relativa do bem *i* no total, na época-base

sendo:

P_t^i = preço do bem ou serviço *i* na época “*t*”.

P_o^i = preço do bem ou serviço *i* na época “*o*” (base).

$$w_o^i = \frac{P_o^i q_o^i}{\sum P_o^i q_o^i} = \frac{\text{gasto do consumidor com o bem “i”}}{\text{gasto do consumidor com todos os “n” bens}}$$

Esse exemplo revela que o cálculo da inflação depende de três componentes:

- a) **Variação de preços no período** (período de coleta dos preços; quais produtos devem entrar na amostra e região abrangida).

- b) **Importância relativa (peso) de cada bem** (época de pesquisa do padrão de consumo e classes de renda).
- c) **Fórmula de cálculo** (média aritmética, harmônica ou geométrica ponderada e peso dos bens).

Após demonstrado resumidamente a metodologia de cálculo, o grupo procurou distribuir as ponderações dos Grupos do ASEEX, para a continuidade do cálculo da inflação. O quadro 3 abaixo resume o comparativo, pois não foi possível realizar a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) para o Município de Extrema para descobrirmos, com exatidão, o padrão de consumo das famílias extremenses.

Quadro 3: Comparativo da ponderação entre o IPC e ASSEx.

GRUPOS	INDICE (Ponderação %)	
	IPC-FIPE/USP	ASEEX-NECSA/FAEX
I – Habitação	32,79	30,0
II – Alimentação	22,73	20,0
III – Transporte	16,03	15,0
IV – Despes. Pessoais	12,30	15,0
V – Saúde	7,08	10,0
VI – Vestuário	5,29	5,0
VII - Educação	3,78	5,0
FONTE: Adaptado da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)		

O grupo de pesquisadores do NECSA (Núcleo de Estudos em Ciências Sociais Aplicadas), pertencente à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FAEX) está trabalhando para concluir o trabalho, visto de dependermos da montagem do banco de

dados primários, que está em fase de construção, para fecharmos parte dos trabalhos. Por isso, ainda não temos condição de apresentar nenhuma conclusão, mesmo que preliminar.

6. REFERÊNCIAS

- BASTOS FILHO, G. S. **Contabilizando a erosão do solo: um ajuste ambiental para o produto bruto agropecuário paulista**. Piracicaba, 1995. 127p. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1996.
- BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro: VOZES, em co-edição com UNIJUÍ - RS. 17^a. ed., 1997.
- CAMARGO, J. M. & GIAMBIAGI, F. (orgs.). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CLEMENTE, A. **Economia regional e Urbana**. Ed. Atlas. São Paulo, 1994.
- CONTADOR, C. R. **Projetos sociais: avaliação e prática**. 3 Ed. SP, Atlas, 1997.
- EL SERAFY, S. & LUTZ, E. **Environmental and resource accounting: an overview**. In: AHMAD, Y. J. ; EL SERAFY, S. ; LUTZ, E., ed. Environmental accounting for sustainable development. 3^a ed. Washington: The World Bank, 1992.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, coordenação do Censo Agropecuário, 1970**. RJ: IBGE, 1995.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais - Municípios e Regiões 1985-1995**: Belo Horizonte, dez. 1996. 135p.

- _____. **Minas Gerais na formação sócio-econômica brasileira.** Centro de Estudos Econômicos e Regionais. BH, 1990. p. 1824.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil: estatísticas populacionais.** Rio de Janeiro: IBGE, vol.56, 1996.
- MILLER, R. L. **Microeconomia.** McGraw-Hill do Brasil, São Paulo, 1981.
- MOLDAU, J. H. **Os agregados macroeconômicos em São Paulo.** In: NORZOE, N. ; coordenador, contabilização econômica do meio ambiente: elementos metodológicos e ensaio de aplicação no Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1992. (Séries seminários e debates).
- MUELLER, C. C. **A dimensão ambiental no sistema de contas nacionais.** Rio de Janeiro: FIBGE, 1991. (Textos para discussão, n°47).
- OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista.** São Paulo, CEBRAP: Brasiliense, 1977.
- STAHEL, A. W. **Capitalismo e Entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis.** In: CAVALCANTI, C. (org.). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável.* São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

A COMUNICAÇÃO INTERNA PARA PROMOÇÃO DA QUALIDADE

LILIANE DE ALMEIDA CARNEIRO ⁷

RESUMO

A qualidade é hoje um diferencial estratégico para as organizações. As empresas buscam arduamente as certificações e, para isso, implantam sistemas e modelos específicos para a gestão da qualidade. Porém, mesmo sendo abordadas pelas normas ISO, as práticas de comunicação interna que podem contribuir para a promoção da qualidade nas empresas ainda são pouco utilizadas pelos gestores. Sendo assim, é possível presenciar o insucesso de muitos programas de gestão, pois todos os processos ligados à qualidade requerem a participação de funcionários comprometidos com os propósitos estabelecidos. Contudo, para se tornarem comprometidos com a entrega de produtos e serviços de qualidade, os membros de uma organização precisam receber informações que lhes permitam entender e aceitar seus papéis individuais e coletivos nesse processo, exigindo, portanto, comunicação. A presente pesquisa busca a compreensão de como a comunicação interna pode ser utilizada como um instrumento de promoção da qualidade.

INTRODUÇÃO

A gestão da qualidade é considerada pela maioria dos executivos uma atividade estratégica para a empresa, já que ao implantar um sistema de gestão, geralmente amparado nas certificações, que tem a ISO 9001 como a mais comum, é possível estabelecer uma imagem perante os clientes e fornecedores de uma organização que preza pela qualidade e que oferece produtos e serviços que atendam às necessidades e expectativas do público consumidor com eficiência.

Porém, muitas empresas certificadas pela ISO 9001 não usufruem totalmente dos seus benefícios. Isto porque manter os funcionários comprometidos com os processos, objetivos e metas empresariais a fim de que o sistema de gestão da qualidade funcione adequadamente é um dos grandes objetivos dos gestores desta área. Uma das razões do insucesso, total ou parcial, do sistema de gestão da qualidade nas empresas é a falta de

⁷ Especialista em Gestão da Comunicação Empresarial e Marketing

atenção dada à comunicação interna, atividade capaz não só de conduzir o processo como de promovê-lo perante os funcionários.

A gestão da qualidade depende da participação total dos funcionários e, portanto, não pode funcionar sem uma comunicação efetiva com os mesmos. Porém, na maioria das vezes, a comunicação é deixada em segundo plano e a falta de informação sobre a gestão da qualidade gera falta de conhecimento e entendimento sobre importância dos papéis individuais e coletivos de cada um dentro do processo que visa oferecer produtos e serviços de qualidade.

Desta forma, este estudo visa mostrar através de pesquisa qualitativa, bibliográfica e indutiva que a comunicação interna deve ser considerada como um instrumento de promoção e bom funcionamento da gestão da qualidade.

A GESTÃO DA QUALIDADE

Qualidade, ou gestão da qualidade, é um dos temas mais difundidos no universo empresarial. Com ambientes econômicos cada vez mais competitivos, a implantação de sistemas de gestão da qualidade torna-se um diferencial de mercado. A grande maioria das organizações nacionais e multinacionais são favoráveis à gestão da qualidade e, a cada dia, uma nova empresa adere às suas principais filosofias, sistemas e modelos. A Gestão pela Qualidade Total (Total Quality Management – TQM) e o conjunto de normas ISO (International Organization for Standardization) 9000 estão sendo amplamente adotados por diversas organizações no intuito de conquistar uma gestão mais efetiva de seus processos de qualidade, com ampla participação do funcionário, e de entregar produtos e serviços com valor agregado que irão satisfazer as expectativas e necessidades de seus clientes.

Um sistema da qualidade total é a combinação da estrutura operacional de trabalho de toda a organização, documentada em procedimentos gerenciais e técnicos, efetivos e integrados, para o direcionamento das ações coordenadas de mão-de-obra, máquinas e informações da organização, de acordo com os melhores e mais práticos meios de assegurar a satisfação quanto a sua qualidade e custos. (FEIGENBAUM,1961)

Dentro deste pensamento, Ishikawa (1993) propõe o tema Controle da Qualidade Total (Total Quality Control – TQC) e defende que o significado da palavra qualidade não

pode ser restrito à qualidade do produto, devendo também ser compreendido em um sentido mais amplo, incluindo a qualidade da gestão. Segundo esse autor, a expressão “boa qualidade” deve ser associada à “melhor qualidade que uma organização pode produzir com sua tecnologia e capacidade atual e que irá atender às expectativas dos consumidores”.

Ishikawa (1993) destaca iniciativas que devem ser consideradas pela gestão empresarial ao se introduzir e promover o controle da qualidade. Segundo ele, o controle da qualidade é uma nova forma de pensar e de enxergar a gestão. Consiste em desenvolver, projetar, produzir, oferecer e comercializar produtos e serviços com custo, efetividade e utilidade ótimos, que os consumidores irão adquirir com satisfação. A implementação efetiva do controle da qualidade requer a participação e a cooperação de todos os funcionários de uma organização, desde a alta liderança, passando pelas gerências intermediárias e supervisores, até os funcionários em geral, em todos os estágios das atividades organizacionais. Essa abordagem ampliada do controle da qualidade é o que pode ser chamado, segundo o autor, de TQC.

Dento do conceito de TQC, devemos considerar os argumentos de Feigenbaum (1961) que afirma que as mesmas técnicas e métodos que fazem o programa de gestão da qualidade não garantem por si só o seu sucesso se não forem suportadas por uma atitude positiva em relação à qualidade, por parte das pessoas de uma organização. Essa atitude positiva é representada, segundo o autor, por um espírito intangível, porém extremamente importante, de abertura em relação à qualidade, desde a alta gerência até o pessoal de base.

O autor continua seu raciocínio afirmando que tal atitude não é automaticamente desenvolvida com a simples instalação de um programa de TQC, mas sim conquistada através de um processo responsável por “vender” a idéia que está por trás desse programa. O ato de “vender” o TQC que, nesse contexto, é obter aceitação, cooperação e participação das pessoas em relação ao programa, requer comunicação. Sob a perspectiva do autor, a comunicação utilizada para promover o TQC pode ser trabalhada com dois focos:

- primeiramente, para o público interno, dentro da empresa e para o desenvolvimento de seu pessoal;
- e depois, para o externo, para fora da empresa, no intuito de abordar fornecedores, clientes e o público em geral.

Sendo a comunicação interna o objeto principal deste estudo, pode-se citar também o pensamento de Brum (2005), que explica que a expressão Total Quality Control vem da tradução em inglês da palavra japonesa *kanri*, que não significa apenas controle, mas também “remover obstáculos”. Essa definição, segundo a autora, coincide com o propósito do *endomarketing* e, conseqüentemente, da comunicação interna, de fazer com que todos os funcionários tenham uma visão compartilhada sobre a gestão, metas, resultados, produtos, serviços e mercados de uma empresa.

A GESTÃO DA QUALIDADE E A ISO 9001

A busca da qualidade total pelas empresas normalmente passa a ser concretizada a partir da introdução de sistemas ou modelos de gestão da qualidade que atuam como orientadores no processo de estruturação da gestão da qualidade. Sem dúvida, o mais popular entre eles é a série de normas ISO (International Organization for Standardization) 9000.

O objetivo da ISO 9001 é fornecer um conjunto de requisitos que, se forem bem implementados, darão mais confiança de que uma empresa é capaz de fornecer regularmente produtos e serviços que atendam às necessidades e expectativas de seus clientes em conformidade com as leis e regulamentos do sistema da gestão da qualidade e dos requisitos da norma.

Os requisitos abrangem uma grande variedade de tópicos, incluindo comprometimento da alta direção com a qualidade, foco no cliente, adequação de recursos, competência de funcionários, gestão de processos (processos de produção, entrega de serviços, administrativos e de suporte), planejamento da qualidade, projeto de produtos, análise crítica de pedidos recebidos, aquisição, medição e monitoramento de processos e produtos, calibração de equipamentos de medição, processos para solucionar

reclamações de clientes, ações corretivas e preventivas e melhoria contínua do SGQ. Por último, mas não menos importante, há também o requisito que exige que a organização monitore a opinião do cliente quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos.

O conjunto de normas ISO 9000 foi estabelecido em Genebra pela International Organization for Standardization, no ano de 1987. Tendo sido revisada em 2000 e também em 2008, a série de normas ISO 9000 tem como proposta o estabelecimento de padrões internacionais que possam ser usados pelas organizações para garantir a qualidade de seus produtos e serviços.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (ABNT, NBR ISO 9000), os requisitos estabelecidos pela norma ISO 9001:2008 podem ser usados pelas organizações para aplicação interna, para certificação ou para fins contratuais, sendo que seu foco está na eficácia do sistema de gestão da qualidade em atender a oito princípios:

- 1) **Foco no cliente** – busca promover a compreensão e a comunicação das necessidades e requisitos dos clientes por toda a organização, medindo sua satisfação e gerenciando o relacionamento estabelecido com eles pela empresa;
- 2) **Liderança** – princípio que estabelece unidade de propósitos, criando um ambiente interno propício para o comprometimento de todos com os objetivos e o futuro desejado para a organização;
- 3) **Envolvimento das pessoas** – considera que pessoas de todos os níveis são a essência de uma organização e que seu pleno envolvimento possibilita que suas habilidades sejam aproveitadas em benefício da empresa;
- 4) **Abordagem de processo** – propõe que as atividades e os recursos de uma organização sejam gerenciados como processos, de forma que os resultados alcançados estejam de acordo com os padrões desejados;
- 5) **Abordagem sistêmica para a gestão** – os processos inter-relacionados passam a ser identificados, compreendidos e gerenciados como um sistema, contribuindo para a efetividade da organização na conquista de seus objetivos;

- 6) **Melhoria contínua** – atenção constante às possibilidades de melhoria do desempenho global da organização, fazendo com que o aperfeiçoamento de produtos, processos e sistemas seja um objetivo compartilhado por todos;
- 7) **Abordagem factual para a tomada de decisão** – estabelece a necessidade de análise de dados e informações para a eficácia do processo de tomada de decisão;
- 8) **Benefícios mútuos nas relações com fornecedores** – reconhece a interdependência entre organizações clientes e fornecedoras, propondo uma relação mutuamente benéfica que aumente a capacidade de ambos em agregar valor aos seus produtos e serviços.

Além de dar destaque aos oito princípios da gestão da qualidade, com alguns dos quais é possível inferir que a comunicação organizacional tenha uma significativa relação, a norma ISO 9001:2008 faz referência direta à importância da comunicação interna existente em uma organização ao tratar do tema responsabilidade da direção. Assim, são evidenciadas naquela norma a seguinte observação:

Convém que a direção da organização defina e implemente um processo eficaz e eficiente para comunicação da política da qualidade, dos requisitos, dos objetivos e das realizações. O fornecimento dessas informações pode auxiliar na melhoria do desempenho da organização e envolve diretamente as pessoas na organização para atingir os objetivos da qualidade. É recomendável que a direção encoraje ativamente a realimentação e a comunicação pelas pessoas na organização como meio de promover seu envolvimento.(ABNT, NBR ISO 9004, 2000, p. 12).

Desta forma, é aconselhável que as atividades para comunicação incluam, por exemplo:

- Comunicação conduzida pela direção em áreas de trabalho;
- Reuniões informativas e outras reuniões de equipe, tais como para o reconhecimento de realizações;
- Quadros de avisos, jornais/revistas internos;
- Meio de comunicação eletrônica e audiovisual, como correio eletrônico e páginas na internet, e;
- Pesquisas com empregados e programas de sugestão (ABNT, NBR ISO 9004, 2000, p. 12).

O conjunto de normas ISO 9000 está sendo largamente adotado. De acordo com dados do site IMETRO, através de pesquisa feita em Dezembro de 2006, há no mundo 887.256 mil organizações certificadas espalhadas em 170 países. Na América do Sul existem 28.341 organizações certificadas e no Brasil 9.014 já contam com o certificado dentre as 82 mil grandes empresas que estão abertas no país, o que representa 10,99%. Em Minas Gerais, 1.324 empresas contam com a certificação ISO 9001.

Apesar do reconhecimento maciço da utilidade dos sistemas e modelos de gestão da qualidade e de seus benefícios potenciais, nem todas as empresas que os têm adotado declaram usufruir plenamente de tais benefícios. Uma das possíveis razões para o insucesso, total ou parcial, das iniciativas de gestão da qualidade implementadas nas organizações é a pouca atenção dada aos processos de comunicação interna necessários, não somente à sua efetiva condução, mas também à sua promoção perante os funcionários. Ferreira (2004) afirma que se um programa de qualidade depende da participação dos funcionários, não pode prosperar sem uma comunicação eficiente com o público interno.

De acordo com Almeida (2007), para que os funcionários de uma organização se tornem comprometidos com a entrega de produtos e serviços de qualidade, é preciso que eles conheçam o processo de gestão da qualidade e que recebam informações que lhes permitam compreender e aceitar seus papéis individuais e coletivos nesse processo. Para isso, é essencial o uso da comunicação interna como um instrumento de promoção da qualidade.

A promoção da qualidade, no contexto deste estudo, significa a motivação dos colaboradores de uma organização para que os mesmo tenham atitudes favoráveis em relação à qualidade e passem a ser comprometidos com seus objetivos. De acordo com Kotler (1998), o sentido da palavra promoção surge de uma analogia feita com o termo composto promocional, utilizado na teoria do marketing para se referir ao conjunto de instrumentos através dos quais uma empresa promove ou faz a comunicação de seus produtos ou serviços.

Embora a comunicação interna já seja um elemento previsto, direta ou indiretamente, pelos principais sistemas e modelos de gestão da qualidade, tais como a série ISO

(International Organization for Standardization) 9000 e o Modelo de Excelência da Gestão, da Fundação Nacional da Qualidade, seu destaque como um instrumento de promoção da qualidade ainda é pequeno. Muitas empresas certificadas ainda não dão total valor aos programas de comunicação e desta forma passam a sofrer para manter em funcionamento seus sistemas de gestão da qualidade.

A COMUNICAÇÃO INTERNA NAS EMPRESAS

Hoje, a maioria dos executivos consideram a comunicação empresarial como uma atividade estratégica para as empresas, pois na sua total dimensão este processo é responsável pelo fortalecimento da imagem corporativa, pelo bom relacionamento e informação fornecida aos públicos de interesse da empresa (chamados de Stakeholders), pela assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia e pelas ações de comunicação interna (empresa-funcionário), esta última tida como centro deste estudo.

Conforme pesquisa realizada pelo instituto ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial de pesquisa, a comunicação interna vem ocupando espaço cada vez maior dentro das empresas, deixando de ser secundária e se transformando em uma ferramenta de gestão empresarial, contribuindo para a formação da imagem, capacitação profissional e integração.

De acordo com a conceituação de Margarida Kunsch (1997), a comunicação interna é um setor planejado, com objetivos bem definidos, para viabilizar toda a interação possível entre a organização e seus empregados, usando ferramentas de comunicação institucional e até da comunicação mercadológica (para o caso do *endomarketing* ou marketing interno). Portanto, a comunicação interna corre paralelamente com a circulação normal da comunicação que perpassa todos os setores da comunicação, permitindo seu pleno funcionamento.

A Comunicação Interna são as interações, os processos de trocas, os relacionamentos dentro de uma empresa ou instituição. Também chamada de Endocomunicação, a Comunicação Interna é responsável por fazer circular as informações, o conhecimento, de forma vertical, ou seja, da direção para os níveis subordinados; e horizontalmente, entre os empregados de mesmo nível de subordinação.

Para a doutora em Ciências da Comunicação, Marlene Marchiori, que também é membro do corpo de palestrantes da ABERJE, a busca da valorização da comunicação interna deve ser entendida como estratégia básica dos empresários que desejam a efetividade de sua organização. Chega a ser irônico pensar que neste novo mundo, altamente tecnológico, com tantas transformações, o sucesso de um empreendimento continua a estar centrado nas pessoas. É por meio da comunicação que uma organização recebe, oferece, canaliza informação e constrói conhecimento, tomando decisões mais acertadas.

A Comunicação Interna modifica a visão do empregado em relação a empresa e, principalmente, em relação ao seu papel individual e coletivo dentro dela dando-lhe um conhecimento dos processos como um todo. “As ações da empresa devem ter sentido para as pessoas – sendo necessário que encontrem no processo de comunicação as justificativas para o seu posicionamento e comprometimento”, complementa Marchiori. Assim, o funcionário, sabendo o que seu trabalho representa no todo da organização, qual a importância das tarefas que realiza, do que produz, o desempenhará com mais eficiência.

Há muito tempo, os estudiosos da área da psicologia e do comportamento humano procuram entender e identificar formas de motivar os funcionários dentro de seu ambiente de trabalho. Até hoje, não existe ainda uma fórmula para tal feito. Assim, o que se sabe é que integração e informação contribuem para a motivação.

Dentro deste conceito, Brum (2000) defende a idéia da 'visão compartilhada', ou seja, a missão, os objetivos, processos e metas conhecidos e compartilhados por todos os que fazem parte da empresa independentemente de cargo ou função.

Ninguém gosta ou se compromete com aquilo que não conhece. Mas, quando conhece o objetivo maior da empresa, o funcionário torna-se mais do que um “agente de comunicação”, torna-se um “agente de marketing”, ou seja, um agente da filosofia empresarial que prevê clientes satisfeitos. (BRUM, 2000)

Brum também argumenta que a partir do momento em que o funcionário conhece o todo da empresa, seus produtos, serviços, objetivos, metas, mercado e desafios passam a ser mais motivados e mais comprometidos, simplesmente, pelo fato de se sentirem importantes dentro da empresa.

Desta forma, as publicações internas responsáveis por transmitir as informações, são também boas ferramentas de motivação e integração. Para Torquato (1983, p.119), as publicações internas fortalecem o espírito de solidariedade e promovem certos ideais (estímulo, companheirismo, ensinamento, dedicação).

Assim como na comunicação externa, em que um dos objetivos é posicionar a melhor imagem da empresa na mentes dos seus públicos, entre eles clientes e fornecedores, cabe a comunicação interna também criar uma imagem na mente de seus funcionários. Brum (2000) afirma que é preciso que a empresa seja “especial” para seu empregado e que ele acredite nisso e lute para mantê-la nesse patamar.

COMUNICAÇÃO PARA A QUALIDADE

Hoje, com a possibilidade de integrar a gestão da qualidade a gestão estratégica da empresa, o grande objetivo dos gestores empresariais é ter um programa de gestão da Qualidade Total que funcione dentro de um ciclo perfeito.

Contudo, integrar todo o corpo de funcionários nos objetivos da qualidade não é uma tarefa fácil, pois a grande maioria não compreende a importância dos processos e, assim, não consegue se sentir parte dele, não se motiva a colaborar com o sistema da qualidade. Praticar qualidade, de forma verdadeira, é uma tarefa complexa que abrange mudanças na cultura organizacional da empresa. Mudanças organizacionais no que diz respeito ao comprometimento da direção, gestores e colaboradores, em partes iguais e horizontais, para o sistema de gestão da qualidade.

Segundo Mello e Turrioni (2002), para obter resultados positivos e mensuráveis, um programa de qualidade tem de contemplar alguns requisitos mínimos como: soluções adequadas às características de cada organização; comprometimento efetivo e transparente da alta direção com os objetivos do projeto; envolvimento dos funcionários no processo, para que se sintam agentes e responsáveis pelas transformações; definição clara das metas e do negócio; treinamento e engajamento de todo o recurso humano.

Desta forma, para que todos os procedimentos do sistema de gestão da qualidade sejam entendidos pelo corpo de coladores de forma ampla, para que possa haver comprometimento, é importante que a empresa tenha bem estruturado um projeto de comunicação interna. Pois, uma das razões para o insucesso das iniciativas de gestão da qualidade é a pouca atenção dada aos processos de comunicação.

Comunicação pobre, dispersiva, irregular, improvisada, inoportuna, significa uma empresa “tatibitate” com um sistema de comunicação gaguejante e um programa de qualidade fraco e hesitante. O sucesso do sistema de gestão da qualidade é, portanto, diretamente proporcional a eficiência e a própria qualidade do sistema de comunicação”. (FERREIRA, 2004)

Brum (2003) acredita que sem a comunicação interna uma empresa dificilmente conseguirá as certificações de qualidade, pois é preciso que o público interno tenha as informações necessárias para enfrentar os desafios lançados por um projeto de gestão pela qualidade total. A autora afirma que as iniciativas de *endomarketing* e de comunicação interna devem ser sistemáticas para que a empresa alcance tais objetivos.

Implantar, administrar a comunicação, mantê-la sintonizada com a missão da empresa e suas metas operacionais é condição fundamental para o sucesso, especialmente para aquelas empresas que desejam uma auditoria tranquila na ocasião das certificações e uma participação forte e lucrativa no mercado globalizado. (BRUM, 2003)

Segundo Ferreira (2004), o processo de comunicação só começou a ganhar papel fundamental nos programas de qualidade na década de 80. Mas, foi na década de 90 que o processo de comunicação evoluiu para um procedimento integrado da qualidade para proporcionar integração maior entre os colaboradores, comunidade de clientes, fornecedores e sociedade em geral a fim de se conseguir bom andamento de um processo de gestão da qualidade. De lá pra cá, os profissionais que coordenam os processos de qualidade, entretanto, aprendem muito cedo a reconhecer dois fatos:

- 1) A comunicação é a chave-mestra para o sucesso dos planos de qualidade;
- 2).A comunicação é um processo laborioso que pode e precisa ser aprendido.

Dentro destes dois fatores, Ferreira afirma que em um programa da qualidade existem dois gêneros de comunicação escrita. Um primeiro que se pode caracterizar como

comunicação formal, onde são descritos os procedimentos do sistema de gestão da qualidade, documentos oficiais do programa e o próprio manual da qualidade desenvolvido pela empresa. Um segundo gênero inclui outros textos que não são considerados documentos da qualidade, mas que são decisivos para o bom funcionamento do processo.

Estes textos são responsáveis por fazer fluir as informações referentes ao sistema de Gestão da Qualidade e são produzidos a fim de estabelecer um melhor relacionamento entre os funcionários, clientes, representantes e, até mesmo, comunidade. Esta comunicação é produzida pelos responsáveis pela comunicação interna e são conhecidos como cartas personalizadas, memorandos, revistas e jornais internos entre outros.

Dentro deste gênero, Ferreira sugere uma cartilha da qualidade que na opinião dele deve conter a seguinte estrutura básica:

- Saudações personalizadas do presidente da empresa ao novo funcionário
- Visão e missão da empresa
- Definição dos clientes
- Os produtos e ou serviços oferecidos e as aspirações para o mercado
- O programa da qualidade e sua importância
- As oportunidades para os funcionários
- A contribuição desejada dos mesmos

Este esforço para “vender” a empresa e seus produtos aos próprios funcionários parte do que se costuma batizar de *endomarketing*, que pode ser considerado o primeiro passo para um bom processo de comunicação interna.

A comunicação é tão importante que se pode deduzir a eficácia de um programa de qualidade a partir da observação de sua comunicação interna e externa. O primeiro sinal de que está em andamento um programa de qualidade é a intensidade do fluxo de comunicação em todos os sentidos. (FERREIRA, 2004)

Depois desta comunicação inicial, aqui tendo a cartilha como sugestão, para garantir o fluxo de comunicação o primeiro passo a ser dado é a implantação ou reestruturação do

jornal mural. Pois, segundo Brum (2000) nenhuma outra mídia comunica de forma mais direta, simples, rápida e econômica para todos os públicos internos de uma empresa.

O jornal mural, dentro do programa de comunicação para a qualidade, pode divulgar os gráficos com monitoramento dos indicadores; resultados das auditorias internas; comunicar a eficácia do sistema de gestão da qualidade; convocar colaboradores para treinamentos e palestras; informar sobre auditorias e etc. Para Brum (2000), estas informações serão ainda melhor repassadas se forem disseminadas também via comunicação *online*, através de intranet, *e-mails* e *blogs* corporativos. Brum (2000), com idéias convergentes ao pensamento de Torquato, ainda recomenda o uso de revistas, jornais internos, cartazes motivacionais e informativos, faixas, vídeos e rádio interna para divulgar o sistema de gestão da qualidade e conseguir o comprometimento dos funcionários para a boa gestão do mesmo.

Contudo, a comunicação interna para a promoção da qualidade deve obedecer, segundo pesquisadores, a quatro mandamentos:

- 1 - Ser fácil de entender;
- 2 - Rápida para ler/ouvir;
- 3.- Útil para usar no dia a dia de trabalho;
- 4 – Oportuna.

E, ainda neste contexto, independente da mídia que for utilizada, a comunicação interna deve ter, segundo Paulo Nassar (2003), presidente Aberje, um planejamento que garanta:

- Regularidade da informação
- Agilidade
- Pluralidade
- Liberdade
- Visibilidade, e
- Relevância

Para que todos os requisitos de um programa de qualidade sejam assimilados de forma ampla e harmoniosa no ambiente de uma empresa, é imprescindível ter um projeto de comunicação interna eficiente para que a cultura da qualidade se materialize em ações e atitudes de todos os membros da organização. (NASSAR, 2003)

Gerenciar um programa de comunicação para a qualidade significa, também, conhecer seus custos e mantê-los nos limites orçados, garantir o timing da execução e, finalmente, medir os resultados. A qualidade da mídia escolhida deve ser avaliada em função de sua “competência” para transferir a informação que carrega. Desta forma, o objetivo sempre deve ser o de empregar a combinação ideal: veículo adequado e mensagem convincente.

No cenário empresarial, a comunicação joga um duplo papel. Ora é instrumento, ora é parte do programa de qualidade. Com frequência, ela é o componente do sistema de gestão que garante a qualidade final dos produtos e serviços, mas com igual frequência, ela também é objeto do programa de qualidade. (FERREIRA, 2004)

Brum (2003) afirma que durante anos, os programas voltados para a qualidade e produtividade alcançavam resultados bastante pequenos por falta de comunicação interna. Hoje, a situação pode ser considerada diferente visto que as certificações para qualidade já tem contemplado a comunicação em suas normas e o processo organizacional tende a ficar cada vez mais intenso nas organizações.

CONCLUSÃO

A importância e relevância da comunicação interna para a promoção da qualidade pode ser confirmada neste estudo através da revisão da literatura científica que indicada que o sucesso da gestão da qualidade necessita do comprometimento de todos os funcionários da empresa e para se comprometer com uma determinada causa ou processo é necessário que os funcionários estejam informados e tenham conhecimento sobre ele, pois ninguém se compromete com aquilo que não conhece ou não julga importante. Destaca-se então, a importância da comunicação interna não somente como ferramenta para transmitir informações, mas também para promover motivação e,

conseqüentemente, colaboração dos funcionários para exercer trabalhos em prol da melhoria da qualidade de produtos e serviços oferecidos pela organização.

A contribuição da comunicação interna no processo de se promover a qualidade está ligada a prática de ações criativas de comunicação, com mensagens e informações que apresentem uma linguagem adequada ao público interno através de instrumentos e veículos também adequados distribuídos com periodicidade estipulada a fim de suprir as necessidades de informação e conhecimento dos funcionários em relação à importância de zelar pelos objetivos e cumprir metas do sistema de gestão da qualidade pré-estabelecidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. S. A comunicação interna para a promoção da qualidade: Um estudo de caso de uma empresa global de comunicação. Dissertação (Mestrado em Engenharia de produção) – Universidade Federal de Itajubá.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 9004:2000: Sistemas de gestão da qualidade: diretrizes para melhorias de desempenho. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

BRUM, A. de M. Endomarketing como estratégia de gestão: encante seu cliente interno. 3.ed. Porto Alegre: L&PM, 2005.

BRUM, A. de M. Um olhar sobre o marketing interno. 3.ed. Porto Alegre: L&PM, 2000.

BRUM, A. de M. Respirando endomarketing. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 2003.

FEIGENBAUM, A. V. Total quality control. New York: McGraw Hill Book Company, 1961.

FERREIRA, A. do A. Comunicação para a qualidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

INMETRO. Empresas certificadas ISO 9001. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/gestao9000>.

ISHIKAWA, K. Introduction to quality control. 3 ed. New York: Quality Resources, 1993.

KOTLER, P. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. As organizações modernas necessitam de uma comunicação integrada. São Paulo. Revista Mercado Global, ano XXIV, nº 102, 2º trimestre de 1997, página 20.

MARCHIORI, Marlene Regina. Cultura organizacional: conhecimento estratégico no relacionamento e na comunicação com os empregados, 2001. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo

MELLO, C. H. P., SILVA, C. E. S. da, TURRIONI, J. B., SOUZA, L. G. M. de. ISO 9001:2000: sistema de gestão da qualidade para operações de produção e serviços. São Paulo: Atlas, 2002.

NASSAR, Paulo. Comunicação interna: a força das empresas. São Paulo: Aberje, 2003

TORQUATO, Gaudencio. Comunicação empresarial – Comunicação institucional. 3 ed. São Paulo: Summus, 1986.

DISCUSSÕES SOBRE O RURAL E O URBANO NO MUNICÍPIO DE CAMANDUCAIA-MG

José Eduardo do Couto Barbosa⁸.

RESUMO

Este trabalho pretende a conceituação do rural e urbano, cidade e campo a partir da realidade do município de Camanducaia, situada no Estado de Minas Gerais, partindo de estudos desenvolvidos sobre o que seria o rural, urbano, cidade ou campo. A justificativa de escolha deste município dá-se pelas transformações sócio-econômicas e culturais que este vem sofrendo a partir dos últimos anos. Diante de uma revisão bibliográfica, se observou quão complexa se torna a conceituação do rural e do urbano ou da cidade e o campo. Camanducaia é um município, assim como outros da região do extremo sul mineiro, que vem sofrendo um perceptível processo de industrialização e alteração na economia local, diminuição das áreas agricultáveis no campo e crescimento das áreas de expansão urbana. Assim, o presente trabalho poderá melhorar o entendimento da dinâmica local e contribuir também para estudos comparativos em outros municípios mineiros.

Palavras-chave: rural, urbano, cidade, campo.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As discussões sobre a conceituação do rural e urbano, cidade e campo, têm sido motivo de estudos entre diversos pesquisadores, entre eles, geógrafos e sociólogos, a fim de caracterizar espaços onde a diversificação e a complexidade de realidades são muitas no território brasileiro.

A partir deste contexto teórico, este trabalho busca refletir a realidade do município de Camanducaia, situada no Estado de Minas Gerais, partindo de bases bibliográficas utilizadas na Geografia Rural, sobre o que seria o rural, urbano, cidade ou campo.

A justificativa de escolha deste município dá-se pelas transformações sócio-econômicas e culturais que este vem sofrendo a partir dos últimos anos, resultado

⁸ Professor da Faculdade de Extrema – FAEX. Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGCE-UNESP. Mestre em Ecologia Aplicada ao Manejo e Conservação dos Recursos Naturais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. joseeduardoo@yahoo.com.br

principalmente da duplicação da Rodovia Fernão Dias, do crescente processo de urbanização, da diminuição das atividades agropecuárias, crescimento do turismo rural e da diminuição da população que residem nos bairros rurais.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo deste trabalho foi o município de Camanducaia, localizado no sul do Estado de Minas Gerais, a 70 quilômetros ao sul de Pouso Alegre (pólo regional), a 400 Km de Belo Horizonte e a 170 Km de São Paulo, tem como acesso a BR 381 (Rodovia Fernão Dias) e apresenta área territorial de 527,9 Km² e uma população total, no ano 2000, de 20.543 habitantes, sendo que 69.5% estão na área urbana e 30.5% na área rural (FERREIRA, 2006).

Este município é caracterizado pela riqueza hídrica, já que possui áreas de nascentes e pontos de captação de grande importância regional e pelos significativos remanescentes de Mata Atlântica. Esta situação, associada à beleza natural, faz com que ela se torne alvo de empreendimentos imobiliários num crescente processo de ocupação do solo e uso turístico desordenado (HOEFFEL et al., 2005).

2.1. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

TABELA 1. Densidade Demográfica do Município de Camanducaia (hab/Km²)

Caracterização do Território – Densidade Demográfica dos Municípios da Porção Mineira da Bacia Hidrográfica do Rio Jaguary (hab/Km ²)					
Municípios	Anos				
	1980	1991	2000	2004	2009
Camanducaia	23,71	32,10	38,83	42,33	38,21

Fonte: <http://www.fjp.mg.gov.br> /; <http://www.ibge.gov.br> / ; <http://www.datagerais.mg.gov.br/>

Os índices de densidade demográfica do período de 1980 a 2004 demonstram que houve um aumento populacional expressivo no município de Camanducaia, com uma pequena regressão no ano de 2009. A densidade demográfica aumentou, entre os

períodos de 1980 e 2004, 78,53%, passando de 23,71 habitantes/km² em 1980 para 42,33 habitantes/km² em 2004 sendo que em 1991 chegou a obter um índice de 32,10 habitantes/km² e em 2000 um índice de 38,83 habitantes/km². Já no ano de 2009, segundo dados do IBGE, houve uma queda populacional no município o que ocasionou esta diminuição demográfica.

A proximidade deste município à Região Metropolitana de São Paulo, a duplicação da Rodovia Fernão Dias somada à beleza natural da região, vêm contribuindo com o aumento populacional, com reflexos ambientais na Porção Mineira da Bacia Hidrográfica do Rio Jaguary como um todo.

TABELA 2. Demografia dos Municípios da Porção Mineira da Bacia Hidrográfica do Rio Jaguary

Demografia dos Municípios da Porção Mineira da Bacia Hidrográfica do Rio Jaguary									
Municípios	Anos								
	Total			Urbana			Rural		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Camanducaia	12.518	16.927	20.537	6.044	10.441	14.262	6.474	6.486	6.275

Fonte: IBTU (1998); <http://www.datagerais.mg.gov.br/>

De acordo com os dados coletados, entre os anos de 1980 e 2000, o município de Camanducaia apresentou um crescimento da população urbana de 135,97%, passando de 6.044 habitantes no ano de 1980 para 14.262 habitantes em 2000.

O crescimento da população urbana no município de Camanducaia em 2000 é resultado principalmente do aumento populacional no Distrito de Monte Verde (FIGURA 1), resultado da atratividade turística local. De acordo com Arquitetur (2006), apesar de apresentar uma área total de 527, 57 km², apenas 6 km² (1,13%) vem sendo considerado como área urbana do município que se apresenta dividida em três perímetros distritais: Camanducaia - Sede, Monte Verde e São Mateus de Minas. Também pode-se levar em consideração o relevo mais acidentado do município de Camanducaia sendo um limitante para a expansão urbana.

FIGURA 1. Foto da Área de expansão urbana no Distrito de Monte Verde em Camanducaia



No Estado de Minas Gerais tem-se observado um constante decréscimo da população rural e um rápido processo de urbanização de maior parte dos municípios. De acordo com a FJP (2005), entre os anos de 1980 e 1991 o Estado de Minas Gerais apresentou um decréscimo de 0,95% na taxa de crescimento da população rural, e entre os anos de 1991 e 2000 apresentou um decréscimo ainda maior da taxa de crescimento da população rural, de 2,3%. A tendência é de aumento da população urbana e decréscimo da população rural resultado da maior oferta de trabalho na zona urbana, devido principalmente ao crescimento do setor industrial e de serviços no Estado de Minas Gerais (FJP, 2005).

TABELA 4 - Empregos ocupados por Setores Econômicos⁹ no Município de Camanducaia no ano 2000

Empregos ocupados por Setores Econômicos no Município de Camanducaia no ano 2000
--

⁹Os setores econômicos abrangem, respectivamente, as seguintes atividades:

Agrícola - Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca ;

Industrial - Indústria extrativa, indústria de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água e construção civil;

Comércio - Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos;

Serviços - Alojamento, alimentação, transporte, armazenagem, comunicação, intermediação financeira, atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas, administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde, serviços sociais, serviços coletivos, sociais, pessoais, serviços domésticos, organismos internacionais, outras instituições extraterritoriais e outras atividades mal definidas.

Setores Econômicos	Número absoluto	Número Relativo (%)
Agrícola	1.955	24,5
Industrial	1.858	23,3
Comércio	881	11,1
Serviços	3.272	41,1
Total	7.966	100,0

Fonte: <http://www.fjp.mg.gov.br/>

TABELA 5 - Produto Interno Bruto – PIB do Município de Camanducaia por Setores Econômicos, a Preço de Mercado (R\$ 1.000,00)

Produto Interno Bruto – PIB do Município de Camanducaia por Setores Econômicos, a Preço de Mercado (R\$ 1.000,00)				
Setores Econômicos	Anos			
	1999	2000	2001	2002
Agrícola	6.180,00	10.015,00	6.429,00	8.381,00
Industrial	18.085,00	24.146,00	29.808,00	32.007,00
Serviços	38.732,00	37.852,00	46.689,00	52.426,00
Total	62.476,00	72.013,00	82.926,00	92.814,00

Fonte: <http://www.datagerais.mg.gov.br/>

O setor de serviços era, em 2000, o principal setor econômico do município de Camanducaia com a ocupação de 3.272 empregados, representando 41,1% do total de pessoas ocupadas, sendo resultado do aumento da demanda turística local, principalmente no Distrito de Monte Verde (TABELA 4). Apesar da participação do setor de serviços no Produto interno Bruto – PIB do município ter sofrido uma queda em 2000, ele representava, em 2002, mais de 50% do total (TABELA 5).

O segundo setor econômico era o agrícola com 1.955 pessoas ocupadas, representando 24,5% do total, com destaque ao cultivo de batata inglesa sendo uma atividade econômica muito importante para o município, empregando grande parte da população rural (TABELA 4). Este setor apresentou-se oscilante entre os anos de 1998 e 2002, representando em 2002 cerca de 9% do total do PIB do município (TABELA 5).

O setor industrial também empregava boa parte da população, com 1.858 empregados e representava 23,3% das pessoas ocupadas do município (TABELA 4). Entre os anos de 1998 e 2002 observou-se um aumento significativo deste setor no PIB municipal, representando, em 2002, 34% do total (TABELA 5). Este setor tende a crescer impulsionado pela finalização da duplicação da Fernão Dias, o que facilita o

acesso ao município, pela proximidade com a Região Metropolitana de São Paulo, além dos incentivos dados pelo município à instalação de novas indústrias, como isenção de impostos e doação de terrenos. De acordo com a Arquitetur (2006), o crescimento do setor industrial deve-se principalmente as indústrias dos ramos têxtil e de confecções, de madeira e movelaria. Em 2000, as principais indústrias do município de Camanducaia, segundo o número total de empregados, eram: CVB Vestimentas Brasileiras, Original Indústria e Comércio de Edição, Impressão e Gravações, Danilo Moretti Artigos de Borracha e Plástico, LEGGETT e PLATT do Brasil fabricação de móveis, TCHUKA Comercial Ltda. de produtos alimentícios, Serraria Sul Mineira, Embalagens Santana, Serraria Máster e UNIMINAS Agroindustrial de Produtos Têxteis (ARQUITETUR, 2006). Em 2006, finalizou a instalação de uma nova indústria no município: Indústrias de Embalagens Tocantins Ltda, que pretende empregar um significativo número de pessoas no município.

O setor de comércio é o que menos empregava em 2000, com 881 empregados representava apenas 11,1% das pessoas ocupadas do município (TABELA 4). Muitas pessoas que residem em Camanducaia preferem realizar suas compras (como roupas, eletrodomésticos, eletrônicos, móveis, etc.) em outros municípios próximos como Pouso Alegre, Bragança Paulista ou até mesmo São Paulo, os quais têm maior oferta comercial com melhores preços, crediários e variedade de produtos o que os tornam um atrativo comercial para população e um prejuízo para economia do município.

2.2. CULTURAL LOCAL

A região é marcada pela cultura caipira típica do interior mineiro, caracterizada pelas músicas, a religiosidade e os tradicionais festejos juninos, além da culinária mineira (BOSI, 1999). Apesar de grande parte das populações destes municípios concentrarem-se na zona urbana, ainda resta um significativo número de pessoas que residem na zona rural e muitas delas mantém os costumes e hábitos caipiras com vivências sociais em equilíbrio ecológico com o meio ambiente (CANDIDO, 1982).

Ao longo dos anos o rápido processo de urbanização e as fortes influências de outras culturas, principalmente a paulista, vêm alterando alguns hábitos e tradições

locais. Desta forma observa-se que nas últimas décadas as festas tradicionais bem como os costumes rurais vêm sendo abandonados ou considerados como eventos de menor importância, e para Ribeiro (1995),

Uma comunidade caipira que conserva as formas tradicionais de sociabilidade é, hoje, uma sobrevivência rara, confinada às áreas mais remotas e menos integradas no sistema produtivo (RIBEIRO, 1995, p. 392).

3. CAMANDUCAIA: RURAL E URBANO, CIDADE E CAMPO

Diante das características do município de Camanducaia pergunta-se: onde está o rural e o urbano? Onde encontra-se a cidade e o campo? Perguntas estas que motivaram as seguintes discussões teóricas.

Para Sorokin et. al. (1981), no decorrer do tempo as diferenças entre a cidade e o campo cresceram assim como as distinções entre o urbano e o rural. O autor caracteriza o mundo rural e o mundo urbano a partir de algumas diferenças: ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade, mobilidade social, direção da migração, sistema de integração social.

Considerando o município de Camanducaia, podemos de acordo com Sorokin et. al. (1981) caracterizá-lo como um local onde o rural tem grande expressão. Em relação às diferenças ocupacionais, para Sorokin et al. (1981) a área rural apresenta grande número de indivíduos envolvidos em atividades agrícolas e pecuárias. No município de Camanducaia, apesar do crescimento de atividades dos setores de serviços e industriais, o setor agrícola representa uma significativa atividade empregadora no município (TABELA 4).

Entre as principais atividades agropecuárias desenvolvidas estão a bataticultura, a silvicultura e a pecuária de leiteira e de corte, o que segundo Sorokin et. al. (1981) representam atividades onde os trabalhadores teriam maior proximidade com a natureza sendo estas características típicas do mundo rural.

Outra diferença apontada por Sorokin et. al. (1981) em relação ao rural e o urbano, é o tamanho das comunidades. Para os autores, as propriedades rurais apresentam grandes extensões já que suas atividades econômicas exigem maior espaço

territorial do que as atividades urbanas. Esta característica pode ser observada no município de Camanducaia já que apenas uma pequena parte do município são áreas urbanas enquanto grande parte territorial se enquadra em espaços não-urbanos.

A discussão de Sorokin et. al. (1981) acerca da distinção do rural e do urbano a partir das atividades econômicas desenvolvidas no campo ou na cidade atualmente são discutidas devida a pluriatividade do meio rural brasileiro (SCHNEIDER, 2009).

Segundo Schneider (2009), o meio rural brasileiro atualmente apresenta uma variedade de atividades econômicas e não somente a atividade agrícola. O crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural está relacionado ao mercado de trabalho, expressando os novos modos de ocupação das famílias rurais.

As famílias residentes no campo optam entre combinar duas ou mais ocupações, assumindo a condição de pluriativos, ou escolhem a troca de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar outras atividades não-agrícolas mesmo residindo no campo (SCHNEIDER, 2009).

Para Carneiro (1998), a pluriatividade, adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a atenção para a possibilidade de novas formas de organização de a produção vir a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados.

Simplesmente pela atividade econômica é difícil a delimitação do que seria rural ou urbano já que podem ocorrer urbanidades no campo e ruralidades na cidade, sendo campo e cidade apenas espaços enquanto o rural e urbano seriam os conteúdos de seus preenchimentos (BIAZZO, 2008).

Partindo desta visão de Biazzo (2008), no município de Camanducaia torna-se difícil delimitar o urbano e o rural, pois mesmo no campo pode-se encontrar algumas “urbanidades” ou na cidade, “ruralidades”.

Diante da pluriatividade no meio rural discute-se qual seria o *lugar dos rurais* no espaço rural brasileiro (WANDERLEY, p.1, 2005). De acordo com Wanderley (2005), a maior parte da população rural no Brasil vive em pequenas cidades.

O crescente processo de urbanização e industrialização na região do extremo sul-mineiro resultado principalmente da proximidade deste território às regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas e também do processo de duplicação da

Rodovia Fernão Dias, vem levando à expansão das sedes municipais e a redução das atividades agrícolas no campo.

A população até então residente no campo sente-se atraída pela oportunidade de trabalhar nas indústrias que recentemente se instalaram na região Sul de Minas, deixando assim, principalmente os jovens, o trabalho agrícola pelo emprego formal nas indústrias.

Para Lefebvre (2001),

Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói, dissolve-o. Não sem os efeitos paradoxais anteriormente observados. A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa (LEFEBVRE, 2001, p.68-69).

Como observado por Lefebvre (2001), o processo de urbanização do início do século XX tendia-se a “penetrar” as áreas rurais com a expansão do modo de vida urbano, caracterizado na época pelas práticas comerciais e industriais.

Mesmo com a saída de uma significativa parte população do campo para a cidade, ao longo dos anos, observa-se também que no município de Camanducaia a população rural vem desenvolvendo outras atividades não-agrícolas, como as relacionadas ao turismo rural, buscando uma alternativa de renda familiar.

Como já discutido anteriormente, com a diversificação das atividades econômicas desenvolvidas no campo torna-se difícil determinar o rural apenas pelo desenvolvimento das atividades agrícolas, apesar de grande parte das populações do campo fazerem uso unicamente desta atividade.

Outra definição entre o rural e o urbano pode-se encontrar nas políticas nacionais de organização social. No município de Camanducaia, a definição entre rural e urbano encontra-se presente em seu plano diretor (CAMANDUCAIA/MG, 2006), onde se considera como “área urbana” todas as sedes municipais constituídas pelos distritos, independentes da suas localizações ou de seus tamanhos, e “áreas rurais”, as demais áreas não-urbanas.

Para Camarano; Beltrão (2000) *apud* Wanderley (2005), a definição de população urbana e rural tem apenas um caráter político-administrativo ao incluir todas as sedes de

municípios e distritos, independentes do seu tamanho, à área urbana, e as demais áreas ao rural.

De acordo com Veiga (2003),

O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, que é única no mundo. Esse País considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características (VEIGA,2003, p.31).

Para o autor, entender o rural e o urbano, a cidade e o campo, apenas pela definição político-administrativo, torna-se um grande entrave na construção de políticas públicas já que as realidades locais e regionais não são homogêneas e apresentam especificidades.

Discutindo a questão da urbanização brasileira, Veiga (2003), apresenta a cidade de União da Serra no Rio Grande do sul onde a sede urbana apresentava no Censo Demográfico de 2000 apenas 18 habitantes. Para o autor, não se deveriam considerar urbanos os municípios com menos de 20 mil habitantes.

Ao considerar a população estimada pelo IBGE de 20.106 habitantes, para o município de Camanducaia no ano de 2009, pode-se dizer que o município estaria no limiar entre o urbano e o rural.

O que se observa que mesmo em pequenos municípios a complexidade da conceituação do rural e do urbano ou da cidade e do campo torna-se bem evidente. Alguns autores acreditam que as fronteiras entre o campo e a cidade se dissolvem progressivamente (IANNI *apud* RUA, 2005), ou ainda, que já atingimos a urbanização da sociedade numa fusão entre o urbano e o rural (MILTON SANTOS *apud* RUA, 2005).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão proposta pelos autores citados com a realidade do município de Camanducaia, pode-se observar como complexo se torna a conceituação do rural e do urbano ou da cidade e o campo.

Camanducaia é um município, assim como outros da região do extremo sul -

mineiro, que vem sofrendo um perceptível processo de industrialização e alteração na economia local, diminuição das áreas agricultáveis no campo e crescimento das áreas de expansão urbana.

Essa alteração no cotidiano da população local, que muitas vezes exercem diferentes atividades profissionais a fim de melhorarem sua renda familiar, podem também diversificar os modos de vida desta população.

Cada vez mais jovens agricultores trocam o plantio pelo trabalho formal nas indústrias deixando o campo para turistas de segunda residência que se sentem atraídos pelas belezas cênicas locais, clima e facilidade de acesso pela duplicação da Rodovia Fernão Dias e proximidade de metrópoles paulistas.

O campo ocupado por habitantes urbanos paulistas, a cidade ocupada pela população rural que deixa o campo. Quanto maior esta troca de espaços pelas populações, maior as transformações das identidades territoriais e a construção de novas realidades locais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUITETUR – Arquitetura Urbanismo Paisagismo Ltda. Plano Diretor Participativo de Camanducaia-MG – 1ª Etapa – Quadro Situacional. **São Paulo: ARQUITETUR, 2006.**

BIAZZO, Pedro Paulo. CAMPO E RURAL, CIDADE E URBANO: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lucia Salazar (Org.). **Interações Geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa.** Uberlândia: Roma, 2007.

BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira: temas e situações.** 4. ed. Série Fundamentos 18. São Paulo: Ática, 1999.

CAMANDUCAIA/MG. Lei Complementar 020/2006 – Institui o Plano Diretor de Camanducaia. **Camanducaia: Imprensa Oficial, 2006.**

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** Coleção documentos brasileiros 118. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos**

Sociedade e Agricultura, n. 11, outubro de 1998.

FERREIRA, Patrícia Rose de Paiva. **Um estudo da institucionalidade referente à preservação de matas ciliares**: O caso do município de Camanducaia - MG. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, SP: 2006.
FJP-FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Perfil de Minas Gerais 2005**. Belo Horizonte: FJP, 2005.

HOEFEL, J. L.; MACHADO, M.K. & FADINI, A. A.B. Múltiplos olhares, usos conflitantes: concepções ambientais e turismo na APA do Sistema Cantareira. **OLAM – Ciência e Tecnologia**. Rio Claro, vol.5, n.1, p.119-145, 2005.

IBITU CONSULTORIA AMBIENTAL. **APA Fernão Dias – Plano de Gestão Ambiental**. Belo Horizonte: IBITU/DER-MG, v. 1, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1^a ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.[versão português]

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981, p.198-224.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Urbanização e Ruralidade: Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural, **Estudo Preliminar sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco**, UFPE, Recife, 2001.

DIAGNÓSTICO LOGÍSTICO EM EXTREMA-MG: UM ESTUDO SOBRE LOGÍSTICA REVERSA

José Eduardo do Couto Barbosa¹⁰.

RESUMO

Diante da problemática ambiental global, vivenciada atualmente, o setor empresarial tem desenvolvido importantes ações para a garantia da qualidade ambiental em seus pilares ambiental, social e econômico. A sustentabilidade se torna instrumento fundamental para o desenvolvimento empresarial. Este trabalho visa identificar, através de um diagnóstico logístico, o cenário empresarial no município de Extrema-MG e desenvolver ações de sustentabilidade ambiental junto às empresas que possuem Plano de Relacionamento Institucional com a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema (FAEX). A metodologia envolverá o levantamento de dados a partir de questionários e dados secundários, estudos de campo e a proposição de ações de logística reversa a partir de canais de distribuição reversos. No momento, encontra-se em desenvolvimento a etapa inicial de diagnóstico das atividades logísticas desenvolvidas na área de estudo e, a partir dos ciclos de discussão, estuda-se a elaboração do questionário a ser aplicado, a fim de analisar os fluxos logísticos presentes no município.

Palavras-chave: Logística Reversa, Sustentabilidade, Cenário Logístico.

1. INTRODUÇÃO

As discussões a cerca da problemática ambiental tornam-se comumente presentes em todos os seguimentos sociais e não diferentemente no setor empresarial. Diante da crise atual dos recursos naturais e da busca de melhoria da qualidade ambiental fazem-se necessários instrumentos que possibilitem ações de sustentabilidade.

A questão ambiental tem se tornado essencial no desenvolvimento empresarial. De acordo com DONAIRE (2010, p.50):

A globalização dos negócios, a internacionalização dos padrões de qualidade ambiental descritos na série ISO 14000, a conscientização crescente dos

¹⁰ Professor da Faculdade de Extrema – FAEX. Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGCE-UNESP. Mestre em Ecologia Aplicada ao Manejo e Conservação dos Recursos Naturais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. joseeduardoo@yahoo.com.br

atuais consumidores e a disseminação da educação ambiental nas escolas permitem antever a exigência futura que farão os futuros consumidores em relação à preservação do meio ambiente e à qualidade de vida deverão intensificar-se. Diante disto, as organizações deverão, de maneira acentuada, incorporar a variável ambiental na prospecção de seus cenários e na tomada de decisão, além de manter uma postura responsável de respeito à questão ambiental (DONAIRE, 2010, p. 50).

Diante deste cenário, a variável ambiental se torna instrumento fundamental para o desenvolvimento empresarial respondendo assim as necessidades e responsabilidades ambiental, social e econômico, sendo estes os tripés estruturantes da sustentabilidade. Para FILHO (2011, p. 22), *a imagem do tripé é perfeita para entender a sustentabilidade*, já que assim estes fatores podem se interagir de forma holística para satisfazer o conceito.

O aumento da sensibilidade ecológica tem sido acompanhado por ações de governos e empresas com visões estratégicas variadas, visando minimizar os impactos gerados pelas ações humanas ao meio ambiente, protegendo a sociedade e seus próprios interesses (LEITE, 2009).

De acordo com CAVALLAZZI & TABOADA (2010, p. 19); *empresas em todo o mundo começam a despertar para a importância do equilíbrio ecológico e o impacto que seus produtos podem causar na natureza*.

Este despertar ecológico no contexto da logística vem sendo ligada a ações de logística reversa, a qual é fortemente discutida no meio empresarial como instrumento de gestão ambiental.

As empresas vêm buscando a eficiência no gerenciamento logística reversa, incentivada na maioria das vezes por regulamentações governamentais, a visão de satisfação do cliente, a busca da redução de custos e eficiência operacional. Assim, a logística reversa tem se tornado componente essencial da empresa e de sua cadeia de suprimentos (FIORAVANTI & CARVALHO, 2010).

A logística reversa surge como estratégia empresarial em resposta a exigência de um mercado com preocupações socioambientais. De acordo com a Lei nº 12.305/2010, capítulo II, artigo 3º, inciso XII, entende-se por logística reversa:

Instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento,

em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (Lei nº 12.305/2010, capítulo II, artigo 3º, inciso XII).

Segundo LEITE (2009), as preocupações relativas à responsabilidade empresarial e ética, ambiental e social são alicerces necessários para a garantia da sustentabilidade econômica. Sendo assim, este trabalho visa analisar o desenvolvimento logístico, com ênfase no levantamento de canais reversos de distribuição, nas empresas do município de Extrema-MG.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Identificar através do diagnóstico logístico o cenário empresarial no município de Extrema-MG, propor e desenvolver ações de sustentabilidade ambiental junto às organizações empresariais da região.

2.2. Objetivos específicos

Dentre os objetivos específicos deste trabalho elencam-se os seguintes:

- Incentivar o desenvolvimento científico no Curso de Logística da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema (FAEX);
- Identificar as ações de logística desenvolvidas na área de estudo;
- Propor ações de sustentabilidade ambiental junto ao ramo empresarial;
- Desenvolver ações de logística reversa a partir do conhecimento da realidade identificada no diagnóstico inicial a fim de se estruturar canais de distribuição reversos de pós-consumo e pós-venda.
- Subsidiar ações de sustentabilidade ambiental, social e econômica nas empresas analisadas, favorecendo o desenvolvimento regional.

3. METODOLOGIA

A metodologia envolverá o levantamento de dados a partir de entrevistas e dados secundários, estudos de campo e a proposição de ações de logística reversa a partir de canais de distribuição reversos.

Para o levantamento de dados utilizará a técnica de entrevista semiestruturada proposta por Laville & Dionne (1999) e Gaskell (2002) a qual é composta por uma série de perguntas abertas feitas verbalmente que têm um papel de roteiro de entrevista ou tópico guia do entrevistador.

O roteiro preliminar para as entrevistas ou tópico guia (Anexo I) é composto por 24 questões e procuram evidenciar a estruturação do sistema logístico nas empresas do município de Extrema e a existências de ações de logística reversa

O trabalho será desenvolvido em duas etapas: diagnóstico logístico e projeto piloto. Atualmente está em desenvolvimento a primeira etapa. Nesta etapa estão sendo realizados ciclos de discussão semanais, para o aprofundamento teórico-literário, a caracterização da área de estudo e a coleta iniciais de dados junto às empresas que possuem um Plano de Relacionamento Institucional com a instituição de ensino FAEX e por meio de dados cedidos pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva (SinMec).

Na segunda etapa, após o levantamento inicial e conhecimento do cenário logístico da área de estudo, será realizado uma proposta piloto de fluxos reversos, onde se pretende desenvolver a criação, adequação e avaliação de canais de distribuição reversos junto às empresas estudadas, buscando atender as solicitações legais da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305).

4. DESENVOLVIMENTO

Este estudo está sendo desenvolvido pelo Núcleo de Iniciação Científica em Logística da Faculdade de Ciências Sociais de Extrema (FAEX), com o envolvimento de discentes e docentes do Curso Superior de Tecnologia em Logística.

A área de estudo deste trabalho é o município de Extrema (Figura 1), localizado no extremo sul mineiro, o qual apresenta grande importância no cenário econômico mineiro e nacional devido ao rápido processo de industrialização ao qual tem passado nos últimos anos, impulsionado por incentivos fiscais e pela proximidade a São Paulo, Campinas e do eixo rodoviário Dom Pedro-Fernão Dias-Dutra. Com população inferior a trinta mil habitantes, o município abriga mais de cem empresas de grande e médio porte, em diversos ramos de atuação, o que torna o município o mais industrializado de Minas Gerais (IBGE, 2011; STEFANO, 2011, CACIANO, 2011).

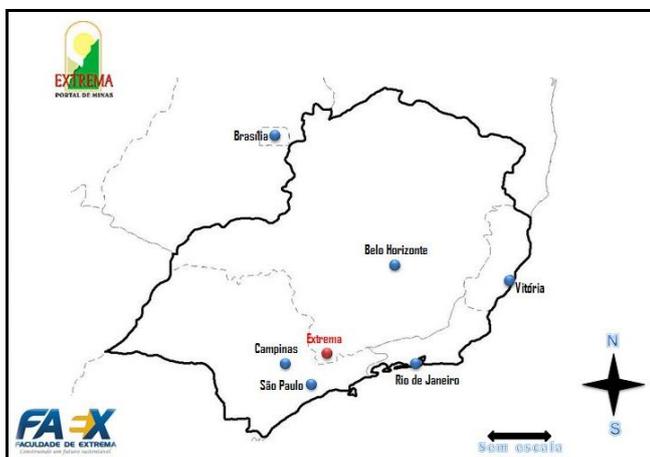


Figura 1: Localização geográfica do município de Extrema-MG.

Fonte: Arquivo do Núcleo de Iniciação Científica em Logística da FAEX. Adaptado por Alexander Wassani Russo.

Além da importância econômica, o município de Extrema é de grande importância ambiental, pois sua área apresenta uma grande variedade de elementos naturais como remanescentes de Mata Atlântica e a riqueza hídrica (Figuras 2 e 3).



Figuras 2 e 3: Área urbana do município de Extrema e Serra do Lopo, importante área de remanescente florestal.

Fotos: José Eduardo do Couto Barbosa, 08/2009.

Entre as riquezas naturais destaca-se o Rio Jaguary, o qual nasce no município de Sapucaí-Mirim, atravessa os municípios de Camanducaia e Extrema, sendo que seu principal afluente mineiro é o Rio Camanducaia que nasce em Camanducaia e passa pelo município de Itapeva. O Rio Jaguary segue seu percurso para o estado de São Paulo juntando-se ao Rio Atibaia formando o Rio Piracicaba. Na Região Bragantina/SP, o Rio Jaguary é represado no Reservatório dos Rios Jaguary/Jacareí, constituindo-se no principal contribuinte do Sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento de água de grande parte da Região Metropolitana de São Paulo (HOEFFEL et al, 2008).

5. RESULTADOS PRELIMINARES

Como já comentado anteriormente, no momento está em desenvolvimento a etapa inicial do diagnóstico logístico a partir de ciclos de discussão e a adequação do roteiro de entrevista para a análise dos fluxos logísticos presentes no município.

Com o desenvolvimento das coletas primárias de dados e levantamentos secundários de informações, identificou-se a presença de importantes organizações empresariais em nível nacional e internacional e de grandes centros de distribuição de produtos advindos, principalmente, das regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas.

Espera-se que este trabalho forneça importantes subsídios que possibilitem o desenvolvimento de ações que visem à construção de uma sociedade verdadeiramente sustentável possibilitando uma melhor qualidade de vida a todos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **LEI Nº 12.305**, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

CACIANO, E. Vale da Eletrônica, polo tecnológico de sucesso: uma fábrica de fábricas. **Braspress News**, nº 17, junho/julho/agosto 2011, p. 64-71.

CAVALLAZZI, J. E; TABOADA, C. Logística Reversa e o Meio Ambiente: o caso da indústria de computadores. **Revista Mundo Logística**, nº 16, ano III, maio & junho 2010, p. 18-29.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2 ed. São Paulo: ATLAS, 2010.

FILHO, H. R. P. Sustentabilidade e Responsabilidade Social deverão caminhar juntas nos próximos anos. **Revista Banas Qualidade**, ano XX, nº 229, Junho/2011, p. 22-28.

FIORAVANTI, R.; CARVALHO, M. F. Logística Reversa: alguns desafios e oportunidades. **Revista Mundo Logística**, nº 18, ano III, setembro & outubro 2010, p. 38-42.

STEFANO, F. O paraíso é aqui. **Revista Exame**, 27 de julho de 2011, p. 55-55.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W. & GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, p. 64-89, 2002.

HOEFFEL, J. L. M.; FADINI, A. A. B; BARBOSA, J. E. C.; FERMINO, E. S.
Trajetórias do Jaguarly - Unidades de Conservação, Percepção Ambiental e Turismo -
Um estudo na APA do Sistema Cantareira - Diagnóstico Socioambiental em Áreas-
Núcleo da Porção Mineira da
Bacia Hidrográfica do Rio Jaguarly. Relatório Parcial Fapesp, Agosto/2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 de agosto de 2011. Horário: 16:30.

LAVILLE, C. & DIONNE, J. **A construção do saber – Manual de metodologia da
pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

LEITE, P. R. **Logística Reversa** – meio ambiente e competitividade. 2 ed. São Paulo:
Pearson Prentice Hall, 2009.

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DIAGNÓSTICO LOGÍSTICO EM EXTREMA-MG

INFORMAÇÕES DA EMPRESA:

Nome:

Ramo de atividade:

Tempo de instalação no município:

Número de colaboradores:

Nacional ou Internacional? Onde está a matriz?

DADOS DO ENTREVISTADO:

Nome:

Função:

Formação:

QUESTÕES GERAIS:

1. Qual o seu conceito sobre a Logística?
2. Como está estruturada a logística? Quais são os cargos que constituem a área de logística? E qual a hierarquia entres estes cargos?
3. Existe algum processo logístico terceirizado? Quais? Dentre os terceirizados, quantos estão situadas no próprio município?
4. Qual é o espaço físico que a logística ocupa em relação à área total da empresa?
5. O centro de distribuição da empresa está situado na mesma área industrial? Se estiver em outro local, descreva onde está situado.
6. Qual a porcentagem deste CD em relação a distribuição nacional e/ou internacional?
7. Quais as ferramentas que auxiliam no gerenciamento logístico?
8. Qual o grau de importância da logística no planejamento estratégico empresarial?
9. Qual processo logístico é responsável em absorver a maior parte dos custos logísticos na empresa?
10. Quais são as maiores dificuldades encontradas nos processos logísticos?
11. A logística se relaciona de forma integrada com os outros departamentos da empresa? Quais?
12. Em relação à mão-de-obra, está difícil encontrar profissionais qualificados para a área de logística? Por quê?

13. Como está a logística hoje? E quais são suas perspectivas para o futuro?

LOGÍSTICA REVERSA:

1. O que você entende por Logística Reversa?
2. Qual a importância da Logística Reversa para a empresa?
3. Quais são as vantagens e desvantagens da Logística Reversa?
4. Existe uma política ambiental empresarial? A empresa possui certificação ambiental?
5. Como esta política interfere nas atividades logísticas?
6. Quais as vantagens e as desvantagens da empresa apresentar ações ambientais?
7. Como a empresa faz o gerenciamento do retorno de produtos?
8. Quanto representa o retorno de produtos nos processos logísticos?
9. Existe a reutilização de algum produto nos processos logísticos? Quais e como são reutilizados?
10. Existe a utilização de produtos reciclados? Quais e como são utilizados?
11. Existe algum projeto sobre Logística Reversa na empresa? Qual? (Se não houver, há a perspectiva de implantação?).

COMPETITIVIDADE: O COMBUSTÍVEL DO PROGRESSO E DO DESENVOLVIMENTO GLOBAL

Alexsandro Gonçalves Salgado¹¹

Elisangela Cordeiro de Lima¹²

Helena Yumi Suzuki¹³

Manuele Fontes Nogueira¹⁴

Rita de Cássia Mendes Souza¹⁵

RESUMO

Este artigo busca identificar a origem da competitividade, característica humana intimamente ligada ao progresso e ao desenvolvimento. Entender esses fatos históricos, suas origens e seus desdobramentos, trará à luz do conhecimento científico as características da sociedade e do mundo empresarial contemporâneo.

Palavras-Chave: Globalização, Competitividade, Empresas.

1. INTRODUÇÃO

Os acontecimentos históricos e marcantes da humanidade transformaram o mundo, as pessoas e o futuro em vários aspectos. Uma das forças que sempre impulsionaram e ainda impulsionam o homem nessas transformações é a competitividade, que tem início, primeiramente, com a necessidade de sobrevivência. Isso tudo levou o homem a buscar mais recursos, riqueza e poder. Nesse contexto, novos povos, culturas, descobertas, o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, da caça, da pesca e da agricultura, fizeram emergir novas cidades e sociedades ao longo dos tempos.

¹¹ Aluno de pós-graduação do Curso de Especialização em MBA Executivo Empresarial - FAAT

¹² Aluno de pós-graduação do Curso de Especialização em MBA Executivo Empresarial - FAAT

¹³ Aluno de pós-graduação do Curso de Especialização em MBA Executivo Empresarial - FAAT

¹⁴ Aluno de pós-graduação do Curso de Especialização em MBA Executivo Empresarial - FAAT

¹⁵ Aluno de pós-graduação do Curso de Especialização em MBA Executivo Empresarial - FAAT

Não demorou muito para o homem perceber que poderia lucrar com o excedente da sua produção. Encontrar novas terras, tecnologias, acumular riquezas. Conquistar o poder tornou-se uma obsessão, como os acontecimentos históricos da humanidade podem comprovar.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Há milhares de anos o homem vem ocupando, habitando e organizando o meio em que vive. Acredita-se que por volta do ano 6.000 a.C., durante a *Idade dos Metais*, na região da Mesopotâmia e do Egito, surgiram às cidades, a propriedade privada, a desigualdade social e o Estado.

Nessa mesma época, a descoberta dos metais permitiu a criação de novos instrumentos e ferramentas de trabalho, o que proporcionou o aperfeiçoamento da guerra, da caça e da agricultura. A partir desse momento, o homem passou a produzir mais do que necessitava para o seu próprio consumo.

Neste cenário iniciaram-se às disputas por riqueza e poder, onde os “*vencedores*” enriqueciam ao apropriar-se das terras e dos bens dos “*vencidos*” e estes, por sua vez, ficavam cada vez mais pobres, evidenciando a vulnerabilidade do homem e do grupo ao ajustar as suas necessidades de sobrevivência em função da evolução da espécie. A criação da escrita, da moeda e das leis resultou no “*pensar racional*”. Impérios se constituíram e impuseram seus domínios, suas ascensões e quedas, criaram riqueza e cobiça.

O comportamento do homem na história da humanidade vai se transformando em função das informações recebidas do ambiente, desenvolvendo conhecimento e ajustando-os às suas necessidades. Entre os séculos XVI e XVIII, um volume extraordinário de transformações estabeleceu uma nova percepção de mundo, que ainda pulsa em nossos tempos. Podemos citar como exemplo, o surgimento da igreja protestante sob o protagonismo de Martinho Lutero (1483-1546), Padre alemão inconformado em aceitar a venda de indulgências da Igreja Católica.

Em um curto espaço de quase quatro séculos, os reis europeus assistiram a consumação do seu poder hegemônico, bem como experimentaram as várias revoluções liberais defensoras da divisão do poder político, e da ampliação dos meios de intervenção política. Tronos e parlamentos fizeram uma curiosa ciranda em apenas um

“ *piscar de olhos*”. Além disso, se hoje tanto se fala em tecnologia e globalização, não podemos refutar a ligação intrínseca entre esses dois fenômenos e a **Idade Moderna**.

Encurtar distâncias, desvendar a natureza, lançar-se em mares nunca antes navegados foram apenas uma ou algumas das poucas ou muitas realizações que definem esse período histórico. De fato, as percepções do tempo e do espaço, antes tão extensas e progressivas, ganharam uma sensação mais intensa e volátil. (PORTAL BRASIL ESCOLA, 2011)

O trecho extraído da música de Gilberto Gil (1991) bem retrata a época:

Antes	mundo	era	pequeno
Porque	Terra	era	grande
Hoje	mundo	é	grande
Porque	Terra	é	pequena
Do	tamanho	da	antena
Parabolicamará [...]			
Antes	longe	era	distante
Perto	só	quando	dava
Quando	muito	ali	defronte
E	o	horizonte	acabava
Hoje	lá	trás	dos montes
dendê em casa camará [...]			

Além de contribuir para o acúmulo de capitais na Europa, as *Grandes Navegações*, também foram importantes para a criação de um comércio de natureza intercontinental. Com isso, as ações econômicas tomadas em um lugar passariam a repercutir em outras parcelas do planeta. Eis que se inicia o que chamamos hoje de globalização, que segundo Edgar Morin (2002), é o resultado no momento atual de um processo que se iniciou com a conquista das Américas e a expansão dominadora do ocidente europeu sobre o planeta.

No século XVIII, o espírito investigativo dos cientistas e filósofos iluministas catapultou a busca pelo conhecimento em patamares nunca antes observados. Não por acaso, o desenvolvimento de novas máquinas e instrumentos criaram em território britânico o advento da *Revolução Industrial*. Em pouco tempo a mentalidade econômica

de empresários, consumidores, operários e patrões fixaram mudanças no mundo que são sentidas até os dias de hoje.

A *Primeira Revolução Industrial (1760 a 1850)* originou-se de descobertas e melhoramentos empíricos desenvolvidos por mecânicos, muitos deles empresários, com o objetivo de solucionar problemas específicos, além de buscar vantagens competitivas exclusivas. Entretanto, ampliar a competitividade significava elevar a produtividade da energia, do trabalho e do capital de forma a reduzir o custo de produção. Assim sendo, a busca de ganhos gerou sistemas produtivos cada vez mais especializados, maiores e mais onerosos. Cabe salientar que toda essa dinâmica de desenvolvimento se esgotou por volta de 1850, em decorrência da ocupação plena do potencial de consumo do sistema, criando o cenário para a segunda revolução industrial.

Durante a Segunda Revolução Industrial (1850) o processo de industrialização entrou num ritmo acelerado, a partir da difusão do uso do aço, da descoberta de novas fontes energéticas como a eletricidade e o petróleo, junto à modernização do sistema de comunicações. A Revolução Industrial em pouco tempo espalhou-se por todo o continente europeu e pelo resto do mundo, atingindo a Bélgica, a França, a Itália, a Alemanha, a Rússia, os Estados Unidos, o Japão e outras nações.

A *Primeira Guerra Mundial* devastou os países europeus, a retração do consumo e o enfraquecimento da economia européia abalaram a economia mundial, por outro lado, os Estados Unidos lucraram extraordinariamente com a exportação de alimentos e produtos industrializados aos países aliados no período pós-guerra. A prosperidade econômica norte americana entre 1918 e 1928 gerou produção, emprego, consumo, crédito, e originou o que conhecemos hoje como: “*american way of life*” (modo de vida americano). Porém, a economia européia se restabeleceu e a redução do consumo de produtos americanos importados pelos europeus, aliados a superprodução das indústrias americanas originadas dos benefícios tecnológicos e pelo modelo taylorista de gestão são apontados como as principais causas que ocasionaram a Grande Depressão de 1929.

A Grande Depressão ou Crise de 1929 teve seu início ao longo da década de 1930 e, antes da crise financeira ocorrida em 2008, foi a maior de toda a história dos Estados Unidos. Esse período causou altas taxas de desemprego, falências, e quedas drásticas no produto interno bruto de diversos países.

Até o começo do século XX a produtividade impulsionava o desenvolvimento e somente a partir do pós-guerra com a rápida e contínua internacionalização da economia, com o crescimento do comércio e dos investimentos externos, os países e as empresas desenvolveram novas estratégias competitivas. A competitividade não se restringia apenas a preços de produtos, ela dependia de diversos fatores naturais e de elementos tais como: infraestrutura, sistema educacional eficiente, mão-de-obra qualificada e qualidade dos produtos.

Segundo Porter (1990), há algumas décadas a concorrência era praticamente inexistente em quase todo o mundo. Existia uma grande proteção por parte dos governos às empresas e às formações de grandes cartéis, que colaboravam para a quase inexistência de competitividade. Somente após o final da segunda guerra mundial, o acirramento da competitividade se desenvolveu em virtude do progresso econômico da Alemanha e do Japão.

Quando os Estados Unidos declararam vitória na *Segunda Guerra Mundial*, em 1945, os soldados retornaram ao país e iniciou-se um processo de renovação econômica americana. Havia o fornecimento de mercadorias ao mundo livre para reconstruir suas economias, favorecendo a estabilidade das famílias que começaram a ter filhos.

Em 1946, as taxas de natalidade cresceram bastante, iniciando-se um aumento estável que durou por quase 20 anos. Essa explosão de natalidade instituiu o que passou a ser chamada de Geração *Baby Boomer*. Os indivíduos dessa geração foram os primeiros que cresceram à frente de um aparelho televisor e os que desenvolverem características consumistas.

3. GLOBALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE

A globalização é um processo recente, dinâmico e complexo, impactando setores de negócios de diferentes formas. No bojo dessas mudanças, surgem oportunidades e ameaças que as empresas, tanto locais como multinacionais, necessitam identificar de forma a aproveitá-las ou neutralizá-las.

Os tempos de globalização exigem um desenvolvimento industrial múltiplo, aproveitando as vantagens comparativas que o país possui. Em cada segmento de

mercado coexistem necessidades locais e globais influenciando as características das empresas que os atendem com produtos ou serviços.

Segundo BASSI (1999) os segmentos e suas empresas podem ser definidos segundo três tipos de mercados:

- **Mercado Global:** segmentos de mercado com necessidades altamente homogêneas. Ex: Setor Automobilístico, comércio de veículos.
- **Mercado Local:** segmentos de mercado com necessidades altamente diferenciadas. Ex. Distribuição de veículos, logística.
- **Mercado Global/Local:** segmentos de mercado cujas necessidades podem ser homogêneas e diferenciadas ao mesmo tempo. Ex.: Setor Hoteleiro, cadeia de hotéis internacionais, com características locais.

O grande cenário imposto pela globalização é garantir a sobrevivência da empresa, conhecer os fatores macroambientais, suas tendências e responder a todas as variáveis que requerem esforços estratégicos e táticos nunca antes utilizados.

Avaliar os fatores críticos de sucesso, descobrir a vocação da empresa, identificar o mercado, os desejos, as necessidades dos consumidores, posicionar a marca ou os produtos da organização, ser eficiente e garantir o sucesso do empreendimento, são os desafios para vencer a corrida competitiva.

4. A CORRIDA COMPETITIVA

A análise da evolução da competitividade ao longo dos anos, ou seja, até o atual mundo globalizado, leva-nos a perceber uma grande corrida por uma busca de maior competitividade entre as empresas, pessoas, países e sociedades em geral. Embora a competitividade seja de outros tempos, como apontados no início desse artigo, hoje podemos notar que ela é verificada de forma mais exacerbada no ambiente das relações humanas, com forte presença em todos os aspectos de vida organizada em sociedade.

Assim, numa análise da competitividade no âmbito das empresas e dos países nas quais elas estão inseridas, para haver um progresso e um desenvolvimento global, é interessante analisar o trabalho realizado pela organização americana não-governamental, o **World Economic Forum (WEF)** – Fórum Econômico Mundial, que em parceria com instituições de vários países, produz, anualmente, um relatório

conhecido como **Global Competitiveness Report** (GCR) – Relatório Global de Competitividade.

Esse relatório tem a intenção de oferecer ferramentas de *benchmarking* para gestores e agentes públicos ao criar dois índices distintos de competitividade. O primeiro deles é o **Global Competitiveness Index** (GCI), que leva em consideração o nível de desenvolvimento dos países e define o ambiente competitivo de uma nação ao incluir em sua análise, as variáveis – econômicas, institucionais, sociais e empresariais. O segundo índice fornecido é o **Business Competitiveness Index** (BCI), sob a responsabilidade do Prof. Michael Porter, que se preocupa com fatores microeconômicos que impactam na produtividade das empresas. Assim, podemos concluir que os indicadores de competitividade gerados pela WEF consideram tanto os fatores macro como os microeconômicos, numa análise mais abrangente e completa das interações sistêmicas, empresariais e estruturais de uma nação.

O relatório produzido se baseia no conceito defendido pela **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico** (OCDE), ou seja, de que a competitividade das nações está relacionada com a sua própria capacidade interna em dar o apoio às empresas competirem no âmbito nacional e internacional. Assim, ao estimular, por exemplo, o aumento dos níveis de renda e emprego, a nação oferece as devidas condições para que as empresas sejam mais competitivas. Seguindo a mesma linha de raciocínio, o trabalho da WEF se apóia na crença de que um ambiente competitivo favorece adequadas condições macroeconômicas, políticas e sociais e proporciona para as empresas um ambiente microeconômico favorável para o aumento de sua produtividade. Essa produtividade é considerada um fator essencial para a sustentabilidade da prosperidade econômica nos países. Enfim, países mais competitivos, através dos ganhos de produtividade, tendem a gerar maior nível de renda e trabalho, mudanças tais que impactam no progresso geral da sociedade.

Publicado no segundo semestre do ano de 2010, o **Relatório de Competitividade Global** envolveu a análise da competitividade em 139 economias do mundo. Foram analisadas mais de 100 variáveis como as econômicas, sociais, políticas, educacionais e institucionais. O instituto **Gallup Internacional** atuou como consultor do WEF, garantindo a qualidade do processo de revisão metodológica e técnica da

pesquisa. No Brasil, a WEF contou com a parceria da **Fundação Dom Cabral** e o **Movimento Brasil Competitivo**. Mais de 140 executivos responderam a questionários envolvendo cerca de 150 questões sobre o ambiente no qual os seus negócios estão inseridos. Junto a essas opiniões subjetivas dos executivos, tais como qualidades das instituições públicas, independência do poder judiciário e grau de corrupção da economia analisada, foram coletados e confrontados os dados das próprias instituições públicas que forneceram informações oficiais do país.

Assim, dentre as cerca de 100 variáveis analisadas, organizadas em 12 pilares - instituições, infraestrutura, estabilidade macroeconômica, saúde e educação primária, educação superior e treinamento, eficiência do mercado de bens, eficiência do mercado de trabalho, desenvolvimento do mercado financeiro, prontidão tecnológica, tamanho do mercado, sofisticação dos negócios e inovação – apresentaremos, a seguir, a posição do Brasil em comparação aos 139 países avaliados.

INDICADORES - BRASIL	Posição do Brasil dentre 139 países
Índice de Competitividade Global 2010-2011	58
1. INSTITUIÇÕES	93
Direitos de propriedade	72
Proteção da propriedade intelectual	89
Desvio de fundos públicos	121
Confiança nos políticos	127
Pagamentos irregulares e subornos	71
Independência do Judiciário	76
Favoritismo nas decisões de autoridades governamentais	74
Desperdício de gastos do governo	136
Ônus da regulamentação governamental	139
Eficiência do quadro legal em resolução de litígios	83
Eficiência do quadro jurídico em regulamentações desafiadoras	71
Transparência da política governamental	87
Custos empresariais de terrorismo	15
Custos empresariais de crime e violência	123
Crime organizado	125
Confiança nos serviços policiais	74
Comportamento ético das empresas	94
Força dos padrões de auditoria e relatórios	64
Eficácia dos conselhos associados	67
Proteção dos acionistas minoritários	64
Força de proteção dos investidores	59
2. INFRAESTRUTURA	62

Qualidade geral da infraestrutura	84
Qualidade das estradas	105
Qualidade de infraestrutura ferroviária	87
Qualidade de infraestrutura portuária	123
Qualidade de infraestrutura aeroportuária	93
Assento quilômetro oferecido pelas companhias aéreas	9
Qualidade de fornecimento de eletricidade	63
Linhas de telefone fixas	62
Assinaturas de telefone móvel	76
3. AMBIENTE MACROECONÔMICO	111
Equilíbrio orçamentário do governo	50
Taxa de poupança nacional	101
Inflação	93
Spread da taxa de juros	136
Dívida pública	84
Avaliação da confiança/crédito no país	46
4. SAÚDE E EDUCAÇÃO PRIMÁRIA	87
Impacto empresarial da malária	81
Incidência da malária	104
Impacto empresarial da tuberculose	55
Incidência da tuberculose	66
Impacto empresarial do HIV/AIDS	68
Prevalência do HIV	89
Mortalidade Infantil	76
Expectativa de vida	76
Qualidade da educação primária	127
Taxa de matrícula na educação primária	68
5. EDUCAÇÃO SUPERIOR E TREINAMENTO	58
Taxa de escolarização no ensino secundário	22
Taxa de matrícula no ensino superior de educação	65
Qualidade do sistema educacional	103
Qualidade do ensino da matemática e da ciência	126
Qualidade da administração nas escolas	73
Acesso à Internet nas escolas	72
Disponibilidade local de serviços de pesquisa e treinamento	36
Extensão da formação de pessoal (quadro de professores)	53
6. EFICIÊNCIA DO MERCADO DE BENS	114
Intensidade da concorrência local	50
Extensão do domínio de mercado	46
Eficácia antimonopólio da política	39
Extensão e efeitos da tributação	139
Total da taxa de imposto	127
Número de procedimentos necessários para iniciar um negócio	132
Tempo necessário para iniciar um negócio	135
Custos da política agrícola	25

Predomínio de barreiras comerciais	119
Tarifas comerciais	114
Predomínio de propriedade estrangeira	76
Impacto empresarial das regras relativas ao IED (Investimento Estrangeiro Direto)	81
Carga de procedimentos alfandegários	122
Grau de orientação ao cliente	50
Sofisticação do comprador	52
7. EFICIÊNCIA DO MERCADO DE TRABALHO	96
Cooperação na relação trabalho-empregador	90
Flexibilidade na fixação de salários	116
Rigidez do emprego	114
Práticas na contratação e demissão	131
Custos com redundância (excessos)	80
Pagamento e produtividade	85
Confiança na administração profissional	52
Fuga de talentos	39
Participação feminina na força de trabalho	80
8. DESENVOLVIMENTO DO MERCADO FINANCEIRO	50
Disponibilidade de serviços financeiros	27
Acessibilidade dos serviços financeiros	52
Financiamento através do mercado de capitais local	45
Facilidade de acesso a empréstimos	65
Disponibilidade de capital de risco	60
Restrição sobre os fluxos de capital	73
Saúde/solidez dos bancos	14
Regulamento da bolsa de valores	5
Índice legal de direitos	103
9. PRONTIDÃO TECNOLÓGICA	54
Disponibilidade das mais recentes tecnologias	50
Nível de absorção da tecnologia pelas empresas	46
Investimento estrangeiro direto e transferência de tecnologia	23
Usuários de Internet	57
Assinaturas da Internet Banda Larga	58
Largura banda Internet	56
10. TAMANHO DO MERCADO	10
Índice de tamanho do mercado interno	8
Índice de tamanho do mercado externo	24
11. SOFISTICAÇÃO EMPRESARIAL	31
Quantidade de fornecedores locais	9
Qualidade dos fornecedores locais	29
Estado de desenvolvimento de cluster (aglomeração de empresas)	23
Natureza da vantagem competitiva	89
Amplitude da cadeia de valor	60
Controle de distribuição internacional	27

Sofisticação do processo de produção	29
Extensão do marketing	22
Disponibilidade para delegar autoridade	43
12. INOVAÇÃO	42
Capacidade para inovação	29
Qualidade das instituições de pesquisa científica	42
Gastos das companhias com P&D	29
Colaboração da Universidade e Indústria em P&D	34
Aquisição do governo de produtos avançados de tecnologia	50
Disponibilidade de cientistas e engenheiros	68
Patentes por milhão de habitantes	61

Fonte: The Global Competitiveness Report 2010-2011. WEF. Tradução e elaboração própria.

O relatório também nos permite verificar aqueles fatores vistos pelos executivos como os mais problemáticos para fazerem negócios em suas economias. Assim, no quadro abaixo, podemos verificar, numa escala de 0 a 30, como os executivos brasileiros avaliaram a questão com as suas experiências empresariais:

Os mais problemáticos fatores para fazer negócios no Brasil	Pontuação Escala de 0 a 30
Regulamentação fiscal	19,3
Carga tributária	17,7
Inadequado fornecimento de infraestrutura	13,8
Regulamentação trabalhista restritiva	12,9
Ineficiente burocracia do governo	11,3
Corrupção	6,9
Acesso ao financiamento	5,6
Mão de obra qualificada inadequada	5,1
Crime e furto	2,2
Regulamentação moeda estrangeira	1,7
Instabilidade política	1,7
Saúde pública precária	0,8
Inflação	0,5
Falta de ética na força de trabalho do país	0,5
Instabilidade do governo	0,2

Fonte: The Global Competitiveness Report 2010-2011. WEF. Tradução e elaboração própria.

A intenção desse artigo não é a de analisar detalhadamente os diversos índices de competitividade acima expostos e sim a de fornecer dados e informações para as empresas que desejam se inserir no competitivo mercado global. Os indicadores acima sobre o Brasil e as informações completas contidas no Relatório Global de

Competitividade possibilitam fornecer uma quantidade infinita de análise mercadológica, facilitando qualquer tomada de decisões dentro do ambiente de uma organização empresarial. Analisar os indicadores de sucesso como os da **Suíça - país mais competitivo do mundo** – seguido de Suécia, Cingapura e EUA, seriam um bom começo. Outra opção seria analisar os dados da China, que está em 27º lugar na competitividade global, liderando o grupo de economias em desenvolvimento.

5. CONCLUSÃO

É inegável a constatação de que a competitividade traz progresso e promove o desenvolvimento global. A busca incessante pela sobrevivência fomentou a ciência e hoje um de seus ramos, a medicina, é capaz de realizações incríveis aumentando a expectativa de vida dos indivíduos. As grandes navegações, as revoluções industriais trouxeram novas tecnologias de transportes, de produção, de comunicação que transformaram profundamente a vida do homem.

A busca pelo poder e enriquecimento transformou o homem contemporâneo em um indivíduo altamente competitivo e individualista. No mundo empresarial não existem mais fronteiras, o que é global? O que é local? Resposta difícil de obter em um mundo onde as empresas são chamadas de transnacionais.

Segundo Edgar Morin (2002, p.46)

“Esta dificuldade de entender o mundo é uma coisa muito angustiante porque quanto mais estamos nessa possessão do mundo sobre nós, menos somos capazes de entendê-lo e de atuar. Ademais, devemos dizer que o mundo se encontra cada vez mais uno e cada vez mais particularizado, digamos cortado em pedaços. Uno no sentido de que cada parte do mundo faz parte cada vez mais do mundo em sua globalidade. E que o mundo em sua globalidade encontra-se dentro de cada parte.”

Assim, em nosso mundo atual, o que sabemos é que temos um mundo à parte que clama por ajuda. E então, faz-se necessário erradicar a fome, a pobreza, as desigualdades, a degradação do meio-ambiente, o trabalho escravo e infantil. Eis alguns dos grandes desafios impostos ao homem competitivo do século XXI.

3. REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, A. I. **O mito da competitividade**. Revista espaço acadêmico. Ano II. nº 23. abr. 2003. Disponível em : <<http://www.espacoacademico.com.br/023/23and.htm>> Acesso em: 20 maio de 2011.

ARRUDA, Carlos et al. **O Brasil no global competitiveness report 2010-2011**. Fundação Dom Cabral, 2011, 17 p. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/pesquisa/competitividade/Documents/o_brasil_no_global_competitiveness_report2010_2011.pdf> Acesso em: 27 maio de 2011.

BASSI, Eduardo. **Empresas Locais e Globalização**: Guia de Oportunidades Estratégicas para o Dirigente Nacional. 1.ed. São Paulo: Cultura, 2000. p. 86-98.

KLAUS, Schwab. **The global competitiveness report 2010–2011**, published by the World economic forum. Printed and bound in Switzerland by SRO-Kundig. 516 p. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2010-11.pdf> Acesso em: 26 maio de 2011.

GIL, GILBERTO. Canção: **Parabolicamará**. 1991

MORIN, Edgar. **As duas globalizações**: Complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PORTAL Brasil Escola. **História do mundo**. Disponível em: <www.historiadomundo.com.br> Acesso em: 28 maio de 2011.

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

RATTNER, Henrique. **Globalização: em direção a um mundo só?**. Dez 1995, vol.9, no.25, p.65-76. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n25/v9n25a05.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2011.

SANTOS, Antonio Alves dos. **A valorização da geração; “Baby Boomers”**. Set 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-valorizacao-da-geracao-baby-boomers/33360/>> Acesso em 29 de maio de 2011.

SATO, Eiiti. **A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções**. Rev. bras. polít. int., Jun 2000, vol.43, no.1. p.138-169. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292000000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 de maio de 2011.

CONDUTAS AUTODESTRUTIVAS: O SUICÍDIO INDIRETO

EDILBERTO R. DAOLIO¹⁶

RESUMO

Um dos comportamentos humanos mais perceptíveis da atualidade é o da autodestruição. Também chamado de suicídio indireto, o comportamento de milhões de pessoas que possuem hábitos de vida destrutivos, má alimentação, consumo excessivo de álcool e tabaco, uso de drogas lícitas e ilícitas, aumenta a cada dia. Paralelo ao suicídio direto, que é o ato de dar fim à própria vida, o suicídio indireto é o comportamento autodestrutivo do viver matando-se diariamente, por ações e por omissões. Tendo esta realidade colocada como um fenômeno da nossa sociedade, cabe perguntar qual o futuro que se imagina para as próximas gerações. Se é um futuro de morte ou de resgate de um modo de vida mais salutar e humanístico.

Palavras-chave: Comportamento autodestrutivo; Suicídio indireto; Suicídio direto.

¹⁶ Mestre em Bioética pela UNIVÁS, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, MG
Professor da FAEX – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema, MG

1. INTRODUÇÃO

Como comportamento suicida tem-se uma ampla gama de conceitos que partem de atitudes autodestrutivas, de gestos suicidas, das tentativas de suicídio e o suicídio propriamente dito ou chamado de suicídio direto. Têm-se as ações suicidas com intenção de morte, mas que não são bem sucedidas e denominadas tentativas de suicídio. Em outros casos, alguns indivíduos tentam o suicídio, mas são descobertos a tempo e salvos. Em outros casos, as tentativas de suicídio têm uma característica peculiar e se assemelham mais a um pedido de socorro de um sujeito em situação de total desespero. Finalmente, o suicídio consumado ou direito, que tem como resultado a morte (MANUAL MERCK, 2009).

Neste artigo, a reflexão ocorrerá na modalidade do comportamento autodestrutivo cotidiano, que pode ser considerada como um suicídio indireto. Se tentará analisar os casos e momentos onde o ser humano possui um comportamento de autodestruição, que pode-se considerar como um comportamento indiretamente suicida, que não visa à vida, nem a morte direta e instantânea, mas que está revestido de um profundo desprezo pela vida e pela preservação da integridade humana.

A cada dia mais e mais se tem notícia pelos meios de comunicação e pelo convívio diário de atitudes de jovens e adultos que consciente ou inconscientemente colocam em risco suas próprias vidas a curto, médio ou longo prazo.

Se analisará, também, a paradoxal temática do suicídio direito e se tentará concluir, com a procura dos motivos que levam às condutas autodestrutivas, que a cada dia contaminam mais profundamente nossa sociedade e que, se não constatados e combatidos, continuarão a prejudicar crianças, jovens, adultos, a família e a sociedade como um todo.

2. CONDUTAS AUTODESTRUTIVAS

Todos os pensamentos e comportamentos suicidas, sejam eles gestos ou tentativas, devem ser levados a sério. O comportamento autodestrutivo pode ser direto ou indireto. Os gestos suicidas, a tentativa de suicídio e o suicídio consumado são exemplos de comportamento autodestrutivo direto. O comportamento autodestrutivo indireto implica na participação, geralmente de modo repetido, em atividades perigosas sem que exista uma intenção consciente de morrer. Os exemplos de comportamento autodestrutivo indireto incluem o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, o uso de qualquer tipo de droga, o consumo de cigarros, a ingestão de quantidades enormes de alimentos, o consumo de alimentos prejudiciais à vida, a negligência com a própria saúde, a automutilação, a condução imprudente de um automóvel entre muitas outras coisas. Costuma-se dizer que os indivíduos que apresentam esse tipo de comportamento têm “vontade de morrer”, mas, geralmente, existem muitas razões para esse comportamento (MANUAL MERCK, 2009).

Tem-se de considerar que nossa sociedade induz a uma prática diária de condutas autodestrutivas (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 25). Esta autodestruição assume matizes incontáveis. Pode traduzir-se no consumo de quarenta ou mais cigarros por dia, na ingestão de álcool em quantidades abusivas, no trabalho maquinal e sem limites, em excessos de comida, na conservação da paz baseada em milhares de ogivas nucleares, entre muitos outros exemplos (ANGERAMI-CAMON, 1997, p. 27). Ou seja, encontra-se na literatura um vasto material que demonstra a influência negativa e destrutiva que a sociedade exerce sobre os indivíduos.

Numa análise fria e objetiva, pode-se considerar nossa sociedade atual como estimuladora de uma existência tóxica, que transmite às gerações futuras uma *práxis*

que implica não um projeto de vida, mas sim uma prática que termina num projeto de morte, ou seja, de um viver suicidando-se. Enquanto se festejam as descobertas científicas que melhoram a qualidade de vida das populações, estimula-se uma prática na qual a vida é muito pouco valorizada (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 30).

A existência tóxica é uma maneira de viver. Enquanto temos o fenômeno do suicídio direto, onde o sujeito, também por influência desta sociedade, dá cabo de sua vida, esta existência tóxica implica um projeto de morte, ou seja, um viver suicidando-se. O sujeito não termina por se matar, mas termina num viver destrutivo e mortal. A existência tóxica, obviamente, só pode corresponder a uma cultura tanática; só pode reger, por paradoxal que possa parecer, um mundo onde a autodestruição é homologada ao triunfo sobre a adversidade e à vida. Esse mundo paradoxal é o nosso. (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 30).

De maneira geral, a psiquiatria encarou o Suicídio como um fenômeno individual. Entretanto, as intensas pressões que as condutas coletivas ou os fatos sociais exercem sobre nossa vida privada e profissional permitem demonstrar, sem grande esforço, que tal enfoque não basta. Com sua morte, o suicida não nos diz somente que já não se suportava mais. Também nos dá um recado. Demonstra por um lado, que não podia continuar nos tolerando (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 18).

Em resumo, pode-se considerar nossa sociedade como estimuladora e patrocinadora de uma existência tóxica, que dissemina uma *práxis* que subentende um projeto de morte, ou seja, de um viver suicidando-se. Enquanto a sociedade triunfalista festeja os avanços em favor da qualidade de vida, das descobertas científicas, dos avanços da medicina, ela própria estimula uma prática na qual a vida tem muito pouca importância (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 30). De um lado, a ciência e a tecnologia empregam meios ou recursos para a longevidade e inclusive a qualquer custo, ou seja, mesmo que não haja qualidade de vida. De outro lado, a própria sociedade também utiliza de meios e recursos só que, neste caso, paradoxalmente, para reduzir o tempo de vida. É a própria autodestruição.

Em nível pessoal, em algum momento da vida e pelas mais variadas razões, todo indivíduo se depara com o dilema de se a vida vale ou não a pena ser vivida. Se todos os

problemas da vida moderna compensam serem enfrentados. Esta questão de cunho basicamente existencial, não pode ser bem resolvida sem que se considere a influência da sociedade como um todo, e a influência que seu grupo social mais próximo desempenha sobre ele. Assim, a influência da sociedade é determinante no tipo de vida escolhido pelo sujeito (DIAS, 1991, p. 179).

Existe uma literatura específica que se preocupa com a questão do suicídio direto, ou seja, o ato de dar cabo da própria vida. Porém, não se pode perder de vista a imensidão de pessoas que praticam cotidianamente o suicídio indireto, ou seja, que possuem uma conduta autodestrutiva, e esta autodestruição representada por várias formas já mencionadas anteriormente vão conduzir o ser humano à autodestruição ou pelo menos a uma vida com características inumanas (ANGERAMI-CAMON, 1997, p. 27).

Tanto o suicídio direto como o suicídio indireto e mais amplamente as condutas consideradas autodestrutivas possuem inúmeras formas de interpretação e análise, porém todas elas, na busca de suas significações e motivações, não se podem afastar dos Aspectos Sócio-Culturais de cada sociedade. Ou seja, a influência que nossa sociedade exerce sobre os sujeitos, induz a uma prática diária de condutas autodestrutivas.

3. O SUICÍDIO DIRETO

Atual e profunda continua sendo a conhecida frase de Albert Camus, filósofo existencialista franco-argelino, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura de 1.957: “Só existe um problema filosófico realmente sério: o Suicídio” (CAMUS, 2004, p. 17).

Quando se trata do Suicídio, não se deixa de estar abordando a vida, o modo de viver e morrer, assim como as ideias sobre a validade da vida e do sofrimento. No Ocidente, o avanço das ciências, bem como o desenvolvimento material, permitiu uma melhora na qualidade de vida. A média de vida dos homens por volta de 1900 era de 40 a 50 anos. Hoje, no Terceiro Mundo, está em torno de 60 a 65 anos. Porém, enquanto aumenta o culto à vida prolifera uma cultura da autodestruição (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 2002, p. 84).

Alarmanes são os dados fornecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que nos diz que aproximadamente um milhão de pessoas cometem suicídio anualmente no planeta, e entre 10 e 20 milhões de pessoas o tentam. O relatório da OMS ainda aponta que o suicídio é uma das principais causas de morte entre jovens, em grande parte dos países desenvolvidos e muitos em desenvolvimento (OMS, 2001, p. 13-19).

Se os números acima chocam, a própria OMS no mesmo relatório adverte que muitos países não fornecem seus dados de forma fidedigna, o que pode elevar o número de suicídios em até 20 vezes mais. Além do que, o número de mortes por suicídio é maior que as mortes por homicídio ou em conflitos armados no planeta (OMS, 2001, p. 13-19).

Segundo dados do MINISTÉRIO DA SAÚDE (2005), a média nacional em 2004, era de 4,5 mortes por suicídio por 100 mil habitantes, média esta considerada baixa em comparação a países como o Japão, onde a média é de 25 mortes por 100 mil habitantes, enquanto que na Itália, Irlanda, Egito, é de menos de 10 mortes a cada 100 mil habitantes, segundo dados da OMS. Porém, o dado que surpreende é que segundo o Ministério da Saúde a média brasileira de mortalidade por suicídio passou de 3,9 por 100 mil habitantes em 1994, para 4,5 por 100 mil habitantes em 2005, sendo que o índice tem aumentado nos últimos anos, principalmente na faixa etária de 15 a 29 anos.

Vale ainda lembrar que a qualidade dos números que atestam o suicídio no Brasil inspira pouca confiança. De um lado ocorre a subnotificação dos casos pela falta de cuidado do profissional da área; de outro lado, por ser um tabu, muitas famílias rogam para que não conste nos Atestados de Óbito a verdadeira razão da morte, o suicídio.

Enfim, sem apegar-se a determinismos, o suicídio é um fenômeno que está a nossa frente. E acontece com a existência de problemas econômicos, ou sem eles. Por amores não correspondidos. Por ato de heroísmo. Pela influência do meio social. Por distúrbios mentais, entre outros motivos. Mas o que salta aos olhos é a sua paradoxal ocorrência em todas as culturas, em todos os tempos e em todas as idades.

A morte, o morrer, e muito mais o suicídio, não são temas de nosso debate cotidiano. Porém, uma elaboração mental sobre os motivos e sobre o suicídio como tal, existe entre as pessoas.

Percebe-se facilmente que o homem contemporâneo não está habituado com a morte e o morrer. Muito menos ainda com o Suicídio. É raro encontrarem-se pessoas dispostas a conversar sobre tal conceito. Mas ele acontece ao nosso lado, com nossos vizinhos e conhecidos. E acontece em grande número, como visto anteriormente.

Porém, apesar de ser um problema de dimensões enormes, alarmantes e globais, não se tem um tratamento adequado ao mesmo. Nossa sociedade contemporânea não admite certos sinais de fraqueza como o manifestado no idoso, no deficiente e no suicida. Nossa sociedade triunfante precisa de êxitos ou sucessos para alimentar seus mitos de vida e de notícias auspiciosas.

Os próprios governos não possuem um programa de saúde específico e eficiente destinado àqueles suicidas em potencial. Os profissionais da saúde não possuem uma capacitação humana e profissional adequadas para receber, atender e encaminhar, se for o caso, os sujeitos que tentaram o suicídio, a fim de atendê-los na sua integralidade e encaminhá-los aos setores que possam tratar de seus problemas (NUNES, 1988, p. 39-41).

O tema suicídio e as várias questões que giram em torno de sua órbita estão presentes no pensamento humano desde a Antiguidade até os dias de hoje, pelo desconforto que tal discussão acarreta, bem como por ser um tema extremamente paradoxal. Quando se fala em suicídio, não se pode furtar de discutir sobre a vida e para ser mais preciso, sobre qualidade de vida.

Dentre os suicidas famosos podemos partir da Mitologia Grega. O grande Ájax, retratado na Ilíada de Homero (850 a.C.), cravando a espada no próprio peito; Hércules, o mais importante herói da Mitologia, atirou-se ao fogo; Narciso, que se apaixona pela própria imagem refletida na água e ali se joga, suicidando-se; o filósofo Pitágoras (571-496 a.C.) deixou de se alimentar e morre após quatro dias; Sócrates (470-399 a.C.) e Demóstenes (384-322 a.C.) ingeriram cicuta; Cleópatra (69-30 a.C.) deixou-se picar por uma víbora; Judas Iscariotes (33 d.C.), arrependido pela traição a Jesus, se enforcou nos galhos de uma figueira; Poncio Pilatos (33 d.C.) se atirou a um lago, após desentendimentos políticos; Vincent van Gogh (1853-1890) deu um tiro no próprio peito; Santos Dumont (1873-1932), deprimido pela utilização de seu invento na Revolução Constitucionalista de 1932, enforcou-se com a própria gravata; Getúlio

Vargas (1883-1954) deu um tiro no peito; Adolf Hitler (1889-1945) deu um tiro na cabeça. Enfim os exemplos são muitos (BAPTISTA, 2004, p. 03).

Por amor, por ódio, por heroísmo, por altruísmo, por solidão, por falta de identidade na multidão, pelo excesso de sofrimento, pelo tédio existencial, por problemas psicológicos, pela depressão, por influência de ordem social, suicida-se desde tempos imemoriais. E na atualidade, pelo menos em parte do planeta, com os mais significativos avanços tecnológicos relacionados à saúde, pode-se ter uma melhora substancial na qualidade de vida, comprovada pelo aumento da expectativa de vida em muitos países, inclusive no Brasil. E continuamos a nos suicidar (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 2002, p. 84).

Não se pode determinar com precisão a existência de uma causa para o suicídio. Trata-se de um fenômeno que é a culminância de uma série de fatores de ordem ambiental, cultural, biológica, psicológica, política, tudo isto acumulado na biografia de um sujeito. O estudo dos fatores acima exemplificados de forma unilateral levará, fatalmente, a resultados também unilaterais, que não conseguem compreender o ser humano, e mais especificamente o suicídio, em toda sua complexidade (CASSORLA, 1998, p. 17-26).

Em cada sujeito que se mata, fracassa uma proposta social. É a constatação de que um projeto social falhou na pessoa do suicida, um projeto social que não pode ser balizado somente na dimensão da dor e do sofrimento daquela vítima, e se é certo que na atualidade a patologia suicida é uma patologia social, então a forma de entendê-la, enfrentá-la e curá-la não pode ser senão social (ANGERAMI-CAMON, 1997, p. 26).

Apesar de várias concepções sobre o suicídio, percebe-se hoje uma preocupação maior em não somente analisar o fenômeno do suicídio quando de seu desenlace, mas percebê-lo como gesto final e derradeiro, resultado de uma série de outros fatos de natureza biológica, cultural ou social, que desemboca no suicídio. Se o suicídio passa a ser visto como um processo, a forma de entendê-lo e preveni-lo também devem passar pela compreensão destas etapas do processo.

Enfim, o suicídio é sempre um ato revestido de muita violência. Ele surge como uma das formas mais cruéis de destruição por envolver questionamentos que não

encontram respostas no seio das explicações científicas, acadêmicas e mesmo religiosas. É um profundo mistério que está a desafiar todos os estudiosos, no sentido de se tentar elucidá-lo na vã e insustentável crença de compreendê-lo (ANGERAMI-CAMON, 2002, p. 149 - 172).

4. CONCLUSÃO

O esforço reflexivo desenvolvido até o presente momento volta-se para a análise e para as influências das culturas suicidas, de uma forma de comportamento autodestrutivo, que é típica de nosso mundo contemporâneo. A possibilidade de encontrarem-se novos caminhos para nossa sociedade, caminhos estes mais voltados à vida e ao bem-estar, passam pelo reconhecimento de que nossa sociedade estimula um viver matando-se (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 22).

Pertencemos a uma época que já legitimou culturalmente as condutas autodestrutivas. Os vícios socializados, a exploração irracional da natureza, a crescente objetualização do próximo e de si mesmo e o risco atômico figuram entre as dramáticas evidências de que a conduta autodestrutiva não apresenta, na atualidade, as características de excepcionalidade que pode ter tido em outros momentos históricos (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 24).

Vivemos num mundo que tornou o próximo um objeto e como objeto algo descartável e alheio a nós. Esta atitude pode ser percebida como a perda da noção do outro como um ser livre e importante para a nossa própria identidade. Trata-se de uma consequência dialeticamente lógica que implica a coisificação indiscriminada de todos os vínculos, inclusive os daqueles que compartilham uma mesma camada social e ideológica e até econômica. A práxis exploradora termina por invadir tudo (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 26).

O homem parece ser incapaz de reverter esse processo. Por quê? Simplesmente porque nega que se trata de um apocalipse. Numa visão simplista, hedonista e contingencial, não estende a análise para um futuro que se apresenta aterrador. Persiste nas condutas tóxicas e aniquiladoras porque racionaliza argumentando que os benefícios são maiores que os prejuízos. Negam-se, em suma, as evidências de um planeta em

estado de destruição e de uma sociedade apática a estes acontecimentos. É possível dizer, em consequência, que a negação como mecanismo inconsciente se coloca, neste caso, a serviço dos impulsos de autodestruição (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 26).

A existência tóxica é uma maneira de viver, uma práxis como já dissemos, e não o arremate da mesma. A existência, quando é tóxica, implica um projeto de morte, ou seja, viver suicidando-se. O sujeito não termina por se matar, mas termina por ter uma existência de pouca qualidade de vida que conduzirá a uma morte física ou a uma decadência moral, familiar e social. A existência tóxica, obviamente, só pode corresponder a uma cultura tanática, que cultua a morte e não a vida; só pode reger, por paradoxal que possa parecer, um mundo onde a autodestruição é homologada ao triunfo sobre a adversidade e à vida. Esse mundo paradoxal é o mundo em que estamos vivendo e que deixaremos de herança para as gerações futuras (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 30).

Pode-se definir como tóxica toda substância venenosa. Uma existência tóxica será, em primeira instância, uma maneira de viver perigosa e venenosa para a saúde. Uma existência tóxica é uma vida contaminada. Uma forma de viver que, para sustentar-se, precisa nutrir-se daquilo mesmo que a destrói (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 41).

Não há dúvida, nesta altura do desenvolvimento destas humildes reflexões, que as condutas autodestrutivas, ou se preferir chamar, no suicídio indireto, se inspiram integralmente nos aspectos familiares e nas influências socioculturais (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 27).

Percebe-se que nas várias camadas da sociedade os aspectos e as influências de cunho sociocultural afetam diretamente o comportamento humano. Afetam o comportamento de uma forma positiva, mas também, e dentro desta análise das condutas autodestrutivas, de forma extremamente negativa. Tanto as condutas autodestrutivas, que podem ser consideradas uma forma inconsciente de suicídio indireto encontram sua inspiração direta nas raízes de nossa cultura e de nossa sociedade (DAOLIO, 2006, p.70).

Como pano de fundo deste grave problema por que passa a sociedade, que é o de viver matando-se, encontram-se os **Aspectos Socioculturais**, presentes dentro do

significado e das motivações do suicídio direto, bem como presentes dentro do comportamento daqueles sujeitos que colocam cotidianamente sua vida em risco, e que assumem para si um modo de vida simplista, pouco atento com os mais variados aspectos da existência e sem preocupação com o meio ambiente e com nossa própria relação com este meio (DAOLIO, 2006, p. 78).

Contudo, tanto o suicídio direto como as condutas autodestrutivas cotidianas não podem ser tratados, efetivamente, somente com os esforços dos profissionais da área de saúde, da educação, da segurança ou de qualquer outro setor isolado da sociedade. Todos nós devemos fazer parte da solução deste problema que é de todos nós. Podemos fazer algo para reduzir o número de pessoas que conduzem suas vidas numa prática destrutiva e suicida.

Cada ser humano é responsável pela vida em todo o planeta e esta responsabilidade passa também pelo fenômeno do suicídio e do suicida em potencial que está ao nosso lado. Dentro da perspectiva da “ética da responsabilidade” de JONAS (1990), que procurou destacar uma ética para a civilização tecnológica, vê-se a necessidade de nos sentirmos responsáveis pela existência desta cultura autodestrutiva e sermos igualmente responsáveis pela descoberta e implantação de estratégias que minimizem suas más conseqüências e que coloquem novamente a ação humana voltada para o homem e para a vida (BRUSEKE, 2006, p. 01-16).

5. REFERÊNCIAS

ANGERAMI-CAMOM, V.A. **Suicídio. Fragmentos de Psicoterapia Existencial.** São Paulo: Pioneira, 1997.

ANGERAMI-CAMON, V.A. A Ética diante dos casos de suicídio. In: ANGERAMI-CAMON, V. A. (org.). **A Ética na Saúde.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 149 - 172.

BAPTISTA, M. N. **Depressão e Suicídio. Atualizações.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2004.

BARCIIFFONTAINE, C. DE P.; PESSINI, L. **Bioética: alguns desafios.** São Paulo: Loyola, 2002.

BRUSEKE, F. J. Ética e Técnica? Dialogando com Marx, Spengler, Juner, Heidgger e Jonas. **Revista de Filosofia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-16, mai/2006.

CAMUS, A. **O Mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CASSORLA, R. M. S.. Considerações sobre o suicídio. In: CASSORLA R. M. S. (Coordenador). **Do Suicídio**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1998. p. 17-26.

DAOLIO, E. R. **Os significados e os motivos do Suicídio: as representações sociais de pessoas residentes em Bragança Paulista, SP**. Pouso Alegre, 2006. 201f. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Universidade do Vale do Sapucaí.

DIAS, M. L. **Suicídio: Testemunhas de Adeus**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

JONAS, Hans. **Il principio responsabilità. Un'etica per la civiltà tecnologica**. Turim: Einaudi, 1990.

KALINA, E.; KOVADLOFF, S. **As Cerimônias da Destruição**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MANUAL MERCK Saúde para a Família. Uma publicação da Merck & Co., Inc. com sede em Whitehouse Station, New Jersey, USA. Acessado em 15/05/2009, às 15:06 horas no site www.msd-brazil.com.

MINISTÉRIO DA SUDE. **Saúde Mental. Documentos de 2005**. Brasília: Oficial, 2005.

NUNES, S. V. Atendimento de tentativas de suicídio em hospital geral. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v.1, n.37, n. 37, p. 39-41, 1988.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório sobre a saúde no mundo. **Saúde Mental – nova concepção, nova esperança**. Genebra, 2001.

PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. de P. de. **Problemas Atuais de Bioética**. São Paulo: Loyola, 2002.

CULTURAS ESCOLARES: CONCEITOS, REFLEXÕES E EMBATES

DANIEL AMARO CIRINO DE MEDEIROS¹⁷

HERCULES ALFREDO BATISTA ALVES¹⁸

RESUMO

O presente texto tem como objetivo discutir a Cultura Escola como parte fundamental do processo de ensino/aprendizagem. Para isso iremos discutir alguns conceitos de cultura escolar, principais teóricos, fundamentos conceituais e assim debatendo a questão das identidades, relações sociais, conflitos, dificuldades de ensino e aprendizagem dentro da escola. Buscamos ainda refletir como as questões das condições sociais dos alunos interferem na vivência escolar. Discutimos ainda as origens dos principais conflitos existentes no ambiente escolar, o processo de exclusão de parte dos jovens e por fim propomos alternativas para a reflexão das práticas pedagógicas, avaliativas, repreensivas, autoritárias e segregantes para que a escola e os professores possam transformar esse ambiente em um lugar de significado e que os jovens tenham interesse e prazer em frequentar o espaço escolar.

Culturas Escolares: Conceitos, reflexões e embates

Para que possamos compreender o processo de ensino/ aprendizagem na escola, é necessário remetermo-nos a como esse espaço escolar se organiza e observarmos como as relações sociais e culturais perpassam a escola. Nesse texto nosso objetivo é caracterizar como os jovens se manifestam e interagem no ambiente escolar. Na linha de

¹⁷ Graduado em Letras pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista, pós-graduado em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia;, pós-graduado em Filosofia e seu Ensino pela Universidade São Francisco e mestrando em Educação na mesma instituição. Atualmente é assessor da Diretoria Acadêmica e professor em tempo integral na FAEX. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas Brasileira e Portuguesa, Comunicação Empresarial, Filosofia com ênfase no ensino de Ética nas Organizações, Sociologia e Comportamento Organizacional, Humanidades , assim como em Línguas Estrangeiras (em especial tradutor e intérprete de Espanhol e Inglês).

¹⁸ Possui graduação em História pelo Centro Universitário do Sul de Minas (2000), cursou disciplinas isoladas do Mestrado em Ciência Política- pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001), Mestrado em História Social do Brasil Contemporâneo - Universidade do Vale do Rio Verde (2004) cursou Especialização em Informática e Educação pela Universidade Federal de Lavras (2007) . Atualmente é aluno do Programa de Doutorado em Educação da Universidade São Francisco- USF em Itatiba -SP. É professor do quadro permanente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais- CEFET-MG, Campus VIII em Varginha- MG. Tem vasta experiência como professor de Ensino Superior, Médio e Fundamental de História em suas diversas áreas de conhecimento. Área de pesquisa: História da Educação Sul Mineira Implementação da Lei 10639/03

DAYRELL (2007), iremos discutir pontos que na nossa concepção estão intimamente ligados na atuação juvenil no ambiente escolar. Teremos como foco três pontos: Aspectos relativos à cultura escolar (conceitos, diferenças, embates e aprendizagem); escola como espaço de tensão, conflito e formação das identidades e por fim expectativas, sucessos e fracassos na vida escolar.

Compreender a cultura escolar auxilia no entendimento de como cada grupo se organiza, cria seus códigos de convívio, objetivos a serem conquistados, ideia de pertencimento, ambições a serem alcançadas e formas de comportamento. A escola é um local vivo, onde os indivíduos constroem o seu espaço diariamente. Nessa perspectiva não há uma cultura escolar e sim culturas escolares ¹⁹. Apesar do foco central dessa discussão não estar ligado às questões externa ao espaço escolar, é necessário enfatizar que as relações materiais de existência auxiliam diretamente na formação e na construção do espaço escolar. Para isso temos de lembrar do processo de ideológico que a partir das Revoluções Burguesas do séc. XVII pautam as demandas sociais no mundo ocidental. Essas relações devem ser observadas sem que tenhamos em mente um processo ligado ao um determinismo histórico ²⁰. Vários autores

19 Iremos trabalhar nesse primeiro momento com o conceito de JULIA (2001), onde o espaço é local de relações sociais que podem ser pacíficas ou não e que as formas e práticas de ensino e variam de acordo com cada tempo histórico. Nessa perspectiva é necessário compreender que não existe cultura escolar, mas sim culturas escolares. Dirigentes, professores, funcionários e os alunos corroboram efetivamente na lógica desse lugar chamado escola.

20 Nas concepções de Marx em uma discussão filosófica frente à moral que irá refletir nos indivíduos que estão espaço escolar; podemos debater que as demandas sociais contribuem nas regulações das relações sociais. Outro ponto importante é na obra de Marx é compreender que aspectos da moral auxiliam no desenvolvimento da existência social. Assim as práticas dos indivíduos de modo geral estão relacionadas às condições materiais de existência. Porém, nas suas concepções ele analisa que esse novo modelo burguês de sociedade irá forjar indivíduos pautados na individualidade. Contudo valores serão difundidos, mas a receptividade vai depender da forma como cada um compreende seu papel social. Assim não é possível pasteurizar as ações sociais. Nesse momento o determinismo histórico perde força, pois cada elemento mesmo compartilhando de condições materiais de existência semelhantes, desenvolve comportamentos sociais singulares. Freud discute essas questões, assim a escola deixa de ser observada como um local de ideologização do estado e passa a um contraponto que é a sua singularidade e a importância dos indivíduos que nessa atuam. Segundo DUSSEL (2003, p. 39) “(...) não existe um processo educativo que garanta totalmente que o produto final seja o esperado.” Não negamos as questões materiais de existência, mas não podemos negar aspectos psicológicos e individuais na forma como cada sujeito atua no espaço escolar.

trabalham com o conceito de Cultura Escolar²¹. A contribuição desses intelectuais caminha no sentido da inteligibilidade das relações sociais. Mesmo que em alguns momentos ocorram contradições frente às suas análises, observar e debater suas reflexões auxilia no entendimento do papel do jovem no espaço escolar. Para AZANHA (2005)

(...) parece ingênuo querer ignorar que a escola, pela lógica de seu funcionamento, modifica o conteúdo e o espírito da cultura que transmite, sobretudo, cumpre a função expressa de transformar o legado coletivo em um inconsciente individual e comum (BOURDIEU *apud* AZANHA, 2005, p. 70).

Já Julia afirma que: “A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos (JULIA, 2002, p. 9).” E ainda: “(...) por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares (JULIA, 2002, p. 11).”

Viñao Frago percebe a questão da cultura escolar seguindo a linha de que: “recobrem manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos e professores, de normas a teorias (VIDAL, 2005, p.34).”

CHERVEL (1990) afirma que a cultura escolar:

Isso porque ainda que a escola esteja em relação com outras instituições e ordens sociais, ela cria algo que lhe dá uma identidade não sendo uma mera transposição de modelos e incorporações mecânicas da dinâmica econômica, social ou cultural (GALEGO, 2008, p.33).

21 Optamos em trazer vários conceitos de culturas escolares para que possamos perceber pontos comuns e de divergência entre esses pensadores. Assim a questão do jovem no processo cultural e educativo na escola poderá ser observado em diferentes vieses.

Outros teóricos percebem a questão da cultura escolar de maneira diferenciada. Para ESCOLANO (1998), não apenas valores sociais auxiliam no processo de formação da cultura escolar segundo ele:

A arquitetura escolar também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para uma aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (ESCOLANO *apud* VIDAL, 2005, p.33).

Feita essas reflexões temos de partir da ideia de que não há um conceito preciso ou correto do que podemos compreender por cultura escolar. Os autores já referidos possuem suas divergências, mas é inegável um ponto comum em praticamente todos eles: há um consenso de que mesmo com todas as amarras, regras, imposições, programas, limitações e diferenças; os indivíduos que estão na escola são responsáveis em forjar a conotação do modo como esse local vai funcionar e organizar-se.

Do mesmo modo que não há apenas um único tipo de cultura escolar, não há também apenas um tipo de escola. Essa afirmação parece óbvia, mas torna-se necessária se partimos do pressuposto que prédios praticamente iguais, com uma organização muito similar trazem consigo diferenças estruturais nítidas. Compreender que cada local tem o seu modo de organização, seus valores, códigos de conduta, referenciais e objetivos vem ao encontro com o que JULIA e CHERVEL²² compreendem como cultura escolar.

Esses autores (cada um a seu modo) discutem como compreender o espaço escolar. Para JULIA ocorre na verdade uma constante interação dos indivíduos, nesse processo novas formas de relações surgem. Quando ele analisa em incorporar novos conhecimentos o campo para discussão se amplia. As normas de condutas por mais que sejam gestadas em uma perspectiva de controle, em muitos momentos fogem da possibilidade de fiscalização por parte dos funcionários e professores da escola. Práticas como vocabulário, gestual e vestimenta por mais que sejam vigiados por todos não são controlados em sua totalidade.

22 Apesar de alguns momentos esses dois autores não terem visões equânimes do que é cultura escolar, adotaremos seus conceitos para delinear o nosso texto.

As formas como os jovens falam (uso de gírias, cumprimentos e expressões) e seu gestual quase sempre não estão ligados as normas cultas transmitidas pela escola. Por mais que os alunos sejam vigiados, orientados e punidos isso toma corpo dentro do espaço escolar, independe de tipo de escola, classe social, localização geográfica ou demográfica. O que influencia os alunos fora do ambiente escolar transgride os muros da escola e dão novas conotações àquele local²³. Não compreender esses fatores empobrece o discurso e o papel escolar.

Já CHERVEL segue uma linha parecida com JULIA, mas um ponto que ele faz alusão merece destaque. A escola não é mera reprodutora de valores sociais, culturais ou políticos de um determinado período. Porém, é inegável de como essas questões tomam corpo dentro da educação de modo geral. Nas nossas escolas a cultura escolar é influenciada por vários tipos de meios de comunicação (TV, Internet dentre outros). As gírias que os alunos usam, a forma como se vestem e os seus desejos estão ligados a algo maior. Obviamente que não apenas esses meios de comunicação em massa formam os valores da juventude, mas é inegável que os valores que estão fora dos muros escolares fortemente influenciam os jovens na sua convivência e na maneira de como enxergar a vida.

Esses fenômenos afetam todos os níveis e educação escolar. Por estarem em processo de formação crianças, adolescentes e jovens são mais suscetíveis a influencia desses valores que acabam incorporados na cultura escolar do ponto de vista dos alunos. A escola e os professores muitas vezes não têm condições de “competir” ou compreender esses novos códigos culturais que não criado rapidamente. A efemeridade desses valores que surgem na cultura escolar de modo geral acirra e afasta professores e alunos.

O resultado desse processo de mudança rápida de valores culturais é um acirramento dos conflitos. Os jovens encontram fora da escola atrativos para que eles tenham uma nova aprendizagem, não ligada a uma “cultura letrada”²⁴ e sim aos valores

23 É necessário fazer esse tipo de discussão pois quanto o nosso foco for o jovem no processo escolar é necessário ter em mente de como a cultura auxilia no seu comportamento, desejos e projetos de futuro.

24 Salientamos que não há cultura superior ou inferior. São apenas modos diferentes de observar o mundo. Nesse momento do texto começamos a delinear as questões centrais desse asserto. Queremos

que eles percebem na sociedade e no seu grupo social. Com essas reflexões podemos ter uma primeira conclusão frente à cultura escolar, dificuldades de relacionamento entre jovens e professores e o desinteresse do jovem frente a esse modelo de escola que impera. O modo que ela se organiza hoje não atende mais as demandas dos jovens que nela chegam.

Não temos o objetivo de discutir a origem da universalização da escola, mas é necessário perceber impor um discurso de que a escola é a salvação ou redenção para os jovens não dá mais a credibilidade de outros tempos. Com o advento das novas formas de comunicação, novas organizações familiares e as mudanças constantes do mundo capitalista a escola não tem condições de acompanhar as necessidades que esse novo universo traz. Assim essa instituição torna-se obsoleta, arcaica, desestimulante e superada.

A dinâmica social mudou. Aquele ideia de que o professor vai ficar falando o tempo todo e o aluno ficará quieto ouvindo não existe mais. Mesmo que ele fique em silêncio total pode ser uma forma de protestar contra esse modelo que ele é obrigado a passar pelo menos oito anos da sua vida. Até esse momento apenas desconstruímos a escola. Apontamos apenas os problemas inerentes a essa organização. Obviamente que toda a sociedade tem uma parcela de responsabilidade na decadência pela qual passa o ensino no Brasil.

Feita essas reflexões podemos trabalhar com a seguinte questão: a escola não aceita a forma de como os alunos são. O resultado é que os conflitos vão existir. Nos moldes que temos na atual conjuntura a escola trabalha mais com o ideário de aculturação do que transmissão dos conhecimentos. A imposição de valores, regras e formas de conduta não levam muitas vezes em consideração as necessidades, anseios, medos e valores trazidos pelos alunos.

Estar na escola é um momento que a sociedade moderna concebe como importante e imprescindível para o jovem. Partindo desse conceito a escola passa a ser obrigatória. Com isso não há escolha. Todos têm de aceitar as regras que são impostas e o verdadeiro conhecimento está nessa instituição. Os valores que cada um traz consigo

perceber e discutir que uma das maiores dificuldades do contexto escolar está na dificuldade de inteligibilidade dos professores frente aos seus educandos.

não são aceito de forma direta. Para que suas vontades tenham vez e voz o conflito é o caminho mais simples de ser percorrido.

Os professores ameaçam (ou ameaçavam) os alunos com notas baixas com o objetivo de impor uma ordem dentro da sala de aula. Por outro lado o aluno tinha de entrar na regra do jogo, pois poderia ser punidos pela nota, escola ou seus pais. Esse modelo de reprovação e punição teve seus efeitos em outras fases da história da nossa sociedade. Até mesmo a coerção física teve seus resultados, porém, como já dissemos a sociedade está em constante construir-se. Esses métodos não atendem os desejos estudantis muito menos a própria sociedade.

Reprovar, segregar, marginalizar e excluir não vai resolver à dita “crise” da educação nacional. Os anseios sociais querem uma escola dinâmica, aberta à comunidade e que principalmente ouça os anseios desses jovens que chegam às escolas. Cada vez que um aluno deixa a escola por ser excluído do sistema de avaliação/notas, deficiências físicas ou para trabalhar está claro que o modelo de universalização do ensino que foi criado precisa de reformas.

Para discutir esse processo de exclusão e aculturação iremos analisar autores que debatem esse assunto e propor possíveis soluções para que a escola seja um lugar de aprendizado constante para alunos, pais e professores. Que os valores que vêm de fora dos muros não sejam vistos com um olhar de mera crítica ou reprovação. Compreender os alunos, respeitar seus valores e forjar uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças e em ouvir os anseios daqueles que estão abaixo na hierarquia escolar são possíveis saídas para que a instituição escolar tenha papel de destaque e faça parte nas relações sociais.

Cultura Escolar: Cultura de qual grupo social?

As culturas escolares possuem suas especificidades, porém, é necessário discutirmos como os diferentes grupos sociais se relacionam nos contexto onde estão inseridos. Segundo NOVOA (1991):

As sociedades humanas reproduzem as características e as normas culturais da vida coletiva do grupo através de uma espécie de impregnação cultural. Confrontado desde seu

nascimento com uma herança cultural e com um universo simbólico preciso, o ser humano procedia à sua integração no grupo através de uma troca e de uma convivência cotidianas, por meio de um “viver com” (NOVOA 1991, p. 110).

Partindo desse pressuposto podemos observar que as escolas não são locais isolados e o processo de integração dos indivíduos ocorre fortemente nesse local. As descobertas, novidades, os amigos e a simbologia²⁵ de determinado grupo definem-se. A troca entre os jovens é constante e muitas vezes seus desejos não são os mesmos professados pela escola, família e pelos professores. Nesse universo os jovens²⁶ vão à escola inclusive com objetivo de estudar.

Com a sociedade cada vez mais individualizada esses sujeitos vêm a escola como um local de lazer de encontrar os amigos e aprender. Pode parecer confuso, mas nas classes sociais mais baixas, têm um dos únicos locais onde os jovens podem se encontrar para conversar é a escola. Talvez o momento do recreio ou intervalo seja o melhor momento do dia, pois ali no pátio da escola eles podem extravasar suas energias, virem e serem vistos.

Esse papel da escola independe da classe social da qual o indivíduo pertence (ou imagina que pertença), porém, a função cristalizada da escola é definida em um espaço onde se ministram os conhecimentos, ocorrem as avaliações e no final do ano letivo os resultados dos alunos levam- ou não - os mesmo para a série seguinte. Mas como fica o papel do conteúdo e das disciplinas frente à fase da vida desse jovem? Qual o significado do discurso do professor em um momento no qual existem atividades muito mais interessantes que a sua disciplina? Como compreender que em certos momentos uma conversa com um colega no intervá-lo das aulas pode representar um aprendizado diferenciado da sala de aula?

As respostas a esses questionamentos não são simples e talvez ainda não tenham sido elaboradas. Porém, por muitos anos o remédio encontrado para que os alunos aceitassem os mandos da escola foram: a imposição de normas rígidas de

25 Como já foi afirmado anteriormente a escola é o local de integração de grande maioria dos jovens. Ali os símbolos de força, poder e beleza são construídos.

26 Vamos usar o conceito de jovem usado pela UNESCO: são pessoas entre 15 até 24 anos.

comportamento e a reprovação²⁷. Na verdade muitas vezes os valores trazidos pelos alunos não tem espaço na cultura escolar. A sociedade moderna que prega a cultura do individualismo não tem espaço para olhar o indivíduo, as mazelas, dificuldades e problemas de cada jovem não cabem no cotidiano escolar. Pode parecer um paradoxo a sociedade pregar o individualismo e não dar espaços as questões individuais. Os alunos que não se enquadram devem arcar com o ônus da sua diferença. Reprovação, exclusão e um futuro incerto são as respostas para aqueles que não se enquadram nos moldes propostos por essa forma de educação. O ponto central da escola e em ter convicção de que o homem é um ser moldável. Segundo NOVOA (1991): “Todas estas mudanças produzem-se em paralelo, alimentam-se entre eles e acompanham o processo de produção do modelo escolar que encarna no mais alto grau a idéia de que o homem é moldável (educável) por meio de uma démarche racional e organizada.”

As cobranças são claras frente a esses jovens. Mas qual seria o ofício do aluno? Quais são as suas obrigações? Qual a sua recompensa? PERENOUD discute o tema e tem um posicionamento claro em relação a essa função. Segundo o autor:

Exercer um ofício, ter um trabalho, é uma forma de se ser reconhecido pela sociedade, uma forma de existir numa organização sem ser constante e plenamente encarregado de perseguir finalidades muito claras e menos ainda de procurar permanentemente uma eficácia otimizada (PERENOUD,1995, p. 15).

27 Não temos a pretensão de discutir esse tema profundamente, o nosso objetivo é em mostrar que a reprovação é um instrumento cujo objetivo central e doutrinar os corpos e as mentes. Os indivíduos que por algum motivo desviam da regra padrão sofrem esse tipo de punição. Levam consigo a pecha de “repetente”. Em outro prisma os modelos adotados por alguns estados da federação de promoção automática não tem objetivo pedagógico. A questão é ter bons índices de aprovação e conter custos, muitos alunos deixaram a escola como analfabetos funcionais, porém, os índices de aprovação mostram que esses alunos de determinado tempo e espaço conseguiram adquirir as “competências e habilidades” para terem um diploma. Essa política gradativamente foi mostrando seus resultados e com isso foi necessário rever algumas posturas. Nesse momento há uma aplicação de avaliações externas para mensurar se os conhecimentos que deviam ser ensinados foram feitos de forma coerente e/ou valorizam-se as avaliações externas como as únicas maneiras dos alunos terem acesso as universidades, as escolas terem prestígio frente ao seu contexto social e os professores de receberem algum tipo de incentivo financeiro. O tema da reprovação ou aprovação em massa ainda precisa ser melhor debatido. Mas para que isso seja feito não basta criar mecanismos mágicos com gráficos e tabelas. É necessário rever os valores e a forma de atuação da escola. Os professores não são os maiores culpados do surgimento desses mecanismos de coerção/ascensão, porém, rever as práticas pedagógicas e compreender que esse jovem tem diferentes dimensões na nossa visão é um passo fundamental para que a escola seja cada vez mais democrática, plural e satisfaça os anseios dos jovens que nela ingressão.

Ter um ofício dá ao sujeito uma identidade. Mas essa identidade não tem de ser necessariamente algo positivo para esse jovem. O apelo para que esse trabalho seja desenvolvido é exclusivamente voltado para um futuro. As recompensas virão caso o jovem dedique a aceitar as notas escolares, dedicar-se ao estudo, enfim ser um protótipo de um alguém responsável no amanhã. Esse discurso perde força quando a maioria desse segmento está com seus dias contados nos bancos escolares. Permanecer na escola até o final do Ensino Médio é de modo geral o máximo que a gama de alunos pode alcançar.

Outro ponto é em relação à valorização desse tipo de trabalho. A realização do mesmo feito com afinco pode dar ao jovem alguma esperança de vida melhor e um futuro. Esse tipo de discurso frente à velocidade da sociedade do séc. XXI não tem muito crédito. Para complicar a situação nem mesmo o aluno mais brilhante da turma da maioria das escolas tem a certeza que irá “vencer” no nosso modelo de sociedade.

Os alunos que não têm destaque tornam a questão mais crítica. Fica complexo apontar um motivo para que esses jovens optem por passarem anos da suas vidas em um local no qual as informações passadas não transmitem credibilidade, ou muito menos conseguem responder as suas angústias. Ainda na visão de PERENOUD (1995) a escola trabalha com conteúdos desconexos, fragmentados e sem o menor sentido para a grande massa que se ocupa do espaço escolar.

As normas de modo geral não foram discutidas com esses alunos. Assim o autoritarismo e a constante vigilância tolhem a liberdade e a criatividade desses sujeitos. O tempo de permanência do dia letivo, das aulas, atividades e avaliações não acompanham o seu ritmo. A rotina²⁸ é a tônica do processo de ensino e aprendizagem.

28 Segundo o dicionário Priberam rotina é: (francês routine, de route, caminho) s. f.

1. Caminho já trilhado ou sabido. = ROTINEIRA
2. Prática constante, em geral. = COSTUME, ROTINEIRA
3. Hábito de fazer uma coisa sempre do mesmo modo. = ROTINEIRA
4. Seqüência de instruções ou de etapas na realização de uma tarefa ou atividade.

O conceito que defendo da rotina escolar é de um momento de organização dos critérios/ conceitos e a organização da dinâmica escolar esteja clara.

O formato de avaliação muitas vezes não leva em consideração os saberes empíricos dos alunos.

O que vai mostrar a capacidade do aluno são as notas: caso ele não consiga o mínimo que é exigido como média, automaticamente ele será segregado. Suas dificuldades ou outras habilidades não são levadas em consideração. A nota é o instrumento de identificação naquele meio. O processo é bem claro: o professor ensina e o aluno aprende, cada um tem sua função burocraticamente definida.

Essas concepções são elencadas por PERENOU (1995) em seu texto: “Ofício de aluno”. Apesar de em alguns momentos suas afirmações serem um tanto quanto pessimistas é inegável que o controle realizado na escola leva a um desânimo, apatia ou balbúrdia por conta da turma. Cada um busca a melhor forma de se adaptar para “sobreviver” nessa loucura escolar. Segundo PERENOU:

Para sobreviver na escola, como em todas as instituições totalitárias, no sentido que lhe dá Goffman [1988], é preciso tornar-se dissidente ou dissimulador; salvaguardar as aparências para ter paz, sabendo que a “ vida está para além disso”, nos interstícios, nos momentos em que se escapa à vigilância, ao controle, à ordem escolar (PERENOU 1995, p.17).

Com esses apontamentos a escola não tem atrativo, tornando-se em um local desinteressante cuja serventia cai na ideia de atender critérios imposto pela sociedade. Os professores não têm nada para ensinar, tudo é repetitivo, monótono e entediante. De outro lado os adultos e os professores afirmam que a culpa pelos fracassos, desinteresse, apatia e irresponsabilidade é dos alunos. Os envolvidos nesse contexto escolar buscam de alguma forma conseguir argumentos nos quais eles não são os responsáveis diretos pela perda de importância e do prazer de ir à escola.

Os jovens e a escola: descobrindo o novo, aprendendo e desafios que devem ser superados

Um dos pontos que merece ser destacado nessa relação entre jovens e a escola é o pouco tempo que as populares adentraram esse recinto na década de 90 o Ensino Médio era um lugar privilegiado, onde somente as classes sociais mais altas tinham acesso à educação. De modo geral os jovens das classes sociais mais baixas viam o seu período de escolarização acabar já no antigo Ensino Fundamental. Aqueles que por ventura chegassem ao nível médio tinham de contentar-se com cursos profissionalizantes. A educação era noturna, o foco era inserir o mais rápido possível essas pessoas no mercado de trabalho. Aqueles que não trabalhavam já tinham idade suficiente para que de alguma forma auxiliar no sustento da sua família. Vestibulares de universidades públicas não estavam no leque de oportunidades para a grande massa da população. Ainda nos anos 90 havia instituições de Ensino Superior privadas que ofereciam cursos aos fins de semana com preços e qualidades duvidosas. Esses cursos em sua maioria eram nas áreas de licenciaturas²⁹.

29 Não é objetivo do texto discutir a formação dos professores e o seu processo de proletarização. Porém, o aluno trabalhador que concluiu o Ensino Médio e já possui um emprego que lhe dê um salário mesmo que mínimo pode vislumbrar a possibilidade de ingressar em um curso superior (logicamente nas regiões sul e sudeste do país). Esses cursos eram de licenciaturas: curtas ou longas (liberados pela LDB de 1971). Eles formavam um grande número de professores, que em três anos no máximo com aulas nas sextas-feiras à noite e sábado pelo período da manhã saíam aptos para trabalhar professores. O ponto de maior problema nesse tipo de formação é que além desse jovem sair com uma formação parca nos conhecimentos específicos que a profissão exige, eles também auxiliou em um processo de proletarização e alienação do magistério enquanto classe profissional. Como foi já mencionado essas pessoas que chegam nesses cursos superiores vinham de classes sociais mais baixas e com isso ter um salário que fosse algo maior que o mínimo já era um grande crescimento pessoal/profissional. Além disso, essas instituições de ensino formavam professores em grande escala. A lei da oferta do mercado não ficou avessa a essa situação escolar. Com o tempo o achatamento dos salários dos docentes ficou evidente. Pela má formação e pela real ascensão social (quer dizer melhora na condição econômica), as greves, os sindicatos e os movimentos políticos na escola perderam força. Outro ponto que também deve ser salientado diz respeito de como esses professores atuais na escolar. Não é nosso objetivo generalizar a atuação docente; porém, os elementos formados durante esse período (entre 1971-1996) ainda atuam, ou foram responsáveis diretos pela implementação ou direcionamento da organização das escolas. A cultura escolar de grande parte dos estabelecimentos de ensino foi forjada por esses profissionais. Assim devido à falta de conhecimento, deslumbramento com o poder ou simplesmente por não terem outras alternativas as escolas foram perdendo cada vez mais seu espaço como agente transformador do ethos social tornando-se um local de asfixia e paralisia dos jovens que chegam nesse local. Ainda temos de lembrar do projeto dos governos militares que viam a educação universal e democrática como algo perigoso e subversivo. O controle e o esfacelamento da identidade dos alunos como pessoas que buscam a mudança e transformação social deveriam ser duramente controlados. Assim a escola foi bombardeada com a péssima formação dos professores, o controle rígido das suas atividades pedagógicas e a inserção de alunos cujo objetivo era ter um diploma. Passado essa fase a escola do final do séc. XX., início do XXI tem de rever seus conceitos e se reconstruir. Além dessas mudanças do ponto de vista pedagógico é necessário conviver com as mudanças ocorridas na sociedade como um todo. E o jovem está inserido nessa gigantesca arena de tensão e conflito.

A escola que de certa maneira é democrática no seu acesso, muitas vezes não garante a permanência do jovem e ainda em muitos casos ela é o último momento no qual o jovem tem escolarização. Em muitos casos a motivação se esvai e com isso ter o diploma passa ser o foco de maior importância. O conhecimento que teoricamente deve ser aprendido muitas vezes fica em segundo plano. Sabendo que o seu futuro será feito de regras, normas, horários e a ausência de possibilidade de subverter a ordem no seu futuro emprego, os momentos que ele tem na escola servem para extravasar seus desejos, angústias e problemas. Outro ponto que deve ser levado em consideração é que ao deixar o Ensino Médio esse jovem fatalmente perderá o contato diário com os amigos e com isso ele preparado ou não ingressará no mundo dos adultos.

A partir do momento que esses jovens entram na escola é necessário organizar essa instituição de modo que haja a possibilidade de criar-se um diálogo com essas pessoas que chegam para estudar. Ouvir suas realidades, anseios, objetivos e principalmente suas dificuldades por construir um espaço onde eles possam sentir-se acolhidos e principalmente ter o sentimento de pertencimento a esse espaço que eles agora vão frequentar. Um dos problemas da escola diz respeito a:

(...) a não reconhecer o “jovem” existente no “aluno”, muito menos compreender a diversidade, seja étnica, de gênero ou de orientação sexual, entre outras expressões, com a qual a condição juvenil se apresenta (DAYRELL, 2007, p.1117).

Outro ponto fundamental é a constante ideia de que toda e qualquer atividade dos jovens deve estar intimamente ligada à escola. Assim o que transparece é que a sociedade usa a escola para formar o sujeito moralmente para atender as necessidades que certos grupos sociais julgam pertinentes. Com essa afirmação a ideia que se transmite é de que a escola ganha força frente à sociedade, porém, ela não consegue atender os valores dos jovens do séc. XXI. A escola não consegue concorrer com as culturas de massas e em outras atividades que são mais “interessantes”, com isso ir à escola é um momento de total tédio e perda de tempo.

Nas classes sociais mais baixas isso é ainda piora, pois o ciclo escolar é mais curto e as possibilidades de crescimentos não são vistas.

Ao mesmo tempo, a escola, por si só, não consegue responder aos desafios da inserção social dos jovens, tendo poder limitado na superação das desigualdades sociais

e nos processos de emancipação social. Parece que a instituição escolar tornar-se parte dos problemas que ela se propôs a resolver (DAYRELL, 2007, p.1118).

Mesmo que essa escola tenha perdido o seu encanto e aparentemente ela não tenha muito significado as relações que nela ocorrem fazem com que os indivíduos tenham um aprendizado de vivência. As relações³⁰ com as pessoas ligadas à escola, colegas e professores presume uma mudança de comportamento desses sujeitos. Alguns podem ter a revolta, o boicote, a baderna e a apatia como respostas à imposição desse modelo de escolar. De outro lado pode acontecer o inverso, alguns alunos podem perceber e despertar que o local onde ele pode ter uma oportunidade diferente para a sua existência ser melhor é na escola.

Para que isso seja possível os professores e toda a comunidade escolar têm de acolher os alunos não com um olhar doutrinador ou coercitivo. A escola deve ser o lugar de prazer e aprendizagem. Obviamente as regras e normas devem ser colocadas para esses jovens que chegam para estudar. A questão é a melhor maneira de impor os limites, regras e a observância da questão hierárquica.

Nesse ponto em meados do século XX a autoridade do professor era algo natural para quem fosse estudar. Nesse momento o docente era a autoridade máxima, suas atitudes eram sempre corretas, as suas verdades as únicas e absolutas e suas ações coercitivas poderiam chegar até agressões físicas e morais. Os alunos eram criaturas incompletas que deveriam ser polidas e/ou reprogramadas. O professor tinha esse poder. Obviamente nem todos acatavam as normas e aceitavam passivamente atos de violência e intolerância, porém, a norma desse período era esse tipo de procedimento. Os alunos sempre eram vistos como incapazes e a escola caberia doutriná-los e restabelecer as verdades de determinado período³¹.

³⁰ Essas podem ser ou não conflituosas ou não

³¹ Durante o Regime Militar a questão de tolher os alunos e impor a ordem era a via de regra o ponto central que deveria ser feito na escola. Os professores deveriam doutrinarem os alunos e esses como pessoas “de bem” deveriam ser passivos e jamais questionar as ordens e hierarquias da escola. Aqueles que não se adequassem poderiam ser estigmatizados (burro), punidos e até expulsos com convívio escolar.

Na escola também há os conflitos de gerações. Os professores têm extrema dificuldade de perceber que o seu aluno (ou objeto de trabalho muitas vezes) é diferente. Não há como comparar um jovem de hoje com o de quinze anos atrás. A sociedade passou por um processo de transformações tanto nas questões familiares, tecnológicas, culturais e morais que o discurso e a postura do professor têm de acompanhar essas mudanças. Não defendemos que a escola deva ser condescendente com possíveis quebras das normas e ingerência dos alunos; porém, também não compreendemos que os docentes ajam como os alunos do mesmo modo de sessenta anos atrás. No século XXI as agressões físicas contra os alunos estão proibidas. O professor não pode agredir fisicamente, porém, o aspecto moral deve ser levado em conta da mesma maneira.

As questões sociais e culturais de cada aluno devem ser respeitadas. Os comentários devem levar em conta a realidade da classe. Não há como fazer generalizações, mas as palavras proferidas pelo docente têm ainda no jovem, senão um poder de auxílio, um sentimento de não pertencimento, de exclusão. As notas baixas podem existir, porém, não apenas entregar uma avaliação para o aluno com uma nota baixíssima. O aluno pode ter quais dificuldades forem, mas ele tem o direito de saber os motivos pelos quais a sua nota foi aquela. Rotular como “burro”, incapaz ou fraco não ajuda no processo de crescimento e desenvolvimento da auto-estima desse jovem.

A reprovação é um instrumento que deve ser aplicado com o objetivo de rever conceitos não aprendidos, reavaliar a prática do professor e trabalhar para que os alunos reprovados não tenham em mente apenas a ideia do fracasso. O problema é que as muitas escolas não conseguem perceber que o jovem do séc. XXI não é mais aquele da década de cinquenta e que suas demandas são outras. Quando a escola não consegue supri-las o ensino perde a validade, ocorre o desinteresse e fatalmente a reprovação. Outro problema é que a escola usa as notas como meio de coerção ao aluno; ou seja, caso ele não tenha adquirido o conhecimento que foi planejado, ele terá de repetir a série. Em alguns casos para conseguir ministrar suas aulas os professores utilizam da nota como instrumento para manter uma certa “ordem”, a avaliação ao invés de mensurar como ocorreu o processo de ensino e aprendizagem cai na viés de ser um agente punitivo. Nessa circunstância o aluno perde a confiança no professor e o processo de aprendizagem é prejudicado.

Mas como alguns professores conseguem ter sucesso em suas disciplinas e outros não?

O sentido daquilo que é ensinado pode ser a chave para que o aluno tenha interesse no propósito do professor. Não queremos colocar o peso da reorganização da escola apenas nesse profissional, mas a sua habilidade e conhecimento do campo do adolescente faz toda a diferença no ensino/ aprendizagem. É necessário extrair de cada aluno aquilo que ele tem de melhor, com isso ele pode ter maior dedicação na matéria daquele professor que de alguma maneira pode auxiliá-lo no processo de construção da sua atividade de discente.

(...) o investimento dos alunos e o seu envolvimento com as disciplinas são diferenciados, dependendo da forma como cada um elabora o seu estatuto como aluno, mas também com a capacidade de atribuir sentido ao que é ensinado, condição essencial para a aprendizagem (DAYRELL, 2007, p.1118).

É necessário compreender que esse sujeito que chega à escola passa por um processo de dificuldade de se localizar. A tensão maior no sentido de se observar que a dualidade entre ser jovem e ser estudante é algo que pesa contra esse sujeito. O lazer, o grupo social no qual ele se relaciona, a cultura desses grupos e os hormônios vão muitas vezes contra o ideário proposto pela escola. Alunos de periferia de modo geral necessitam em trabalhar para que de alguma forma tenham as necessidades básicas garantidas ou os fetiches do capitalismo (no geral roupas e produtos eletrônicos). Na nossa sociedade de modo geral o lazer pressupõe custos. Como o jovem resolve esses problemas para ele propostos? Alguns optam pelo trabalho e no turno da noite vão para escola, que será um local de se relacionar com os demais. Outros optam pelo caminho da marginalidade.

Feitas essas análises é necessário responder como em tese os professores e a comunidade podem resolver essas questões. Nas nossas concepções a escola não está em crise, os problemas advém do formato de sociedade na qual vivemos. Resolver essa questão foge diretamente da alçada do discente, mas discutir o formato de sociedade na qual vivemos e a que almejamos faz parte do trabalho do professor e da escola.

O espaço da sala de aula não deve ser de segregação ou de autoritarismo. Os alunos devem ser ouvidos. A cultura de onde ele vem deve ser respeitada e entendida pela escola e pelo professor. Paulo Freire defendia que a escola tem de partir de significados para o aluno para gerar o aprendizado. É necessário valorizar aquilo que o aluno saiba mesmo que nos conhecimentos chamados “científicos” isso não seja valorizado. A cultura que o aluno traz consigo (mesmo de seja de violência, criminalidade e demais problemas sociais), deve ser compreendida. Uma das funções da escola é preparar o sujeito para a vida. Apontar e recriminar são pontos do processo da educação, mas isso deve ser feito com o objetivo de mostrar caminhos alternativos àquela realidade.

Os conteúdos devem ser ministrados não apenas como um meio de cumprir um programa de ensino. Cada aula tem de fazer significado para os discentes. Não pregamos aqui o utilitarismo do ensino, mas sim o seu processo de significância. A partir do momento que o aluno perceber que o universo do conhecimento científico proposto em sala de aula não é tão diferente do seu dia a dia as aulas terão maior significado. O professor deve ter a sensibilidade de saber dosar os saberes e refletir como aquela aula pode melhorar a condição de ser do aluno.

As avaliações devem ser feitas com um viés de mão dupla. O aluno pode ter suas notas baixas, ir mal e até no fim do ano ser reprovado. Mas a escola que serve para a promoção dos indivíduos não deve ajudar a aprimorar o fracasso escolar e pessoal. O professor deve avaliar se as suas aulas atendem às demandas que os alunos necessitam. A avaliação deve nortear o trabalho docente. Ter a honestidade de rever conceitos, conteúdos, aplicabilidade avaliativas e modo de transmissão do conhecimento está no cerne do magistério.

Respeitar o tempo de aprendizagem de cada aluno, avaliá-lo de acordo com aquilo que ele pode produzir somente valorizam o sujeito e mostra para ele a importância de um constante processo de estudo. Mostrar para o sujeito que ele é importante para o grupo e que o professor, dentro das possibilidades, sabe das suas dificuldades, valoriza o seu desenvolvimento. Padronizar o processo de avaliação tem uma lógica perversa de uma “pseudo igualdade”. Pessoas diferentes, com trajetórias

diferentes devem ser vista como indivíduos únicos e que o professor tem noção de que caminhos pode oferecer para esse sujeito.

O prédio escolar deve ficar disponível para que a comunidade possa interagir nessa local. Em muitos bairros devido a problemas de infra-estrutura não há espaço para lazer. É necessário trazer a comunidade para dentro dos muros da escola. Mostrar-lhes que esse local é público que é direito de todos usufruírem das suas benesses e obrigação de mantê-lo em bom estado.

A direção da escola deve ter uma gestão democrática, pautada em aspectos ligados na valorização do trabalho docente como responsável pelo desenvolvimento dos alunos, respeitando as pluralidades culturais e assegurando que cada discente possa ser respeitado como cidadão e que suas dificuldades possam ser abrandadas pela intervenção da escola. Os alunos devem perceber que a escola é um local onde ele é acolhido, aceito e valorizado. A função da escola é em valorizar aquilo que os alunos têm de bom e não colocar o fracasso como meta do grupo de professores e jogar toda a responsabilidade no aluno.

Nós enquanto, educadores, temos como hábito apenas apontar os problemas enfrentados pela educação no Brasil, porém, ocorrem avanços em todos os setores da educação. Gradativamente os anos de escolaridade dos alunos aumentaram no país, não estamos discutindo a qualidade desse ensino, mas sim a possibilidade de que, permanecendo mais tempo no espaço escolar, o aluno possa adquirir conhecimentos que possam fazer diferença em sua vida. Outro ponto que é necessário frisar é o acesso dos alunos a material didático, os livros independentes da sua qualidade são fornecidos e muitas vezes o livro didático é o único que existe em milhões de lares brasileiros. A socialização do conhecimento passa por esse tipo de processo.

Nos últimos anos o governo federal ampliou o número de vagas no ensino médio de nível técnico, com isso os alunos das classes mais baixas podem ter a oportunidade de um ensino profissionalizante e na maioria das vezes de qualidade. Obviamente que o abismo entre as classes sociais ainda existe e torna-se cada vez maior, porém, negar os avanços no ensino público nacional é demagogia da direita nacional. Esse processo de construção escolar não é o ideal, logicamente essas escolas que surgem têm como foco atender demandas de mercado pontuais e não há uma preocupação com que os jovens

acessem o ensino superior. Em um país em que há cinquenta anos 40 % da população era analfabeta ter escolas em todos os municípios já é um avanço.

Outros avanços ocorreram no acesso e permanência do ensino superior. Programas como o FIES, PROUNI e a utilização do ENEM como instrumento de acesso às universidades públicas são um lampejo de um avanço na educação nacional. Esses programas não são os ideais, porém, não criá-los geraria ainda mais exclusão no país.

Um ponto que não foi enfatizado que irá fechar o texto diz respeito às condições de trabalho e renda do professor. Como analisamos anteriormente ocorreu um processo de proletarização do docente: salários pífios, longas jornadas de trabalhos, várias escolas para lecionar, cobranças de qualificação sem oferta de condições para que a mesma seja realizada e a desvalorização da profissão frente à sociedade.

Seria muito complexo legar ao professor toda a responsabilidade da melhoria da educação no país. Obviamente sua participação é definitiva e o desenvolvimento do jovem passa por suas mãos. É necessário que a classe seja classe em si e classe para si e lute pela sua valorização. Sem o docente a educação para e o país se estagna. Valorizar o professor, dar suporte financeiro, psicológico, social e moral são as peças chaves para que os jovens queiram ingressar no magistério. A sociedade esculpiu uma imagem do professor como um operário da educação. Cabe a nós nos organizarmos e lutar por melhorias nas nossas condições profissionais.

Temos convicção que, a partir do momento em que formos valorizados como categoria profissional, as escolas e o aprendizado dos alunos irá melhorar. Cabe também aos professores perceber que a sociedade mudou e que a sua autoridade deve ser construída e não imposta. Nosso papel é transmitir saberes para a juventude, ouvi-los e auxiliar no processo de sucesso pessoal e profissional são funções que não podemos deixar em segundo plano. Como dizia Guimarães Rosa: “o professor é aquele de repente aprende.”

REFERÊNCIAS:

AZANHA, José Mário Pires. Cultura escolar brasileira-um programa de pesquisa. In: AZANHA, J.M.P. **Educação: temas polêmicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 67-78.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, 2, 1990, p. 177-229.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol.28, n.100, out.2007, p. 1105-1128.

DUSSEL, Ines e CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar**. São Paulo: Moderna, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 23º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GALLEGO, Rita. Introdução. In: **Tempos, temporalidades e ritmos nas escolas primárias públicas em São Paulo (1846-1890)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2008.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº1, jan—jun/2001, p.9-43.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. 5º ed. Guanabara: Vitória, 1963.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**, nº 4, 1991, p. 109-139.

PERRENOUD, P. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar**. Porto: Porto Editora, 1995, p. 13-24.

VIDAL, Diana. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005 – capítulo 1.

VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**. 2ª ed. RJ: DP&A, 2001.

Resenha

MEGIANI, Ana Paula Torres *O Jovem Rei Encantado: Expectativas do Messianismo Régio em Portugal, Século XIII a XVI*, São Paulo: EDITORAHUCITEC, 2003.

Paulo Ricardo Bonfim*

O Jovem Rei Encantado: Expectativas Do Messianismo Régio Em Portugal, Século XIII a XVI é a versão publicada da pesquisa de mestrado da historiadora Ana Paula Torres Megiani, desenvolvida junto ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Jônatas Batista Neto, entre os anos de 1990 e 1995. A autora é docente no mesmo departamento, onde, também, defendeu tese de doutoramento³².

Seu livro apresenta ao leitor uma abordagem crítica acerca dos aspectos formadores do sebastianismo lusitano, enquadrando-o numa perspectiva mais ampla como manifestação particular, na Idade Moderna, de um messianismo régio nacionalizado, através da perenidade de tradições que remontam à época de criação do reino português, na Baixa Idade Média.

Tal propósito, cumprido com êxito e maestria, tem ainda o mérito de apresentar-se em uma linguagem clara e objetiva, portanto, de fácil acesso mesmo aos que não se dedicam, academicamente, aos estudos históricos. Outra característica da obra, essa já especialmente importante aos acadêmicos, é a coesão com que a pesquisa é apresentada, colaborando, ao longo dos capítulos, para aclarar as hipóteses indicadas no início do trabalho acerca dos elementos e das circunstâncias que tornam inteligível a eclosão do messianismo sebástico no final do século XVI.

* Mestrando em Educação na Universidade São Francisco, na linha de pesquisa em História, Historiografia e Idéias Educacionais, pós-graduando na especialização em História, Sociedade e Cultura na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professor Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

³² *O Rei Ausente: Imagem E Memória Da Monarquia Filipina Nas Jornadas E Entradas Régias De Portugal - 1581 E 1619*, em 2000. Este estudo foi publicado, pela Editora Alameda, em 2004, sob o título *O Rei Ausente: Festas E Cultura Política Nas Visitas Dos Filipes A Portugal 1581 E 1619*.

A utilização de fontes diversificadas, respaldando constantemente seu raciocínio, é de grande valia aos que pretendem um aprofundamento no estudo das expectativas messiânicas, facilitado pela indicação de farta documentação e a apresentação de outros estudos sobre a temática.

A obra está organizada em um *prefácio*, onde a autora caracteriza sucintamente sua pesquisa e indica os estudos importantes sobre o tema; uma *introdução*, onde apresenta suas hipóteses de trabalho e uma discussão sobre a relevância dos estudos acerca das expectativas milenaristas e messiânicas, sobretudo para a compreensão de aspectos particulares da cultura luso-brasileira; *quatro capítulos*, divididos em duas partes, onde procede à análise da temática; e suas *considerações finais*, seguidas, convenientemente, das referências bibliográficas.

Na primeira parte, intitulada *Tradições Partilhadas*, discorre sobre a forte influência de duas tradições messiânicas e milenaristas, amplamente difundidas no ocidente europeu: o *Joaquimismo* e a *Matéria da Bretanha*. Essas tradições teriam penetrado em terras lusitanas através das mãos dos religiosos da Ordem de Santa Cruz, na Baixa Idade Média.

O primeiro capítulo, *O Imaginário Bíblico*, cumpre a função de explorar as origens dos discursos apocalípticos e messiânicos presentes na Europa, a partir da chegada de várias culturas depois da desestruturação do Império Romano.

Na cultura judaico-cristã encontram-se as origens do pensamento escatológico presente no imaginário europeu. Além dos textos escatológicos admitidos no cristianismo como o *Apocalipse Segundo São João* (Novo Testamento) e o *Livro de Esdras* (Antigo Testamento), existem ainda os apocalipses apócrifos que, embora não canônicos, tiveram grande repercussão na Europa durante a Idade Média.

A forte presença desses discursos apocalípticos, na Baixa Idade Média, foi determinante para o surgimento do *Joaquimismo*. As revelações escatológicas do abade cisterciense Joaquim Fiori (1145-1202) previam a divisão da história do mundo em três fases, a do *Pai*, a do *Filho* e a do *Espírito Santo*; com o fim de uma fase, iniciava-se a seguinte até a derradeira. Às previsões de Joaquim Fiori, foram incorporados, pelos franciscanos, elementos como o *Anti-Cristo*, as *catástrofes escatológicas* e a figura mítica do *Imperador dos Últimos dias*. Essa corrente de pensamento ficou conhecida

como *Joaquimismo* e adquiriu rapidamente grande popularidade entre o baixo clero que o difundia nos meios populares.

No capítulo seguinte, *O Imaginário Cavaleiresco*, a autora trata de uma das mais antigas matrizes temáticas da tradição literária cavaleiresca: a *Matéria da Bretanha*.

Com a apropriação das lendas bretãs, sobre o líder mítico Artur e seus guerreiros, pelas novelas de cavalaria no estilo do romance cortês³³, ocorre uma aproximação do cristianismo a essas figuras pagãs que passam, então, a compor um modelo de líder cristão e justo; um modelo a ser seguido por nobres e monarcas.

A lenda de Artur, originalmente transmitida através da oralidade, assentava-se na crença do retorno do lendário Rei Artur. Para os povos bretões que viviam sob a dominação estrangeira dos normandos essa tradição assumia um importante caráter de resistência. Essa temática lendária foi apropriada, primeiramente, pelo cronista Geoffrey Monmouth, na obra *História Regum Britanniae*, entre 1134 e 1135, transformando, convenientemente, o mítico Artur em primeiro ancestral da Dinastia Plantageneta reinante na Inglaterra. É evidente a tentativa de assentar a legitimidade dinástica na figura mítica dos tempos imemoráveis. A obra de Monmouth foi traduzida para o francês por Wace, em 1155, ganhando contornos característicos do romance cortês, populares no continente por recriar as façanhas de seus líderes ancestrais. Contudo, o maior responsável pela divulgação da *Matéria da Bretanha*, na Baixa Idade Média européia, foi certamente Chrétien Troyes, a partir da segunda metade do século XII.

Megiani destaca a influência das temáticas arturianas, sob perspectiva cristã, na primeira novela de cavalaria escrita em Portugal: a *Demanda do Santo Graal*. Segundo especialistas, a obra deve ter sido escrita por volta de 1220, provavelmente pelas mãos dos já mencionados frades de Santa Cruz. É gritante o caráter messiânico desta obra, fundindo a figura do cavaleiro à do cristão justo, casto e temente a Deus. A *Demanda do Santo Graal* tornou-se a fonte de inspiração de todos os autores de novelas de cavalaria em Portugal, sobretudo durante a Dinastia de Avis (1385 – 1580), como a *Crônica do Imperador Clarimundo*, de João de Barros, escrita em 1522.

³³ Gênero composto por narrativas escritas em versos ou prosa inspiradas nas *Canções de Gesta*, poemas cantados (jograis) que relatavam os feitos heróicos dos cavaleiros das cortes medievais. A novela de cavalaria é um dos tipos de textos que compõem esse gênero, desenvolvido na França por volta do século XII.

A obra de João de Barros tem como característica marcante o caráter messiânico e providencialista, onde o Imperador Clarimundo, herói da vitória sobre os turcos, é revelado, ao longo da novela, como ancestral de D. Afonso Henriques, predestinado a repetir as glórias alcançadas sobre os infiéis.

Na segunda parte do livro, com o título *Tradição Incorporada*, a autora procura analisar como essa herança de tradições calcadas no mito do rei salvador e do povo escolhido marca profundamente o imaginário português emergindo nos momentos de incertezas onde o presente não está à altura do passado grandioso nem do futuro esperado.

No terceiro capítulo, *O Retorno Mítico de D. Afonso Henriques*, investiga-se a construção do mito fundador e o caráter salvacionista atribuído ao protagonista, D. Afonso Henriques. Através do estudo das crônicas disponíveis, a autora analisa a elaboração do *Milagre de Ourique*, onde Jesus Cristo crucificado teria aparecido a D. Afonso Henriques, nas vésperas da Batalha no Campo de Ourique (1139), anunciando a vitória lusitana sobre os mouros.

A autora destaca que pouco se sabe sobre a vida de D. Afonso Henriques, pois as crônicas retratam apenas os momentos importantes da criação do reino e das batalhas de Reconquista. Muito da memória sobre D. Afonso Henriques se deve aos jograis e canções de gesta que constituíram, na Baixa Idade Média, um importante meio de manutenção das memórias dos grandes cavaleiros e suas façanhas. Provavelmente, as gestas de D. Afonso Henriques alimentaram a imaginação de muitos cronistas.

Sobre a construção do *Milagre de Ourique*, destacam-se a *Crônica de 1419* e a *Crônica de Duarte Galvão*, de 1505. É na primeira, cuja autoria ainda é polêmica, embora se tente atribuí-la a Fernão Lopes, que aparece pela primeira vez o milagre, atrelando a criação do reino à intervenção divina. A *Crônica de Duarte Galvão* retoma essa construção acrescentando outros milagres e aparições. Esta última teria sido a principal inspiração para D. Sebastião conhecer mais sobre a vida de seus antepassados.

No quarto e último capítulo, *D. Sebastião e a Personificação do Salvador*, a autora analisa como o mito fundador e a figura redentora de D. Afonso Henriques são revisitados, durante o século XVI, num contexto conturbado marcado por inseguranças causadas pelas perdas de possessões na África e pela crise sucessória ao trono

português. Neste capítulo a autora analisa como D. Sebastião (1554 - 1578) foi, primeiramente, anunciado como o *Desejado* e, depois de Alcácer-Quibir (1578), buscado como o *Encoberto*.

Era de conhecimento público a saúde frágil do jovem Príncipe João (1537 -1554), único herdeiro do trono de D. João III (1502 - 1557). Este príncipe casou-se assim que completou dezesseis anos, com D. Joana de Castela, sob a expectativa de gerar herdeiros para o trono lusitano. O clima de insegurança se agravou com a morte deste príncipe, vinte dias antes do nascimento de seu filho. Segundo cronistas da época, um sentimento de aflição e espera se instaurou em Portugal envolvendo nobreza e populares em procissões, vigílias e promessas que rogavam a Deus sua benção com um herdeiro ao trono; todos depositavam na criança que estava por vir a responsabilidade de manutenção da autonomia portuguesa.

Por nascer no dia de São Sebastião, a criança recebe o nome em homenagem ao santo, estabelecendo-se imediatamente, na devoção popular, uma associação entre o jovem príncipe e o santo guerreiro. Assim, a autora aponta que as expectativas que cercam o nascimento de D. Sebastião e a comoção nacional, expressa religiosamente, foram determinantes na construção da imagem de *ungido por Deus* atribuída ao Rei que ficou conhecido entre seus súditos pelo cognome de *Desejado*.

Como parece ser o caso, o homem perdeu-se na figura do Santo que lhe deu nome, levando o Rei a personificar, por desejo popular, a longa tradição messiânica e milenarista presente na história portuguesa. A autora destaca que D. Sebastião, assim como seus súditos, era suscetível a toda tradição que lhe apontava como redentor. Isso explica a insistência em combater no norte da África com as armas que supostamente D. Afonso Henriques teria usado na Batalha do Campo de Ourique. Desejava reviver a vitória milagrosa sobre os infiéis, inaugurando, assim como D. Afonso Henriques, tempos de glória para o reino lusitano.

As tradições messiânicas e milenaristas perenes no imaginário português, reforçadas pelas circunstâncias sociais, econômicas e políticas de seu nascimento, emergem com toda a força convergindo para a identificação de D. Sebastião com a imagem mítica do Rei-Salvador, numa perspectiva providencialista e redentora. O

jovem D. Sebastião personifica, perfeitamente, essas tradições messiânicas e parece, também, assumir tal propósito para si.

As crônicas reais dão a dimensão do enraizamento dessas tradições messiânicas e milenaristas entre a nobreza que buscava legitimidade na mitificação de seus ancestrais dinásticos.

A autora destaca, ainda, a importância das profecias populares, como as *Trovas do Bandarra*, que difundiam a crença na espera do Salvador que ainda estava *Encoberto*. Tais profecias adquirem grande relevância no conjunto da sociedade lusitana, sobretudo após o trágico desfecho de Alcácer-Quibir, com o desaparecimento do Rei. É grande a repercussão dessas trovas tanto em meio popular quanto erudito, como bem ilustra o caso do fidalgo João de Castro que aproximou as profecias do Bandarra à elite portuguesa, identificando o *Encoberto*, nos versos proféticos, na figura do jovem Rei desaparecido em batalha.

O sebastianismo passava, portanto, a se consolidar como movimento messiânico à luz das tradições e crenças perenes no imaginário português. Outro aspecto levantado pela obra diz respeito ao caráter universalista que o reino português adquiria com as conquistas marítimas; criavam-se expectativas superdimensionadas, contrariadas pelos reveses no comércio mundial de especiarias, em meados do século XVI.

Nesta perspectiva profética, como povo eleito, o sebastianismo emerge como uma manifestação particular de uma tradição messiânica e milenarista muito antiga. Ganha força, diante dos infortúnios de Alcácer-Quibir, o sentimento messiânico nacionalizado, forjando a crença no retorno do jovem Rei D. Sebastião pronto a restabelecer a ordem e inaugurar uma época de prosperidade e justiça.

Em suas considerações finais, com o intuito de nos fornecer um panorama sobre os estudos acerca do sebastianismo, Megiani comenta a importância que essa temática assumiu ao longo do tempo. Segundo a autora, o tema foi apreciado nas obras dos principais historiadores portugueses e ganhou espaço no universo poético de Fernando Pessoa, como ilustra o poema *Mensagem*. Ressalta, ainda, a importância do Padre Antônio Vieira como um dos mais importantes pregadores do messianismo lusitano – recurso profético que se tornou argumento de resistência política durante a época da União Ibérica.

A autora ressalta que a crença no Salvador é um mito conhecido em muitas culturas, compondo um conjunto com outras tradições como a *Idade de Ouro* e a *Terra da Abundância*. Sobre este último, a autora destaca a expectativa européia diante do Novo Mundo que chegou a ser identificado como a terra da abundância e prosperidade: o paraíso terrestre, fazendo, assim, alusão à obra clássica *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda.

Sobre os impactos dessas tradições em nosso país, a autora destaca a forte presença de elementos messiânicos em nossa cultura política e a relevância do estudo das expectativas messiânicas para melhor compreendermos o aparecimento de lideranças carismáticas, sejam elas religiosas ou políticas – ou uma combinação das duas –, em momentos de insegurança causados por crises e transições. Como alerta a pesquisadora, o fenômeno messiânico está presente em nosso imaginário político e manifesta-se tanto em ambiente rural quanto no cenário urbano-industrial, sendo reciclado pela história, adaptando-se às condições de cada época. Essas tradições, em nossa cultura, são legados de três séculos de colonização portuguesa e católica; esse elemento messiânico e milenarista estava presente no imaginário do desbravador português – colonizador e missionário – e deitou raízes em nossa cultura.

São vários os momentos em que essa herança messiânica ganhou destaque em nossa história. As pregações de Antônio Conselheiro, no sertão baiano, talvez tenha sido sua expressão máxima; mas as expectativas messiânicas mantêm-se, contudo, de forma intermitente ao longo de nossa história mesclando-se com novos elementos e assumindo novos contornos. Essa perspectiva providencialista ecoa, ainda hoje, em discursos onde o religioso embrenha-se no político anunciando tempos melhores, mobilizando a confiança de pessoas numa espera incerta.

É neste sentido que a liderança política, em alguns casos, converte-se numa espécie de *salvador* que profetiza um tempo futuro de prosperidade e justiça. A autora destaca a importância de se atentar, na análise do fenômeno messiânico, para a mescla de antigos e novos elementos – singularizando cada manifestação messiânica – ao passo que trazem consigo tradições de longa duração e expressam-se através particularidades históricas e culturais de seu tempo, numa dinâmica sutil de transformações e continuidades.

Por fim, a singularidade com que a Profa. Ana Paula Torres Megiani analisa o fenômeno sebástico é inovadora sob vários aspectos. Primeiramente, supera a caráter imediatista com que muitos pesquisadores se lançam na pesquisa histórica, prescindido de estudos e metodologias que permitam uma compreensão acerca do imaginário cultural e da longa duração de determinadas tradições, crenças e convicções sociais no plano simbólico. São inúmeros os exemplos de temas prenhes de significado e historicidade que acabam exageradamente simplificados e reduzidos pela pressa em explicá-los pelos aspectos que se rendem mais facilmente à compreensão do pesquisador. Outro aspecto que queremos salientar é o caráter de conjunto que se alcança na análise dos elementos simbólicos de uma nação, transcendendo, no mais das vezes, as diferenças econômicas e sociais.



revista científica

revista científica
e-LOCUÇÃO

FA X
FACULDADE DE EXTREMA
Construindo um futuro sustentável

FAEX - FACULDADE DE EXTREMA

Estrada Municipal Pedro Rosa da Silva, s/n

Vila Rica | Extrema/MG | 37640-000

www.faex.edu.br | faex@faex.edu.br

35 3435-3988